



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONALIZANTE EM
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL.

EMERSON ERBETE CARDOSO MACEDO

TERRITÓRIO DA CIDADANIA VELHO CHICO: ANÁLISE DOS RESULTADOS
DO PROJETO IMPLMETADO PELO SEBRAE –BAHIA.

BAHIA, 2014

EMERSON ERBETE CARDOSO MACEDO

TERRITÓRIO DA CIDADANIA VELHO CHICO: ANÁLISE DOS RESULTADOS
DO PROJETO IMPLMETADO PELO SEBRAE –BAHIA.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia - UFBA

Orientador(a): Prof.(a). Dr. Benito Muiños Juncal

BAHIA, 2014

Escola de Administração - UFBA

M433 Macedo, Emerson Erbeté Cardoso.

Território da cidadania Velho Chico: análise dos resultados do projeto implementado pelo SEBRAE – Bahia / Emerson Cardoso Macedo. – 2014.

131 f.

Orientador: Prof. Dr. Benito Muiños Juncal.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Planejamento regional – Bahia. 2. Projetos de desenvolvimento agrícola – Bahia – Avaliação. 3. Agricultura familiar – Bahia. 4. Desenvolvimento econômico e população – Avaliação. 4. Projetos comunitários – Avaliação. 5. Identidade social. 6. SEBRAE (BA) – Projetos de desenvolvimento agrícola. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 338.18



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE EMERSON ERBETE CARDOSO MACEDO DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.


Aos 01 dia do mês de abril de dois mil e quatorze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo **Prof. Dr. Benito Juncal** (PDGS/UFBA), orientador do aluno, pelos membros titulares **Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira** (UFBA), **Prof. Dr. Reginaldo Conceição Cerqueira** (UNEB) e o **Me. Tiago dos Santos Xavier** (SEPLAN) se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **"TERRITÓRIO DA CIDADANIA VELHO CHICO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROJETO IMPLEMETADO PELO SEBRAE-BAHIA"** de autoria de **Emerson Erbete Cardoso Macedo**. Após a apresentação da dissertação o mestrando foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser..... APROVADO..... Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pelo mestrando.

Salvador, 01 de abril de 2014.


Prof. Dr. Benito Juncal
(PDGS/UFBA - Orientador)


Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira
(UFBA)


Prof. Dr. Reginaldo Conceição Cerqueira
(UNEB)


Me. Tiago dos Santos Xavier
(SEPLAN)


Sr. Emerson Erbete Cardoso Macedo
(Mestrando)

EMERSON ERBETE CARDOSO MACEDO

TERRITÓRIO DA CIDADANIA VELHO CHICO: ANÁLISE DOS RESULTADOS
DO PROJETO IMPLMETADO PELO SEBRAE –BAHIA.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Aprovada em: ____ de ____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benito Muiños Juncal: _____

Doutor em Geografia Humana.

Universidade de Barcelona - Espanha.

Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira: _____

Doutor em Comunicação pelo Department of Radio, TV and Film.

Universidade do Texas em Austin.

Msc. Thiago dos Santos Xavier: _____

Mestre em Administração de Empresas.

Universidade Federal da Bahia.

Prof. Dr. Reginaldo Conceição Cerqueira: _____

Doutor em Agronomia – Horticultura

Universidade Estadual Paulista - UNSSP

Dedico

À minha querida mãe, Olga Gonçalves Cardoso Macedo, pelo exemplo inquestionável de mulher, mãe e professora. Mestre na arte da vida, sua história simplesmente me inspira todos os dias.

Ao meu pai, Izaias Ferreira Macedo (In Memoriam), que não estará me abraçando fisicamente no pódio de chegada, mas sempre esteve ao meu lado na hora de partida.

À minha esposa, Gleice D'arc Silva Cardoso, pela compreensão, companheirismo e motivação para continuar a jornada. Obrigado por todos os momentos. És um presente de Deus na minha vida.

À minha filha, Lorena Silva Cardoso, razão maior que ilumina meus pensamentos, atos e aspirações. Você é o mais bonito capítulo da minha biografia. Por extensão, dedico também aos meus filhos, Pedro Henrique Pereira Viana e Laura Silva Feraz, pela materialização desse amor terno e único de pai para filho.

Aos meus irmãos, Izailton Cardoso Macedo, Fábio Sávio Cardoso Macedo, Jeane Lázara Cardoso Macedo, Jamyle Andrea Cardoso Macedo, pelo abraço nos momentos mais difíceis e por traduzir essa minha árdua caminhada em vitória. Em nome de vocês, reconheço também meus sobrinhos, sobrinhas, cunhadas e cunhados.

Aos meus colegas de trabalho do Sebrae em Barreiras pela amizade, respeito e contribuição ao longo dessa trajetória. São especiais.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus por todas as oportunidades, caminhos e desafios que vem trilhado ao meu lado. Obrigado por ser esse farol que rege a minha vida.

A todos os parceiros e participantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Velho Chico, em especial a Sândalo Paim e Dermeval Oliveira, pelo apoio na realização das pesquisas e pelas entrevistas concedidas ao longo da construção desse trabalho.

Aos atores sociais das comunidades: Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida, da comunidade do Bumba, município de Matina/BA; Associação dos Atingidos pela Implementação da Barragem Lagoa da Torta, comunidade Lagoa da Torta, município de Igaporã/BA; e Associação Beneficente dos Pequenos Lavradores do Alto da Santa Cruz, município de Barra/BA por terem dispensado tempo e disponibilizado parte da sua história para confecção da dissertação projeto.

A todos os professores e funcionários do Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, em especial a professora Tânia Maria Diederichs Fischer. Sem a sua luta e perseverança não seria possível a aprovação deste curso junto ao Conselho Deliberativo do Sebrae Bahia.

Ao Silvio Antonio Diehl (CONSAD - Extremo Oeste de Santa Catarina) e ao Udo Martin Trennepohl (SEBRAE - Coordenação Regional de São Miguel do Oeste de Santa Catarina) que muito contribuíram na atividade prática da residência social.

Agradecimento particular ao orientador Dr. Benito Muiños Juncal pelo apoio incondicional, troca de experiência e principalmente pela condução profissional para realização desse estudo.

*“O desenvolvimento verdadeiro só existe
quando a população em seu conjunto se
beneficia.”*

(FURTADO, 2002)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Território da Cidadania Velho Chico, situado no semiárido baiano. Em sua história recente, o território do Velho Chico foi constituído a partir da indução das recentes políticas de desenvolvimento territorial, tanto do Governo Estadual como Federal. Além do incentivo governamental direto, algumas entidades atendem à população com atividades e projetos que objetivam o engajamento dos territórios na perspectiva do desenvolvimento. A exemplo do SEBRAE, instituição presente em quase todos os territórios da cidadania. No território do Velho Chico, o SEBRAE desenvolveu nos últimos três anos (2011-2013) o Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico, a fim de contribuir com os indicadores de renda e volume de comercialização das comunidades atendidas. É nesse sentido, que nos propomos discutir como as políticas de intervenção operam no interior dos territórios via análise dos resultados no projeto implementado pelo SEBRAE. Para alcançar os objetivos deste trabalho, adotou-se como procedimento a *pesquisa bibliográfica* e a *pesquisa de campo* com abordagem qualitativa dos dados. A partir dessa discussão se reconhece que a redução das desigualdades sociais perpassam a gestão social, e que os projetos associados às políticas públicas de território apoiados pelo SEBRAE são necessários nesse processo, pois auxiliam as populações na sua capacitação e organização institucional, instrumentalizando-as para gerir-se com mais autonomia. Para, além disto, percebeu-se que o protagonismo local e a participação feminina contribuem de forma positiva para os resultados dos Empreendimentos Comunitários pesquisados. No Território do Velho Chico, os sujeitos políticos iniciaram a sua caminhada rumo à transformação de seu espaço, se reconhecem enquanto identidade coletiva e demonstram capacidade de organização. Buscam se estruturar nos espaços coletivos para discussão de políticas públicas e de ações conjuntas visando mudanças que promovam o desenvolvimento local.

Palavras Chave: Empreendimentos comunitários, Desenvolvimento, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work has as its object of study Territory Identity Velho Chico . Located in Bahia . In its recent history , the territory of Velho Chico was formed from the recent induction of territorial development policies of both the State Government of Bahia . In addition to direct government support , some entities serve the population with activities and projects that aim to engage the territories from the development perspective . The example of SEBRAE institution present in almost all territories of citizenship . In the territory of the Old Chico SEBRAE developed in the last three years (2011-2013) the project Development of Family Farming Territory Citizenship Velho Chico in order to contribute to income indicators and trading volume of the communities of the territory . In this sense , we propose to discuss how policy interventions operate within territories via analysis of the results project implemented by SEBRAE . To achieve the objectives of this work , the adopted procedure literature and field research with qualitative approach . From this discussion it is recognized that reducing social inequality pervades social management, and projects associated with public policies supported by SEBRAE Territory are required in this process , as they help the people in their training and institutional organization , equipping them to manage themselves more autonomy , in addition, it was noted that participation and female autonomy change positively the results in Community Projects . Old Territory in Chico political subjects began their trek towards the transformation of your space, recognize themselves as a collective identity , with organizational skills, now seeking to structure with spaces for discussion of public policies and collective actions , the process of change is guided to the local development.

Keyword: Planning, Development, Public Policy.

LISTA DE ILUISTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa Territorial da Bahia	33
Figura 2 - Delimitação do Território Velho Chico	37
Figura 3- Delimitação do território Velho Chico até a década de 1970	42
Figura 4- Aspectos Gerais do Território de identidade Velho Chico –BA, 2012	44
Figura 5 - Organograma do Colegiado	61
Figura 6 - Evolução do número de entidades credenciadas no SIATER (2010- 2012)	66
Figura 7- Associados da Comunidade do Alto Santa Cruz - Barra - BA.....	68
Figura 8- Gênero dos associados ABPLASC - Barra/BA 2013.....	69
Figura 9 - Composição da renda familiar do empreendimento Comunitário de Santa Cruz - 2013	74
Figura 10 - Gênero dos associados da ANSA – Matina-BA 2013	75
Figura 11- Curso de Capacitação do SEBRAE a ANSA.....	78
Figura 12 - Composição da renda do empreendimento Comunitário de Bumba - 2013	80
Figura 13 - Gênero associados da AAIBLT - Igaporã - BA 2013.....	81
Figura 14 - Capacitação realizada na AAIBLT pelo SEBRAE - 2013	83
Figura 15 - Composição da renda do empreendimento Comunitário Lagoa da Torta - 2013.....	86
Figura 16 - Evolução do número de participantes dos Empreendimentos Comunitário - 2013.....	87
Figura 17 - Volume de vendas por empreendimento Comunitário (R\$:1.000,00)- 2013	88
Figura 18 - Capitação de Recursos por empreendimento Comunitário (R\$: 1.000,00) 2013	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tipos de Concepções de Território.....	23
Quadro 2 - Singularidades do território Velho Chico	65
Quadro 3 - Empreendimentos comunitários X variáveis que influenciaram nos resultados dos projetos	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de Localização: Altitude, Situação Geográfica e Distância da capital do Estado da Bahia, Salvador.....	36
Tabela 2 - Emancipação político administrativa do Território Velho Chico – BA	43
Tabela 3 - IDH e População do Território Velho Chico – BA, 2010.....	45
Tabela 4 - Principais atividades Econômicas do Território Velho Chico – BA, por municípios	46
Tabela 5 - Taxas de analfabetismo do Território Velho Chico Bahia, década 2000 acima de 15 anos	48
Tabela 6 - Caracterização dos Empreendimentos Comunitários - 2013.....	57

LISTA DE SIGLAS

AAIBLT	ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM LAGOA DA TORTA
ABPLASC	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS PEQUENOS LAVRADORES DO ALTO DA SANTA CRUZ
ACNSA, AF	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SR ^a APARECIDA AGRICULTURA FAMILIAR
ASCONTEC	ASSESSORIA TÉCNICA ÀS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO DO VELHO CHICO
ATER	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
BNDES	BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
BNDS	BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO
CAR,	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL
CCS	COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SISTEMA ECOSOL
CDA	COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
CET	COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS
CETEP	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
CMDR	CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CODETER	COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
CODEVASF	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONSADs	CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR
DIRECs	DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DIRES	DIRETORIA REGIONAL DE SAÚDE
EBDA	EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA
FBB	FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
FUNDIFRAN	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO

IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA
IDH	INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IFBA	INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
IICA	INSTITUTO INTERAMERICANO COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MINC	MINISTÉRIO DA CULTURA
NT	NUCLEO TECNICO
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PLATER	PLANO TERRITORIAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PNAE	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLA
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PROINF	PROGRAMA DE APOIO A INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PTDRS	PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
PTDS	PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
RETEP	REDE TERRITORIAL DE ENTIDADES PARCEIRAS
SAF	SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR
SDT	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SEAGRI	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO
SEBRAE	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SECULT	SECRETARIA DE CULTURA
SEI	SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS
SENAR	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

SEPLAN	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA
SETAS	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA
SIATER	SISTEMA INFORMATIZADO DE ATER
UFBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNEB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO	22
2.1 Políticas de Incentivo ao Desenvolvimento Rural no Brasil – Território	22
2.2 Territórios Da Cidadania	28
2.4 O Território Velho Chico	35
2.4.1 Delimitação territorial e caracterização geográfica	36
2.4.2 Aspectos históricos do Território Velho Chico.....	41
2.3.3 Processo de emancipação política regional.....	42
2.3.4 Características demográficas e sociais.....	44
2.3.5 Aspectos demográficos	45
2.3.6 Aspectos Econômicos	46
2.3.7 Infraestrutura rodoviária Territorial.....	47
2.3.8 Aspectos educacionais	48
2.3.9 A Saúde do Território Velho Chico.....	49
3 SEBRAE E O ATENDIMENTOS AOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E IDENTIDADE.....	50
3.1 Programa Nacional SEBRAE nos Territórios Da Cidadania	50
3.2 Projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico – SEBRAE.....	51
3.2.1 Caracterização do Projeto	52
3.2.2 Atuação do Projeto implementado pelo SEBRAE no Território.....	53
4 GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO VELHO CHICO	55
4.1 Método da Pesquisa	55
4.2 A gestão do desenvolvimento a partir da abordagem Territorial - O Colegiado.....	59
4.3 Assistência Técnica aos Sujeitos/Atores do Território Velho Chico	67
4.3.1 Os Empreendimentos Comunitários e o projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico – SEBRAE	68
4.3.2 Associação Beneficente Dos Pequenos Lavradores Do Alto Da Santa Cruz-Barra- BA (ABPLASC)	68
Perfil geral do empreendimento comunitário:	68
Associativismo.....	69
Assistência Técnica	70
Protagonismo Local.....	70

Envolvimento do Poder público	71
Tecnologia Implementada.	72
Comercialização.	72
Contribuição do Colegiado Territorial	73
Resultados.....	73
4.3.3 Associação Nossa Senhora Aparecida – Matina – BA (ANSA)	75
Perfil geral do empreendimento comunitário:	75
Associativismo.....	76
Assistência técnica	76
Protagonismo Local.....	77
Envolvimento do Poder Público	78
Tecnologia Implementada	78
Comercialização	79
Contribuição do Colegiado	79
Resultados.....	79
4.3.4 Associação dos Atingidos pela implantação da Barragem Lagoa da Torta – Igaporã – BA (AAIBLT)	80
Perfil Geral do empreendimento comunitário:.....	80
Associativismo.....	82
Assistência técnica	82
Envolvimento do poder público.....	84
Tecnologia Implementada	84
Comercialização.	84
Contribuição do Colegiado	85
Resultados.....	85
4.4 Uma Visão Geral dos resultados do projeto de Desenvolvimento da Agricultura familiar do Território da Cidadania Velho Chico	86
Resultados e composição da renda.....	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE	102
ANEXO.....	119

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Território de Cidadania Velho Chico. Situado no semiárido baiano, o território do Velho Chico abrange dezesseis municípios - Brotas de Macaúbas, Feira da Mata, Matina, Oliveira dos Brejinhos, Riacho de Santana, Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Morpará, Muquém de São Francisco, Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. Também conhecido como médio São Francisco, este território tem como força motriz a construção histórica de seu desenvolvimento econômico, social e cultural intrinsecamente relacionado ao curso fluvial do rio São Francisco e seus afluentes.

Em sua história recente, o território do Velho Chico foi constituído a partir da indução das recentes políticas de desenvolvimento territorial, tanto do Governo do Estado da Bahia (Territórios de Identidade do Estado da Bahia, 2003), como do governo federal (Os territórios Rurais e Territórios da Cidadania 2008), apoiado ainda por projetos em parceria público-privado a exemplo do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). De acordo com Silva (2012:22), as recentes políticas de desenvolvimento territorial são consideradas pelos “organismos multilaterais políticos, acadêmicos, militantes dos movimentos sociais e ONGs (Organizações Não Governamentais), como uma das mais bem sucedidas alternativas de promoção do desenvolvimento social e econômico”. Após 10 anos de adoção do enfoque territorial, apesar de um maior incentivo governamental as realidades socioeconômicas dos territórios não alcançaram mudanças expressivas.

No território do Velho Chico tal contradição se apresenta de forma complexa. Contudo, além do incentivo governamental direto, algumas entidades atendem à população com atividades e projetos que objetivam o engajamento dos territórios na perspectiva do desenvolvimento. A exemplo do SEBRAE instituição presente em quase todos os territórios da cidadania.

O SEBRAE desenvolveu nos últimos três anos (2011-2013) no território do Velho Chico o projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território

da Cidadania Velho Chico, a fim de contribuir com os indicadores de renda e volume de comercialização das comunidades do território, que se organizaram em Empreendimentos Comunitários (EC).

De acordo com Carlos Alberto Santos, Diretor Técnico do SEBRAE (SEBRAE, 2013) o processo de inclusão produtiva, incentivado pelo apoio das políticas dos territórios seja de identidade como o de cidadania, permite que os territórios, aumentem significativamente as possibilidades, pois permite que as comunidades tenham acesso a capacitação e posteriormente organização de seu trabalho/emprego e da renda, provocando avanços na economia local. Afirma ainda que há um impulso nos negócios, emprego e na renda, além de aumentar a receita municipal e regional. Por tais motivos, o SEBRAE torna-se um instrumento facilitador de aumento de desempenho (qualidade) e de produtividade desses territórios, além de fornecer conhecimento técnico, com seus projetos de capacitação individual e coletiva. Dentre as várias participações do SEBRAE nos territórios, neste trabalho nos ateremos especificamente às ações desenvolvidas no Território de Identidade do Velho Chico.

O projeto desenvolvido pelo SEBRAE neste território, objetivava promover o atendimento dos pequenos negócios, formais e informais, nos 16 municípios do Velho Chico, atuando com atendimento individual e coletivo/setorial nos diversos segmentos econômicos existentes (agronegócio, indústria, comércio e serviços), bem como implementar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em prol da criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento e melhoramento na qualidade de suas atividades econômicas por meio do aprimoramento de suas práticas e conseqüentemente dos avanços na qualidade do bem comum social (SEBRAE, 2013).

Nessa perspectiva, deve-se considerar que a política dos territórios é recente, e ainda em estágio de implantação/revisão de seus princípios e metodologias. Os projetos estratégicos no território são dinâmicos, mudam de forma substantiva de acordo como se gerencia e como se alocam os recursos para o processo de desenvolvimento (PERICO, 2009).

Para orientar nossa discussão cumpre aqui destacar questões problematizadoras: como os Empreendimentos Comunitários assistidos pelo

projeto do SEBRAE de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico, estão contribuindo para aumentar os indicadores de renda e volume de comercialização?

A discussão a que nos propomos neste trabalho tem como pressuposto a imersão da vida coletiva no processo capitalista globalizado. Nesta lógica, a globalização tal como é anunciada é contrariada no lugar. Assim, o que globaliza separa, é o lugar que permite a união (SANTOS, 2000). O lugar torna-se o mundo do veraz e da esperança. O lugar como extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário caracterizado por dois gêneros de constituição: um é a própria constituição territorial; o outro são as formas de regulação do lugar. O lugar regulado por uma solidariedade regulada, organizacional (SANTOS, 1993, p. 20).

O território é fundamentalmente um espaço dividido e delimitado por e a partir das relações de poder. São antes relações sociais projetadas no espaço que espaço concreto. Sua configuração é formada por elementos históricos. Assim, a configuração do território brasileiro é fruto de longo processo histórico que alia características peculiares de ocupação, colonização e exploração com diversos eventos externos.

É nesse sentido, que nos propomos discutir como as políticas de intervenção operam no interior dos territórios com mecanismos de ordenamento e alteração na produção, na renda, dentre outros, a partir da pesquisa realizada. Tem-se o objetivo de **analisar os efeitos do Projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico, implementado pelo SEBRAE**, no desenvolvimento deste espaço, a partir da verificação do contexto histórico, social e político, revisando as políticas territoriais que afetaram (afetam) a dinâmica socioeconômica local, mensurando os indicadores de renda, volume de comercialização e avaliando os resultados alcançados pelos Empreendimentos Comunitários.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, adotou-se como procedimento a *pesquisa bibliográfica* e a *pesquisa de campo* com abordagem qualitativa dos dados. Utilizou-se tanto dados primários, como dados secundários.

Para facilitar a discussão, dividiu-se o trabalho em 5 seções que se subdividem. Na primeira sessão “Território e Desenvolvimento” estabelece-se os limites teóricos acerca do desenvolvimento territorial brasileiro. Visto que a valorização dos territórios, o incentivo local de desenvolvimento, abre um leque de aspectos teóricos relacionados às numerosas perspectivas que reestabelece os fundamentos da promoção do desenvolvimento por meio de políticas públicas. Ainda nesta sessão apresentam-se os caminhos que levaram às ideias de território, passando pela acepção do termo, desde o sentido atribuído à etologia (estudo do comportamento social e individual dos animais - Biologia) no século XVIII até ao conceito mais difundido atualmente que parte da geopolítica. Além disto, traçamos a história de construção da política pública de Território de Cidadania e Identidade no país.

No segundo capítulo, apresentam-se uma breve descrição do programa do governo federal Território de Cidadania e do programa do governo do Estado os Territórios de Identidade. Mais adiante nesta sessão apresentam-se as características geográficas, históricas, demográficas, sociais e econômicas do Território Velho Chico na Bahia, os aspectos da infraestrutura urbana/rural, e os serviços básicos disponíveis. Tal capítulo divide-se em subseções. Na primeira observam-se o contexto geográfico-regional, salientando a dimensão territorial, os recursos hídricos, a aptidão agrícola e mineral, bioma/ecossistema e clima. Na subseção seguinte apresentam-se os fatos históricos relevantes, que induziram as transformações regionais, que contribuem para a identidade política, social, cultural e econômica do território estudado. Por fim, observam-se as características demográficas e sociais do Território Velho Chico, focando na população e em seus principais indicadores sociais, como renda familiar, educação, saúde e emprego. Nesse percurso, configuramos as características gerais dos municípios selecionados para a *metodologia de campo*.

No capítulo seguinte, há uma apresentação de como se configura os programas do SEBRAE em apoio às políticas públicas voltadas ao território de cidadania. Apresentam-se ainda nesta seção uma breve explicação do Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico, implementado pelo SEBRAE. Esta seção permitirá o entendimento dos objetivos do projeto e como ele se instala dentro do território Velho Chico.

Ainda neste percurso, a partir da problemática entendida como mola propulsora para este estudo científico, geradora de toda discussão sobre as dimensões e perspectivas que abrangem o sistema de políticas públicas de gestão social a partir dos territórios, com foco na análise do Território Velho Chico e mais estritamente na sua relação com as atividades do SEBRAE, mediante o projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico.

Apresentam-se os resultados em um primeiro momento e logo em seguida há uma discussão sobre os três Empreendimentos Comunitários localizados no Velho Chico, abordando como os projetos de assistência técnica estão implementados, e os reflexos que trazem às populações.

Por fim, neste último capítulo, apresentam-se as considerações finais da pesquisa que apontam para a importância do processo de gestão social, na construção de um desenvolvimento que abarque múltiplas dimensões para a efetiva qualidade de vida. Além de se reconhecer que a redução das desigualdades sociais perpassam a gestão social e que os projetos associados às políticas públicas de Território apoiados pelo SEBRAE são necessárias nesse processo, pois auxiliam as populações na sua capacitação e organização institucional, instrumentalizando-as para gerir-se com mais autonomia. No Território do Velho Chico os sujeitos políticos iniciaram a sua caminhada rumo à transformação de seu espaço, se reconhecem enquanto identidade coletiva, possuem capacidade de organização, já buscam se estruturar com espaços de discussão de políticas públicas e de ações coletivas. Dessa forma, esperamos que esse processo de mudança que se mapeia possa servir de guia para construir e consolidar as bases do desenvolvimento regional.

2 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Este capítulo estabelece os limites teóricos acerca do desenvolvimento territorial brasileiro. Visto que a valorização dos territórios e o incentivo local de desenvolvimento abrem um leque de aspectos teóricos relacionados às numerosas perspectivas que reestabelecem os fundamentos da promoção do desenvolvimento por meio de políticas públicas. Nesta primeira seção reconstroem-se os caminhos que levaram às ideias de território, passando pela acepção do termo território, desde o sentido atribuído à *etologia* no século XVIII até ao conceito mais difundido atualmente que parte da geopolítica. Além disto, serão traçadas a história de construção da política pública de território de cidadania e identidade no país.

2.1 Políticas de Incentivo ao Desenvolvimento Rural no Brasil – Território

A discussão acerca de território começa com as acepções do termo. Considerando que existem várias concepções para conceituar território, faz-se necessário situarmos de que conceito partiu para realizar a discussão e qual conceito prevalece nas políticas de incentivo ao desenvolvimento rural no Brasil.

A palavra território é proveniente do latim *territorium*, adjetivo derivado de territoriais que é entendido como pedaço de terra apropriada. No século XIX, a sua definição é entrelaçada com as de territorialidade, mas, é apresentada em grande maioria como extensão de terra, e territoriedade como conduta de um organismo ao pertencer a um território. Já no século XXI apresenta-se com um conceito mais abrangente. Para o geógrafo Milton Santos (2000:96) “o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi é a identidade que constitui uma população” (SANTOS M. , 2000). Perico (2009) indica ainda que território é uma construção histórico-social, aquilo que traz a população o sentimento de pertencimento.

Gumuschan (2002) *apud* Bonnal e Kato (2011), afirma que, território é uma “realidade bifacial sendo o produto de uma ecogênese na qual são ativados em

um sistema simbólico e informacional recursos materiais”. Tais autores demonstram em seus estudos sobre o território que este por sua vez apresenta além do aspecto simbólico uma construção social a partir da informação, formando assim uma representação coletiva, um reconhecimento do espaço.

Mas para ter-se uma compreensão maior e mais elaborada de Território, a seguir, um quadro de Ortega e Silva (2011;35) que resumi, algumas concepções do que seria território levando em consideração perspectivas filosóficas. Vejamos:

Quadro 1- Tipos de Concepções de Território

Tipos de Concepções de Território
<p><i>Perspectivas Materialista-Naturalista</i></p> <p>Nesta visão, o território tem uma conexão tanto com o comportamento dos animais, quanto com a interação da sociedade com a natureza. Alguns autores, como Howard (1948), e Andrey (1969), usam argumento da ‘Etologia’. Dessa maneira, existe uma necessidade “<i>biologista</i> – animal e do homem – de dominar um ‘pedaço’ de terra”. Além disso, essa perspectiva pode ser definida com base nas ‘reservas naturais’, da ecologia, biosfera, e meio ambiente.</p>
<p><i>Perspectiva Materialista-Econômica</i></p> <p>Nesta visão, o território oferece os ‘direitos de acesso’, de ‘controle’ e de ‘uso’, da totalidade ou de parte dos recursos que são necessários à reprodução social e material de um determinado grupo. Em geral, na concepção econômica, o termo território é substituído pelo conceito de espaço, espacialidade ou região. Milton Santos (em 2000), nesta visão, cunhou o termo de ‘território usado’, em que o território é visto como um recurso.</p>
<p><i>Perspectiva Materialista-Jurídica-Política</i></p> <p>Nesta visão, o território está associado à ‘dominação estatal’, aos ‘fundamentos materiais do Estado’, às ‘relações de poder’ e às fronteiras geográficas’. Dessa maneira, o território tem uma determinada tradição, no campo das questões políticas, sendo um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, além de estar restrito a determinado espaço geográfico. O Estado depende de um território para estabelecer suas instituições políticas, econômicas e sociais.</p>
<p><i>Perspectiva Integradora</i></p> <p>Nesta visão, o território é um ambiente que não pode ser considerado nem ‘natural’ nem ‘unicamente político, econômico, ou cultural’. O território é arquitetado por, meio de uma perspectiva ‘integradora’ entre as diferentes dimensões sociais, e entre a sociedade e a natureza. O território tem uma ideia mais ampla, aproximando-se da concepção de ‘região’. Assim, não há vida sem, ao mesmo tempo, conciliar as atividades econômicas, o poder político, e a criação de significado e de cultura.</p>
<p><i>Perspectiva Idealista-simbólica</i></p> <p>Nesta visão, o território tem uma ‘dimensão ideal’ ou de ‘apropriação simbólica’, é visto como área controlada para usufruto de seus recursos. Isso supõe a existência de ‘realidades visíveis’, e de ‘poderes invisíveis’. O território é compreensível a partir de ‘códigos culturais’. Isso mostra um caráter subjetivo, em que entre o meio físico e o homem, se interpõe sempre uma ideia. Assim, existe um ambiente de identidade, pertencimento, afeto ao espaço.</p>

Fonte: (ORTEGA; SILVA, 2011)

A partir das concepções supracitadas, este trabalho entende que o território enquanto espaço socialmente organizado, constitui-se como um ambiente político institucional, capaz de mobilizar sujeitos/atores regionais em prol de seus

projetos de desenvolvimento e fortalecimento cultural, a partir das relações de cooperação tecidas socialmente, mesmo que estes possam ser objeto de conflito de interesses. Para as políticas públicas de Território, o território é visto como a área geográfica de atuação de um projeto político-institucional, em que se articulam instituições e sujeitos/atores que proporcionam o desenvolvimento regional por via de projetos, seguindo algumas diretrizes e recebendo apoio técnico e financeiro para isto, tais fatores são formados através das diretrizes constituintes dos Territórios da Cidadania (FAVARETO, 2009).

Desta maneira, a abordagem territorial se justifica como primordial como modelo de desenvolvimento socioambiental por vários aspectos, entre os quais podemos enumerar: Primeiro, o maior peso dos fatores naturais e uma menor densidade populacional (comparado aos centros dos espaços urbanos). Segundo, a abrangência territorial, que permite um maior acompanhamento dos gestores, contrapondo-se a abrangência estadual, que tem dificuldades em alcançar os múltiplos e heterogêneos municípios e suas especificidades. Terceiro, a necessidade de descentralização das políticas públicas. Quarto, o Território apresenta-se como um espaço que aproxima os laços sociais, constituindo-se numa maior possibilidade de mobilização, aspecto que permite um fator que eleva as iniciativas para o desenvolvimento. E por fim, a política de território, permite o processo de desenvolvimento incentivado por programas que contemplem as múltiplas dimensões do espaço (COUTO; ROCHA, 2006).

Porém, por mais que as políticas de território brasileiro estejam apoiadas por programas e projetos governamentais, a questão do território vai além de disto, há necessidade de uma revisão metodológica. O Geógrafo Josué de Castro em seu livro *Geografia da Fome* mostra como os problemas sociais devem ser mapeados, inclusive não só os problemas, mas também os recursos ali disponíveis, as potencialidades regionais, recursos que devem ser utilizados, pensando-se em uma sustentabilidade ecológica e social. Uma sustentabilidade socioambiental, já que este estudo leva em consideração que tais conceitos são unívocos (CASTRO, 1992.). Por tais motivos o mapeamento se torna imprescindível, pois o desenvolvimento de acordo com Osvaldo Sunkel (*apud* (SACHS, 2009) deve vir de dentro para fora, remetendo que sustentabilidade está indissociada do valor de pertencimento local).

Nessa perspectiva, o conceito de território para o desenvolvimento, tem que transbordar perspectivas setoriais. Tendo que se definirem estratégias que articulem os três níveis de poder, o municipal, o federal e estadual. Mas como fazer isto? Articular somente com algumas conexões é o suficiente para contemplar o tamanho conceitual e filosófico de uma política pública¹?

Medeiros e Dias (2011) indicam que a valorização dos territórios, que ele ainda nomeia de “localização do desenvolvimento” renovaram o entendimento e os fundamentos da promoção do desenvolvimento por meio de políticas públicas. Este se configura, segundo esses autores, a partir da “revalorização da dimensão espacial da economia e a afirmação da ‘governança territorial’ como meio para tornar atores locais agentes dos processos de elaboração e implementação de políticas públicas” (MEDEIRO; DIAS, 2011) (p.13).

Perico (2009) afirma que o projeto estratégico territorial gera um grande desafio para as políticas públicas de território, pois a sua estrutura, multidimensionalidade e integração são relativamente novas, estamos desacostumados a lidar e ter acesso a esses mecanismos públicos. O que causa estranheza aos territórios é que os investimentos tornam-se cada vez mais setoriais. Até porque para esse mesmo autor os projetos estratégicos territoriais são dinâmicos mudam de forma substantiva de acordo como se gerencia e como se alocam os recursos para o processo de desenvolvimento (CORREIRA, 2006.).

Correia (2006) aponta o caráter:

(...) institucional-multidisciplinar do desenvolvimento territorial. Este se revela importante na definição e condução das políticas públicas territoriais, que devem conter objetivos múltiplos e promover um sistema participativo de base. O enfoque territorial para o desenvolvimento apresenta uma nova concepção onde os aspectos ambientais, econômicos, sociais, histórico-cultural, político e institucional interagem no espaço do território. A economia rural não é mais puramente agrícola, e, sim compreende o conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas regionais e dos recursos naturais da região (CORREIA, 2006:162).

¹ Entende-se nesse trabalho por Política Pública para o desenvolvimento territorial de acordo com Medeiros (2011) em seu livro *Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial do Brasil* como o instrumento de valorização de espaços, levando em consideração as múltiplas dimensões deste espaço, a fim de incentivar a melhora da qualidade de vida.

Outro aspecto substancial do território multifacetado é a dimensão cultural, este é resultado do processo histórico e social construído no território. De acordo com Sachs (2009), o território é a expressão política do espaço, e ele é reflexo da história, dos interesses e conflitos daquele espaço, entende-se assim a cultura. A cultura une as diferentes dimensões sejam elas sociais, econômicas, políticas, estéticas, folclóricas, dentre outros, por tal aspecto é que a cultura se tornou uma dimensão tão estudada e debatida em seminários nos últimos anos, não é por acaso que os territórios são denominados de territórios de identidade, pois, assim como a cultura é que nos une, a identidade é o que nos diferencia, proporcionando uma energia social de enorme importância (SASHS, 2009). Por tais aspectos, o Governo do estado, além de dispor dos territórios de cidadania, vem com uma nova conceituação, trazendo, os territórios de identidade.

A busca por uma política para os diferentes, resguardando a heterogeneidade, faz com que essa nova abordagem, traga um novo vigor e entusiasmos aos ambientes brasileiros porque,

Reconhecer um território é ler sua identidade. O que tenta fazer este modelo de gestão social nos territórios, com os territórios de identidade é ir, criar, delimitar territórios por identidade, não por variáveis ecológicas, nem produtividade, mas por algo difícil de entender, muitas vezes intangível, porém, claramente expressado na realidade dos territórios, porque é uma história convertida na cultura e na identidade. Este é um dos elementos de maior importância nesta forma de gestão dos territórios. Os territórios não se criam, assim como a identidade, se reconhecem. Eles já existem e são reconhecidos em relação a algo; a identidade aflora com relação a algo. De um ponto de vista filosófico, uma pessoa tem identidade com referência à outra com quem se relaciona. Estando na Colômbia, por exemplo, há muitas coisas que não me são relevantes para reconhecer a minha identidade, ao estar fora, aparecem muitos elementos que consigo caracterizar como contraste. Este elemento da identidade se converte, então, num elemento característico e em uma das dimensões mais importantes deste modelo de gestão social. (PERICO, 2009:32)

A partir do discutido até aqui, podemos então seguir nos conceitos, tomando como pressuposto que território é “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”, espaço em que podemos verificar uma imensidão de dimensões e sistemas, em que quando estes aspectos são reconhecidos, apresentam sua identidade (VEIGA, 2002). As políticas públicas a partir desses conceitos apresentam a noção de

“desenvolvimento”. De acordo com Sachs (2009) esse incentivo ao desenvolvimento vem pautado num modelo alternativo, que é um fundamental, porém uma problemática foi (é) levantada a esse modelo de desenvolvimento, a maneira em que ela é difundida nos territórios. Essa discussão foi iniciada na ECO 92, e persiste até a nossa década.

Correia (2006), afirma que para esse modelo alternativo, o espaço público, tem que permitir que a sociedade de maneira democrática intervenha em seu espaço, atuando como um instrumento de decisão sobre os rumos e prioridades do desenvolvimento, e de qual desenvolvimento esse território entende como sendo importante para si. Para isto, o autor chama atenção para a democratização dos órgãos públicos, para que esta instituição associada à participação popular planejem as atividades que serão desenvolvidas em seu território.

Mas, para que a população do território tenha essa autonomia é necessário, o entendimento e compreensão do macro sistema em que estão inseridas e para isto, é necessário mais que investimento em produtividade. Sachs (2009) afirma que no Brasil há algumas experiências que são negativas no passado devido ao déficit no acompanhamento, ou a falta dele, em políticas públicas semelhantes. Então nos perguntamos que tipo de acompanhamento técnico permanente se faz necessário no território para conferir dinâmica ao planejamento local? Tal indagação será discutida mais adiante na seção em que discutem-se os parceiros no processo de implementação das políticas de território, como o SEBRAE que se destaca como um dos pioneiros no serviço de acompanhamento técnico às populações dos territórios, seja de cidadania como de identidade.

Correia (2006), afirma ainda que esta política pública deve permanecer em seus princípios, a fim de permitir que não somente a dimensão econômica prevaleça, pois, a supervalorização de uma dimensão, pode levar a impactos monumentais.

Por fim, as sociedades rurais e seus Territórios incluindo nessa perspectiva os mais pobres, têm tido um maior acesso à educação, informação, mais comunicação e capacidade de se mobilizar, organizar-se coletivamente. Com entendimento político, esses sujeitos desenvolvem projetos que permitam aumento das possibilidades das cadeias produtivas assim como a de

comercialização e agregação de valor ao produto, fortalecendo a autoestima social, apresentado na valorização da cultura e do respeito ao seu meio ambiente (FAVARETO A. , 2007).

A alternativa das políticas públicas territoriais vem em meio a esse processo histórico como uma das mais bem elaboradas alternativas de desenvolvimento, social, econômico e humano nas últimas décadas no Brasil. Como política, relativamente jovem, deve ser apoiada por diversos parceiros, a fim de fortalecer o desenvolvimento da mesma.

2.2 Territórios Da Cidadania

O debate político e acadêmico acerca do desenvolvimento rural no Brasil havia estagnando na década de 1960, assim como o fortalecimento da agricultura familiar, sendo esta discussão retomada nos anos de 1990 (SILVA, 2012). Nesse mesmo período o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi lançado e em paralelo foi motivada a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural a fim de gerir os investimentos destinados a atender a agricultura familiar (FAVARETO A. , 2009).

O PRONAF para Favareto (2009) possuía um desenho institucional que naquele momento (de implementação) permitiu a irradiação rápida de espaços participativos. Porém, essa mesma organização não conferiu uma sustentabilidade ao programa. Nos ensaios feitos nos anos de 2000, por José Graziano (1999, *apud* FAVARETO, 2009) e José Eli da Veiga (2001, *apud* FAVARETO, 2009) constatam-se limites relevantes à promoção do desenvolvimento rural, gerados pela declinação na formação de renda pelos agricultores e na ocupação do trabalho, assim como a fragilidade dos municípios no que tange à fragmentação dos investimentos realizados, identificados numa visão exclusivamente setorial, indicando a necessidade emergencial de uma abordagem inovadora e mais ampla, uma abordagem territorial (FAVARETO, 2010).

Estudos a partir dessas análises, ensaios e da experiência internacional, mostravam saídas a essas problemáticas, a partir da intersetorialidade e a ampliação da escala geográfica na introdução dos investimentos públicos. Pois, essa estratégia permitiria uma eficiência na inserção dos processos sociais e econômicos, capazes de promover de maneira mais duradoura o desempenho dos agricultores e destas regiões dinâmicas em desenvolvimento (FAVARETO, 2009). Autores de renome internacional como Veiga (2002) e Abramovay (2003), dentre outros trouxeram à tona e fundamentaram o que seria a abordagem territorial do desenvolvimento, adequando à realidade brasileira (VEIGA, 2002) (ABRAMOVAY, 2003.).

Nesse contexto, há importantes reformulações e movimentos de ajustes no ambiente institucional e operacional das políticas para o desenvolvimento rural brasileiro. Inicialmente ampliou-se para a escala intermunicipal as ações do antigo PRONAF-Infraestrutura, criando logo em seguida a Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E mais recentemente foi lançado o programa governamental Territórios da Cidadania (FAVARETO, 2009).

A política pública dos Territórios de Cidadania foi implementada nos anos de 2003, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, mobilizou os municípios de todo o Brasil no sentido de se agruparem em territórios rurais (tais territórios são delimitados com base nas dimensões econômicas, culturais e ambientais). Essa política de desenvolvimento do interior brasileiro tende a minimizar as desigualdades regionais do país (PTDRS, Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável Do Velho Chico., 2012), e promover o desenvolvimento econômico e ainda universalizar programas básicos de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, pela cidadania (BRASIL, 2013). Por meio da unificação de um conjunto de iniciativas dispersas por quase duas dezenas de ministérios e estruturas de governo, que são destinadas ao desenvolvimento rural brasileiro. Tal política é tão recente, que seus contornos ainda não estão firmados totalmente. Desta forma, ainda não se tem um desenho organizacional e institucional que preveja os mecanismos para integrar as políticas e para envolver a sociedade na definição desses procedimentos (SILVA F. P., 2012.). Sabe-se que se continuou a estimular a

participação social, com isto a gestão de recursos continua a ser organizada por conglomerados de segmentos diferentes da sociedade civil e representantes do Estado, porém não mais com a rigidez que norteava os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), hoje atua-se num formato mais flexível e em escala regional, com o estímulo da criação dos Colegiados Territoriais, com a gestão do desenvolvimento territorial (FAVARETO, 2009).

De acordo com Perico (2009), avançamos muito nessa discussão, porém ela ainda se estenderá por muitos anos. Por tal motivo torna-se importante refletir sobre o conceito de gestão social de território que o país vem construindo (PERICO, 2009).

No processo de identificação dos Territórios, de acordo com o SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) percebeu-se que alguns espaços apresentavam uma maior fragilidade e necessidade de ações emergenciais. Entendendo essa necessidade como maior acompanhamento foi criado o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008, que se configura conceitualmente igual aos Territórios rurais, tais programas são amparados pela mesma portaria, porém com uma gestão bem mais complexa. Entre o conjunto de Territórios rurais os que foram entendidos como tendo o menor acesso a serviços básicos, é que foram selecionando os Territórios da Identidade. Tendo como principais critérios:

“a) menor IDH (Índice do Desenvolvimento Humano); b) maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; c) maior concentração de populações quilombolas e indígenas; d) maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; e) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; g) maior organização social; h) pelo menos um território por estado da federação” (LEITE; KATO; ZIMMERMANN, 2009).

O Programa Territórios da Cidadania é uma política pública que objetiva reduzir as desigualdades e os problemas socioambientais, superando a pobreza extrema e possibilitando uma maior produção e renda no meio rural, pelas ações estratégicas da gestão social para um desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2013)

O programa propõe ampliar a participação social, garantindo a universalização dos programas básicos de cidadania, por meio da integração de políticas

públicas. Até o final de 2008, o programa abrangia 60 territórios, no ano seguinte estes já alcançavam para 120.

Neste ano de 2014, existem 164 territórios rurais no Brasil e dentre estes 123 territórios estão inseridos no programa “Territórios da Cidadania”, que busca a promoção do desenvolvimento econômico e universalização dos programas básicos de cidadania por meio do desenvolvimento territorial sustentável, tendo como estratégia o combate à pobreza no campo (BRASIL, 2013)

O programa tem como base a consolidação dos orçamentos ministeriais para determinados territórios, chegando ao total de 21 ministérios e é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Entre os meses de março a maio de 2008 houve uma grande expectativa das prefeituras e movimentos sociais quanto à eficácia do programa que prometia reduzir as desigualdades sociais através da inclusão socioeconômica das famílias rurais, da participação social na proposição e controle social das políticas públicas e na integração das políticas municipais, estaduais e federais (FAVARETO, 2009). Várias oficinas foram realizadas nos vários zonais do território para discutir a matriz de oferta do Governo Federal por meio de seus ministérios, reestruturar o colegiado de forma que atendesse à paridade entre sociedade civil representada e poder público. No entanto, há pouca intervenção política nas ações do programa do colegiado, pois as mesmas já estavam definidas pelos ministérios. Do outro lado, as organizações tomaram conhecimento das políticas destinadas aos seus municípios e territórios e, passaram a cobrar algumas ações aos órgãos competentes (BONNAL; KATO, 2011)

No encontro estadual da CET (Coordenação Estadual dos Territórios) realizado em 23 e 24 de abril 2013 em Feira de Santana/BA, o representante da SDT, Marcelo Fragoso, confirma a retomada do Programa “Territórios da Cidadania” em 2013, com a realização de debates territoriais, divulgação do plano de execução e o início de um novo ciclo de monitoramento do programa, nos nove territórios da cidadania da Bahia (FAVARETO, 2009).

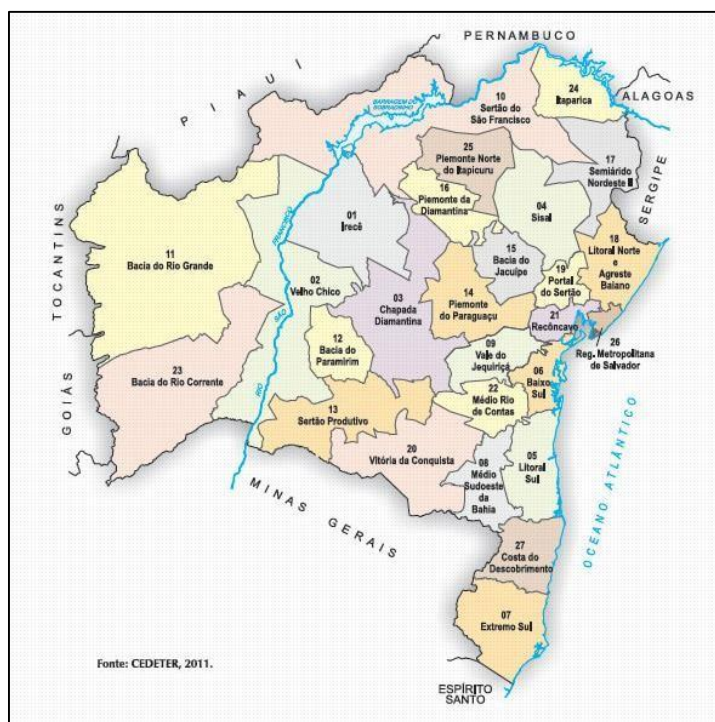
A recente experiência de políticas públicas com abordagem territorial, voltadas ao desenvolvimento sustentável no Brasil, apresenta um conjunto diversificado de processos sociais que merecem destaque, como a mobilização social dos

atores envolvidos na implementação dos programas governamentais na área. Há uma abertura para a descentralização da administração pública, por meio do fortalecimento dos espaços e suas mais variadas dimensões.

Nessa perspectiva, a discussão territorial no Brasil se faz recente, é uma inovação. Para Bonnal e Kato (2011), as políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro, constituem-se num processo histórico, que no fim do século XX, traz um leque de instrumentos voltados ao desenvolvimento rural do Brasil, a partir do reconhecimento dos conceitos de território, e o entendimento/reconhecimento da identidade dos ambientes, sua diversidade social e cultural, que até então não eram considerados aspectos relevantes cientificamente e politicamente (BONNAL; KATO, 2011).

2.3 Governo Da Bahia - Territórios Identidade

Há várias formas de planejamento e divisão do espaço geográfico. Em geral o modelo de regionalizar tem a ver com os objetivos que são traçados para atingir sua área. Enquanto estratégia do Governo Federal para fortalecimento do Campo brasileiro, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) incentivou o processo de divisão da Bahia, com a participação do Governo do Estado, organizações sociais e outras instituições em 23 potenciais territórios rurais, em 2003, chegando hoje a 27 territórios de identidade (SEPLAN, 2014).

Figura 1- Mapa Territorial da Bahia

Fonte: Site da SEPLAN, 2014.

Esta política pública de gestão territorial, via identidade, tem como intuito: “identificar prioridades temáticas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões” (SEPLAN, 2013). Assim, de acordo com o SEPLAN (2014) o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de identidade, “constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades através de suas representações foram convidadas a opinar”.

A Política Nacional de apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, é criada em 2003. Desde então abre-se a oportunidade de se repensar o desenvolvimento nas áreas rurais da Bahia, como um todo, não enfocando somente o desenvolvimento econômico mas, as suas múltiplas dimensões. Nesse processo, na Bahia, foram escolhidos inicialmente cinco territórios para serem apoiados pela SDT, dentre os oitenta em todo o Brasil, sendo eles: o Território do Sisal, Chapada Diamantina, Litoral Sul (depois desmembrado em Baixo Sul e Litoral Sul), Velho Chico e Irecê (PTDRS, 2012).

De acordo com o SEPLAN (2014),

“O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos e indicam identidade, coesão social, cultural e temporal” (SEPLAN, 2014).

Os critérios de escolha foram consumados a partir de negociações entre as principais entidades representativas dos agricultores familiares e os principais órgãos governamentais, essa escolha logo geraram descontentamentos e conflitos, já que os demais territórios se consideraram desprestigiados (SILVA, 2012).

De acordo com Silva (2012)

“A homologação (reconhecimento) destes territórios frente à SDT foi realizada através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) no mês de setembro de 2003 e em novembro do mesmo ano, os recursos do PROINF foram aprovados para o Estado, além de convênios que foram firmados com a SDT, para que os Colegiados Territoriais recebessem e gerenciassem recursos com a finalidade de promover atividades de mobilização e contratação de técnicos denominados de articuladores territoriais” (DIAS et. al., 2006 apud SILVA, 2012).

Dias, *et al.* (2006), *apud* Silva (2012), indicam como ocorreram esse processo de identificação e mapeamento dos territórios de identidade da Bahia. Para a formulação e organização das representações dos territórios da Bahia, a CET (Coordenação Estadual dos Territórios), buscou uma metodologia em que ocorreram três eventos/oficinas com o título “Oficina Estadual de Construção de Estratégia para o Desenvolvimento Territorial”. O intuito desses encontros era implementar as políticas de territórios de identidade.

Ao fim dos três eventos, houve articulação para a identificação e formatação dos 23 territórios de identidade, baseados nos seguintes critérios:

- a) Mapa de atuação dos Consórcios de Segurança Alimentar - CONSADs;
- b) Regionais das várias Conferências e Consultas Públicas;
- c) Regiões Econômicas da Bahia;
- d) Pólos Sindicais;

- e) Regionalização estadual da administração da Educação (DIRECs);
- f) Regionalização estadual da administração de Saúde (DIRES);
- g) Regionalização estadual da administração da EBDA;
- h) Áreas de influência das Dioceses da Igreja Católica;
- l) Regiões de identidade por conta do principal segmento econômico;
- m) Territórios consolidados, emergentes e prioritários da pesquisa SEI/IICA/SAF

Desta maneira se deu a formatação de 23 territórios, primeiramente e hoje se compreende 27 territórios de identidade.

2.4 O Território Velho Chico

Aqui se apresentam uma breve descrição das características geográficas, históricas, demográficas, sociais e econômicas do Território Velho Chico na Bahia, com descrição dos aspectos da infraestrutura urbana/rural, e os serviços básicos disponíveis. Num primeiro momento observam-se o contexto geográfico-regional, salientando a dimensão territorial, os recursos hídricos, a aptidão agrícola e mineral, Bioma/ecossistema e clima. Em seguida, apresentam-se os fatos históricos relevantes, que induziram as transformações regionais, que contribuem para a identidade política, social, cultural e econômica do território estudado. Por fim, observam-se as características demográficas e sociais do Território Velho Chico, focando na população e em seus principais indicadores sociais, como renda familiar, educação, saúde e emprego. Nesse percurso, configuramos as características gerais dos municípios selecionados para a *metodologia de campo*.

2.4.1 Delimitação territorial e caracterização geográfica

O Território Velho Chico está localizado no Vale do São Francisco baiano, abrangendo dezesseis municípios: Brotas de Macaúbas, Feira da Mata, Matina, Oliveira dos Brejinhos, Riacho de Santana, Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Morpará, Muquém de São Francisco, Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. No total, ocupa 46.334,80 Km² da área total da Bahia que é de 564.692, 66 Km² (Tabela 01).

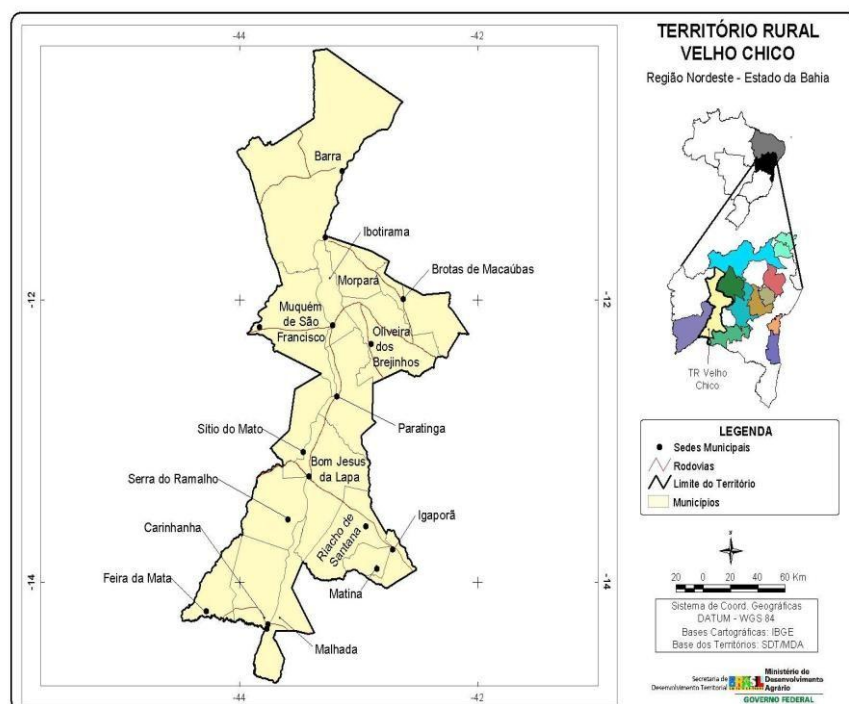
Tabela 1- Dados de Localização: Altitude, Situação Geográfica e Distância da capital do Estado da Bahia, Salvador

Municípios	Altitude	Latitude	Longitude	Distancia da Capital
Barra	400	11°05'0''	43°09'0''	807
Bom Jesus da Lapa	450	13°15'0'''	43°25'0'''	777
Brotas de Macaúbas	900	12°00'0'''	42°37'0'''	590
Carinhanha	440	14°46'0'''	43°46'0'''	899
Feita da Mata	497	14°13'0'''	44°16'0'''	964
Ibotirama	419	12°11'0'''	43°13'0'''	648
Igaporã	850	13°46'0'''	42°43'0'''	802
Malhada	430	14°20'0'''	43°46'0'''	899
Matina	500	13°54'0'''	42°53'0'''	838
Morpará	415	11°34'0'''	43°17'0'''	694
Muquém do S. Francisco	430	12°03'0'''	43°32'0'''	710
Oliveira dos Brejinhos	550	12°19'0'''	42°54'0'''	597
Paratinga	420	12°41'0'''	43°11'0'''	708
Riacho de Santana	650	13°36'0'''	42°56'0'''	846
Serra do Ramalho	438	13370	43340	845
Sítio do Mato	420	13050	43280	823

Fonte: Projeto GeografAr/UFBA

O território é extenso como podemos perceber na Figura 2, por tais motivos apresenta algumas características geográficas, vegetação e condições climáticas que variam, porém, a região sendo observada em aspectos mais gerais se caracteriza com mais semelhanças que variações, o que fizeram os municípios se integrarem no mesmo território de identidade.

Figura 2 - Delimitação do Território Velho Chico



Fonte: PDTRS, 2012.

Em relação à vegetação, o Território é considerado diversificado, não podendo ser definida, pois apresenta sucessivas áreas de transição entre o bioma Cerrado e a Caatinga, possuindo dentro deste aspecto diferentes fito fisionomias e formações florísticas que podem variar entre zonas de Caatinga, Floresta Estacional Decidual Montana, as Zonas de Tensão Caatinga Cerrado, as Matas de Galeria e Matas Ciliares.

O Clima, da região é seco, sub-úmido e semi-árido. O termo semi-árido é aplicado a extensos espaços do sertão nordestinos, em que se predomina médias pluviométricas anuais abaixo de 800 mm, de acordo com Silva (2010) tais aspectos característicos destas regiões dificultam e até podem ocasionar o

impedimento das atividades contínuas agropecuárias. A temperatura média anual atinge 24,0 °C, sendo que a máxima registrada atingiu índices de 45,0°C e a mínima a 16,1 °C. A pluviosidade anual tem em média 772 mm, máxima 1.243mm, essa precipitação pluviométrica é periódica e irregular se restringe e distribui entre os meses de novembro e janeiro (SILVA, 2010). Desta maneira o regime pluviométrico caracteriza-se por precipitações irregulares no decorrer dos meses e dos anos, ocorrendo desta forma períodos cíclicos e frequentes de seca (SILVA, 2010).

De maneira periódica também ocorre a maior incidência de ventos. As correntes de ventos de maiores intensidades ocorrem em setembro ou no período de inverno. Os ventos podem alcançar a velocidade de 4,2 m/s com altitudes superiores a 800m, nesses períodos (PTDRS, 2012).

Todos os municípios do território estão inseridos no chamado Polígono das secas, fator determinante na sobrevivência da população, pois, é alto o risco de seca, e os períodos de estiagem são frequentes na bacia do médio São Francisco. Essas condições climáticas adversas tornam a produção agrícola dificultada, principalmente para a agricultura familiar que dispõe de poucos artifícios e técnicas voltadas ao manejo sustentável da terra. Os grandes períodos de estiagem fazem com que os índices pluviométricos caiam e cheguem à metade da média dos 356 mm (SILVA, 2010).

O ecossistema da região é repleto de biodiversidade, tendo como representante da vegetação natural local espécies arbóreas que podem alcançar mais de 20 metros de altura, “destacando-se o pau d'arco, a baraúna, enquanto nas zonas de caatinga são encontradas populações significativas de juazeiro, quixabeira, umburana de cambão, catingueira e jurema, entre outras” (PTDR, 2012). Essa vegetação tem um importante papel simbólico-cultural, pois nos períodos de estiagem, são na maioria das vezes o principal alimento tanto dos animais como da população que ali vive.

Esse ecossistema da região sofre perdas consideráveis em sua vegetação pelo mau uso e ocupação do solo, principalmente pelo desmatamento e queimadas irregulares. Tais aspectos são agravados pela extração para a produção de carvão e lenha. De acordo com o IBAMA, o território é responsável por 23% de

toda lenha produzida no estado e de 50% da produção de madeira e madeira em toras, essas cifras representam 69% do valor de comercialização de madeira do estado da Bahia. A ação antrópica, configura um mosaico dos principais grupos florísticos sem corredores sustentáveis. Esse manejo inadequado, por desconhecer ou desconsiderar as técnicas de utilização e ocupação do solo somado às características climáticas naturais, favorecem a aceleração do processo de desertificação da região (PTDRS, 2011).

Em relação aos tipos de solos apresentados no Território Velho Chico podem citar as seguintes classes: Latossolo Vermelho – Amarelo Álico e Solos Aluviais Eutróficos. O solo predominante dentro do Território é o Latossolo Vermelho-amarelado álico.

Em relação às ocorrências minerais com valor comercial, podemos indicar geograficamente que são mais expressivamente encontrados na região sul/sudeste do Território de identidade Velho Chico, com destaque para Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. São encontrados nessas áreas solos ricos em ardósias, argilitos, calcários, dolomitos, depósitos eluvionares e coluvionares, depósitos fluviais (PTDRS, 2011). No sul/sudeste do Território há a possibilidade do garimpo e exploração de: cristal de rocha, de formações ferríferas, mármore, quartzitos e xistos entre outros minérios comerciáveis com menor valor comercial. Já na região mais norte do Território, encontram-se também arenitos feldspáticos, gnaisses, quartzitos, calcários, etc. Existe ainda, uma grande quantidade de habitantes que pratica atividade de garimpagem ainda usam a forma artesanal. Essas ações são esporádicas. Ocorrendo principalmente em período de estiagem, em que as produções agrícolas estão paradas (PTDRS, 2010).

Outra maneira de extração mineral praticado nessa região é a de areia no leito do rio, principalmente do Rio São Francisco. Alternativa pra essas populações em período não produtivo, e de escassez do pescado. Tal atividade é percebida em maior escala em Ibotirama e Bom Jesus da Lapa (PTDRS, 2010).

Em relação à produção agrícola, e à aptidão produtiva das terras, o Território Velho Chico tem grande potencial econômico em diversas cadeias produtivas. Podemos citar as mais expressivas economicamente para a região a

mandiocultura, apicultura, bovinocultura, caprinocultura e piscicultura. Outra atividade promissora é a produção e a comercialização de bebidas alcoólicas, a cachaça artesanal. Na pecuária, destaca-se o município de muquém, com um rebanho de bovinos com mais 80 mil animais, chegando a 12% do total de 700 mil do rebanho do Território. A caprinovinocultura tem ganhado espaço na produção regional, devido ao seu manejo e adaptação às condições climáticas da região (PTDRS, 2012).

Em relação aos recursos hídricos no Território, o Rio São Francisco, perpassa praticamente todos os municípios. Existem ainda rios permanentes que abastecem o Rio São Francisco sendo os mais representativos: Rio Grande que passa por Barra até chegar ao Rio São Francisco, o Rio Paramirim no Morpará, o Rio Santo Onofre em Ibotirama, o Rio Corrente em Sítio do Mato, o Rio Carinhanha no município de Carinhanha, Rio Verde em Malhada.

Nos municípios próximos à Chapada Diamantina, como Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, são encontrados mananciais de águas. O município de Barra, possui ainda áreas cobertas com fonte de águas naturais. O potencial dos recursos hídricos da região é diversificado, porém pouco explorados economicamente. Na cidade de Ibotirama existe um dos únicos pontos de exploração comercial de água mineral.

As bacias hidrográficas são ainda historicamente fonte de renda da maioria dos municípios do território do Velho Chico, apresentam uma fauna e flora biodiversa, com destaque aos peixes, que alimentam a população e é fonte de renda e subsistência. A pesca destaca-se no Território como uma das principais fontes de renda, é notória a quantidade elevada desses pescadores, pois a cada ano há um aumento acentuado de cadastrados nesta atividade para o recebimento do auxílio do governo no período da piracema com o aumento da fiscalização (PTDRS, 2011).

2.4.2 Aspectos históricos do Território Velho Chico

Rio São Francisco, chamado pelos índios de Opará (rio que vai dar no mar) foi ocupado pelos portugueses no início do século XVI. Período em que o Brasil estava sendo dividido em capitanias hereditárias. A margem esquerda do rio pertencia à Capitania de Pernambuco e a direita à Bahia. O Vale do São Francisco desde então se tornou território, espaço de grandes lutas políticas e sociais (PTDRS, 2012).

Em 1553, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável – PTDS do Território do Velho Chico, (2012), o Vale São Francisco começou a ser desbravado, com a construção de estradas, a fim de facilitar a chegada dos escravos. A ocupação colonial ocorreu no século XVII, com a expansão da pecuária na região. Nesse período ocorreram muitas mortes da mão de obra dos colonizadores devido à resistência indígena somada à vastidão dos sertões, que dificultava a sobrevivência destes ocupadores.

Os pioneiros, rapidamente alcançaram o Brasil central, dominando toda a área do Vale e a bacia do Rio São Francisco. A base econômica era a criação extensiva de gado, e a agricultura da cana de açúcar. O crescimento econômico de Minas Gerais proporcionado pela pecuária, associado com a capacidade de escoamento de mercadorias pelo curso navegável do rio São Francisco para os principais centros urbanos do norte, nordeste e sul do Brasil Imperial, além da capital Salvador, induziu ao título mais adiante, de Rio da “Integração Nacional”.

Em 1763, com a mudança da capital do Brasil colonial para o Rio de Janeiro, o impulso de desenvolvimento da região iniciado na colonização, além da distribuição e escoamento da produção diminuiu rapidamente. Já em 1872, com a navegação a vapor o rio São Francisco se torna um meio de transporte para imigração nacional, tendo arrefecido somente com a tardia construção de estradas e incentivo ao deslocamento por vias terrestres.

Nessa retrospectiva histórica é percebida a relação intrínseca entre o rio São Francisco com o desenvolvimento, econômico, cultural, histórico, social e político da região. Nesses períodos históricos supracitados a região era assolada por

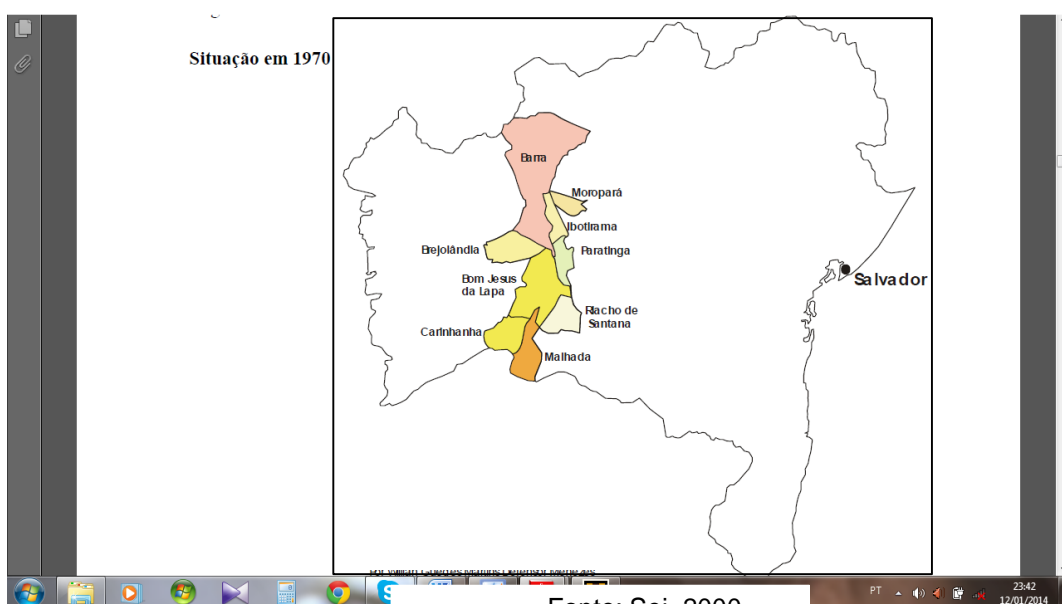
periódicas secas e intensos fluxos migratórios associados a essas condições climáticas viviam um isolamento devido à geografia e falta de meios de locomoção, transporte de mercadoria e transição de informação, rodeados em conflitos latifundiários, pois nela predominava o coronelismo, e a violência.

Nesse contexto, a cultura local se desenhou de maneira singular, com tipos sociais característicos como o cabra, o coronel, o cangaceiro, o vaqueiro, o pescador, dentre outros, que por muitas vezes se confundem na mesma pessoa, devido à pressão de inúmeros fatores constituintes do seu cotidiano. Aspectos que são fortes até os dias atuais na cultura desta população.

2.3.3 Processo de emancipação política regional

Até o início do século XX, o Território do Velho Chico possuía apenas nove municípios (Figura 03). Estimativas da FUNDIFRAN (Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco) relativo até a década de 1970, a região era pouco integrada, não possuindo polos, centros regionais, com relações quase que inexistentes com os demais municípios do Território, com dependência de outras regiões.

Figura 3- Delimitação do território Velho Chico até a década de 1970



Fonte: Sei, 2000.

Na década de 1970, o governo federal exerce maior influência sobre a região, com políticas de integração por meio da infraestrutura rodoviária, permitindo conexão entre o nordeste e o centro do país, com o recém construído Distrito Federal. Além dessa política pode-se salientar o PROVALE (Decreto de Lei nº 1.207/1972) que teve como objetivo modernizar e dinamizar a região com investimentos na navegabilidade do Rio São Francisco, com obras de urbanização, infraestrutura urbana e saneamento, com projetos ainda de reflorestamento e irrigação, e ainda com investimento na criação de parques nacionais.

Neste mesmo período, ocorre o investimento na emancipação de alguns municípios como verificado na Tabela 02 a seguir:

Tabela 2- Emancipação político administrativa do Território Velho Chico – BA

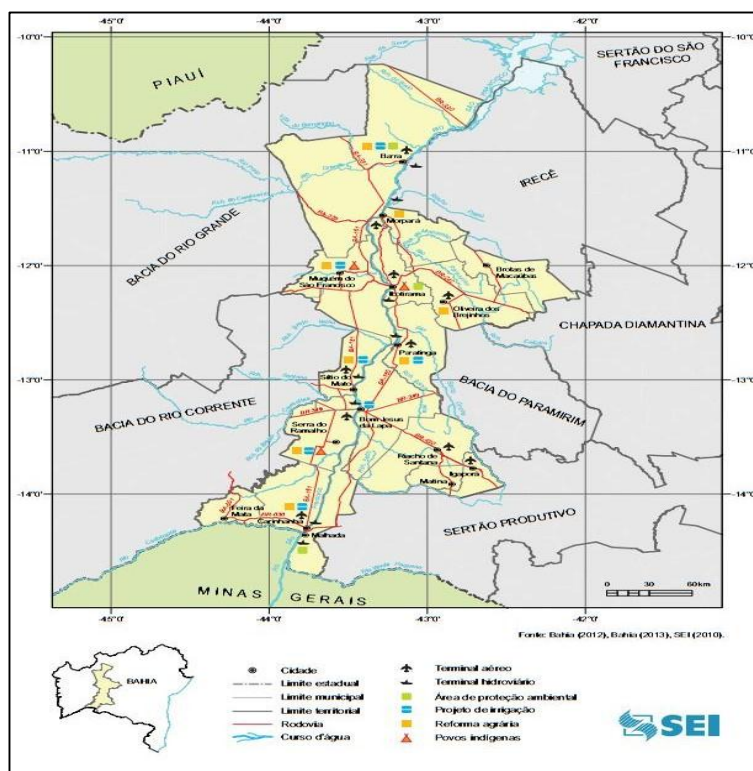
Municípios	Data de Criação	Data de Lei Vigente	Microrregião geográfica	Região administrativa
Barra	05/12/1752	10/2/1954	Barra	Ibotirama
Bom Jesus da Lapa	18/09/1890	10/02/1954	B. Jesus da Lapa	Sta. M. da Vitória
Brotas de Macaúbas	16/07/1878	10/02/1954	Boquira	Ibotirama
Carinhanha	06/07/1832	11/02/1954	B. Jesus da Lapa	Guanambi
Feita da Mata	24/02/1989	26/02/1989	B. Jesus da Lapa	Sta. M. da Vitória
Ibotirama	14/08/1958	15/08/1958	Barra	Ibotirama
Igaporã	25/05/1953	2/09/1960	Guanambi	Caetité
Malhada	29/11/1961	30/11/1961	Guanambi	Guanambi
Matina	05/04/1989	6/04/1989	. Guanambi	Guanambi
Morpará	16/07/1962	25/07/1962	Barra	. Ibotirama
Muquém do S. Francisco	13/06/1989	14/06/1989	Barra	Ibotirama
Oliveira dos Brejinhos	01/06/1891	16/02/1954	Boquira	Macaúbas
Paratinga	23/03/1745	16/02/1954 07.	B. Jesus da Lapa	Ibotirama
Riacho de Santana	13/08/1878	17/02/1954	Guanambi	Guanambi
Serra do Ramalho	13/06/1989	13/06/1989.	B. Jesus da Lapa	. Sta. M. da Vitória
Sítio do Mato	24/02/1989	24/02/1989 .	B. Jesus da Lapa	. Sta. M. da Vitória

Fonte: Projeto GeograFAR/UFBA – (PTDRS, 2012)

Neste processo, nos anos de 1980 e 1990 consolida-se a urbanização dos demais municípios hoje existentes e ainda se consolidam as relações intermunicipais, configurando-se alguns polos, centros regionais, como Barra,

Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória, Ibotirama, Guanambi, Brotas de Macaúbas e Caetité. As configurações atuais e os aspectos gerais do Território Velho Chico são verificadas na Figura 04 a seguir

Figura 4- Aspectos Gerais do Território de identidade Velho Chico –BA, 2012



Fonte: Site da SEI, 2013

2.3.4 Características demográficas e sociais

Nesta seção apresentam-se de maneira sucinta os aspectos demográficos e sociais do Território Velho Chico. Divididas em seis subseções, a primeira apresenta a demografia, a segunda os aspectos econômicos a terceira a infraestrutura rodoviária regional, a quarta apresenta os níveis educacionais da população e a última subseção apresenta os aspectos relevantes do serviço público de saúde do Território Velho Chico.

2.3.5 Aspectos demográficos

O IBGE (2010) indica que o Território do Velho Chico, possui uma população aproximada de 370 mil habitantes, sendo que a maior parcela da população reside na zona rural, cerca de 197 mil habitantes. De acordo com os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a densidade demográfica desta região é baixa, com 8,2 hab/km² bem menor que a média do estado que é de 23, 1 hab/km² (IBGE, 2010).

Comparado aos índices demográficos da década anterior, o Território teve um leve decréscimo em números de população. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o Território ainda é considerado abaixo da média, tendo o IDH em torno de 0,48. Sendo que o município com maior IDH do Território é o de Ibotirama considerado pelos parâmetros do PNUD como uma cidade de médio desenvolvimento humano, ver Tabela 03 a seguir.

Tabela 3- IDH e População do Território Velho Chico – BA, 2010.

Municípios	População	Renda Per capta	IDH/M	População urbana	População Rural
Barra	49.342	56,374	0,446	22.461	26.881
Bom Jesus da Lapa	63.508	125,413	0,579	43.111	20.397
Brotas de Macaúba	10.718	64,077	0,467	3.118	7.600
Carinhanha	28.378	64,707	0,469	12.580	15.798
Feira da Mata	6.179	76,483	0,497	3.243	2.936
Ibotirama	25.422	141,345	0,599	19.499	5.923
Igaporã	15.194	99,863	0,541	7.860	7.334
Malhada	16.008	60,15	0,457	6.559	9.449
Matina	11.134	47,997	0,419	3.485	7.649
Morpará	8.285	79,932	0,504	5.539	2.746
Muquém do S. Francisco	10.272	74,093	0,491	1.283	8.989
Oliveira dos Brejinhos	21.839	68,118	0,477	6.583	15.256
Paratinga	29.475	49,114	0,423	10.915	18.560
Riacho de Santana	30.651	70,273	0,483	13.096	17.555
Serra do Ramalho	31.646	60,481	0,458	6.282	25.364
Sítio do Mato	12.051	51,913	0,432	6.866	5.185
Total	370.102	1.190,333	-	172.480	197.622

Fonte: PTDRS, 2012

2.3.6 Aspectos Econômicos

O Território tem diversificadas cadeias produtivas com potencial econômico. As mais expressivas de acordo com CODETER (Colegiado de Desenvolvimento Territorial), são a mandiocultura, apicultura, bovinocultura, caprinocultura e piscicultura (Tabela 4).

Tabela 4- Principais atividades Econômicas do Território Velho Chico – BA, por municípios

Atividades Econômicas	Municípios
Comércio, Serviço e Indústria	Cidades polos as cidades de Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Riacho de Santana e Carinhanha
Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura	Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas e Muquém do São Francisco
Bovinocultura de Leite:	Serra do :Ramalho, Sitio do Mato, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Igaporã, Paratinga e Ibotirama
Apicultura	Ibotirama, Barra, Brotas de Macaubas, Oliveira dos Brejinhos, Morpará, Muquem do São Francisco, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Sitio do Mato, Serra do Ramalho e Carinhanha
Fruticultura	Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho, Ibotirama, Riacho de Santana, Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas e Barra
Mandiocultura	Ibotirama, Barra, Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos, Morpará, Muquém do São Francisco, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Sitio do Mato, Serra do Ramalho, Feira da Mata, Malhada, Matina, Igaporã e Carinhanha.

Fonte: PTDRS, 2012. Adaptação do Autor

Algumas atividades como a produção de cachaça vêm crescendo como atividade econômica representativa, com importação e exportação do produto de agregado valor. A produção de doces, geleias, sucos e compotas também vêm ganhando espaço na economia local. Podemos citar ainda como produto com potencial econômico os artesanatos locais, produzidos de maneira sustentável, em palhas de milho, bananeira, ou mesmo couro ou cristas.

A produção agrícola, da região, está relacionada com culturas temporais, até porque o clima da região não favorece o cultivo de vegetais que sejam permanentes, apesar de acontecer essa produção. O cultivo mais expressivo é de mandioca, cana de açúcar, milho e o feijão. O cultivo tanto de mamona como de algodão vem crescendo nos últimos anos, mas ainda não é predominante.

Culturalmente e historicamente, sabe-se que a população está intrinsecamente enraizada com os recursos hídricos da região, e esse fator também influencia na economia local. Fato comprovado na implementação de projetos voltados à fabricação de gelo para o pescado e beneficiamento de peixes para distribuição nas regiões circunvizinhas. Foram implantados ainda em 2004, 20 tanques-redes, para criação de peixes (Tilápia), na fase experimental, hoje existem mais de 180 tanques com parcerias privadas e governamentais.

Os investimentos ocorridos, tanto pelos Programas do Território da Cidadania, Território de Identidade de acordo com a CODETER, associado ao SEBRAE, vem tornando a economia local mais movimentada e sustentável, permitindo o incentivo a este tipo de projeto como os de beneficiamentos da produção e escoamento dos produtos pela comercialização, se tornando cada vez mais atrativo do ponto de vista econômico e social.

Além destes, a economia local vem deslanchando com os projetos PAA (Projeto de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Tais projetos permitem que associações e diversos agricultores familiares do Território possam impulsionar ainda mais suas atividades produtivas regionais.

2.3.7 Infraestrutura rodoviária Territorial

No Território apresentam-se rodovias e interestaduais e intermunicipais, tendo em destaque a BR 242, que liga Brasília à capital da Bahia, via cidade de Barreiras que é um entroncamento rodoviário. Ainda perpassam o Território as seguintes rodovias federais: BR 349 - Santa Maria da Vitória / Bom Jesus da Lapa e BR 430 – Caetité, Bom Jesus da Lapa e a cidade de Malhada recebem

a rodovia BR 030. Duas grandes rodovias estaduais margeiam o rio São Francisco. Na margem direita, de Malhada a Ibotirama (297 km) e de Barra a Xique-Xique (91 km) a BA 160. Na margem esquerda, de Carinhanha a Barra (426 km) a BA 161.

De acordo com as análises da CODETER as rodovias do Território se encontram em boas condições de tráfego. Apesar da necessidade de uma maior atenção e acompanhamento devido à permanente falta de acostamento, sinalização horizontal e vertical nas pistas.

2.3.8 Aspectos educacionais

Na última década, ocorreu uma melhoria significativa no que tange ao sistema educacional e seus números no Território Velho Chico. Tal indicador é representado pela redução da taxa de analfabetismo, no aumento do número de matrículas e no crescimento da taxa de escolaridade média da população, conforme números na tabela a seguir (PTDRS, 2012). Porém tais números, ainda são insatisfatórios quando comparados aos demais dos Territórios baianos e a média do Estado da Bahia (Tabela 5).

Tabela 5- Taxas de analfabetismo do Território Velho Chico Bahia, década 2000 acima de 15 anos

Municípios	Total da pop.	Nº de analfabetos	% de Analfabetos
Barra	25.763	9.048	35,1
Bom Jesus da Lapa	34.831	8.841	25,4
Brotas de Macaúbas	10.369	2.385	23,0
Carinhanha	16.630	6.177	37,1
Feita da Mata	4.928	1.253	25,4
Ibotirama	9.996	2.979	29,8
Igaporã	15.805	3.972	25,1
Malhada	11.558	3.867	33,4
Matina	6.601	2.691	40,8
Morpará	5.728	1.898	33,1
Muquém do S. F.	5.375	1.946	36,2
O. dos Brejinhos	14.103	3.834	27,2
Paratinga	16.881	5.161	30,6
Riacho de Santana	19.008	6.416	33,8
Serra do Ramalho	19.470	6.275	32,2
Sítio do Mato	6.911	2.061	29,8
Bahia	8.891.278	2.057.907	23,1

Fonte: PTDRS, 2010.

A educação do e no Campo ainda é tímida, visto que, a maioria da população é da zona rural. De acordo com as pesquisas da CODETER, a problemática é explicada pelo pouco investimento em educação, seja na infraestrutura como em mão-de-obra qualificada, apesar de haver aumentado o envolvimento das comunidades rurais com o crescimento dos Empreendimentos Solidários.

O Território apresenta cursos técnicos e profissionalizantes promovidos, principalmente, pelos IFBA's (Instituto Federal da Bahia) e CETEP's (Centro Territorial de Educação Profissional), CEEP-águas (Centro Estadual de Educação Profissional). Quanto ao ensino superior público no território possui apenas a UNEB (Universidade Estadual da Bahia) campus XVII, por enquanto. E ensino superior privado, é disponível por algumas redes de ensino à distância.

2.3.9 A Saúde do Território Velho Chico

De acordo com a CODETER, como ocorreram inúmeros avanços atribuídos ao Sistema Único de Saúde, nos recentes vinte dois anos de oferta de ações e serviços de saúde, com aumento da capacidade de atendimento instalado. Contudo, tais aumentos não conseguem assistir à população do Território em questão. Para o número populacional é baixa a quantidade de oferta de serviços públicos de saúde.

Os hospitais localizados no Território Velho Chico, são em sua arrebatadora maioria municipais, com a capacidade máxima de 50 (cinquenta) leitos. A consequência desta pequena oferta do serviço público de saúde é a migração de pacientes de unidades de saúde intermunicipais e inter-regionais. O território possui, 14 (quatorze) hospitais em 13 (treze) cidades, desses 12 (doze) são municipais, 1 (um) estadual e 04 (quatro) particulares.

O Hospital Regional de Ibotirama é a única unidade hospitalar da esfera estadual. Não suporta a quantidade de migrantes e nem atende algumas especialidades, tendo que migrar pacientes para o Hospital do Oeste localizado no Território Vizinho.

3 SEBRAE E O ATENDIMENTOS AOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E IDENTIDADE

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) se configura como uma instituição privada de interesse público sem fins lucrativos, que tem por missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte (SEBRAE, 2013). Nos últimos anos, o SEBRAE tem desenvolvido ações a fim de potencializar a difusão da abordagem territorial, conferindo projetos de assistência técnica contribuindo para o dinamismo econômico e do ambiente de negócios. Esta seção tem como objetivo apresentar as iniciativas, e as perspectivas da contribuição do SEBRAE no Desenvolvimento Territorial nacional e baiano.

3.1 Programa Nacional SEBRAE nos Territórios Da Cidadania

O Programa Nacional do SEBRAE nos Territórios da Cidadania delimitados pelo Governo Federal promove nos territórios assistência técnica e gerencial às atividades produtivas, que ali são desenvolvidas (ambiente urbano e rural), dos diversos segmentos econômicos, incentivando a cadeia produtiva local, com assistência técnica, bem como busca fortalecer a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, melhorando o ambiente de negócios.

No ano de 2013, de acordo com o SEBRAE (2014), o Programa Nacional do SEBRAE abrangeu mais de 100 territórios do país, acompanhando cerca de 1500, municípios em 26 estados (SEBRAE, 2014).

Os projetos que abrangem os territórios buscam acompanhar um público específico, de microempresas, empreendedores individuais, produtores rurais e potenciais empresários. O papel do SEBRAE no processo de implantação da política pública de desenvolvimento territorial, se “fundamenta a partir do fortalecimento dos pequenos negócios existentes e do estímulo ao empreendedorismo” (SEBRAE, 2013)

O programa consiste em promover uma maior articulação entre o poder público local com a população em prol da criação de um ambiente de negócios a fim de promover a melhoria da qualidade de vida da população pelo aprimoramento dos meios produtivos, abertura de mercado, emprego e constância econômica.

A perspectiva de negócios, como metodologia de trabalho efetuado pelo SEBRAE para o alcance de melhores indicadores dos territórios, tem sintonia com a linguagem desses tempos de globalização (SANTOS, 2000). O conteúdo dos respectivos programas busca intervir nas desigualdades no campo da própria ordem capitalista. Nesta lógica, não há questionamento estrutural da ordem geradora das desigualdades, há a socialização de ferramentas e instrumentos que possibilitam à população se apropriar de segmentos do mercado. Geralmente são segmentos que, diante do capitalismo monopolista, ainda reservam competição no mercado interno.

No ano de 2012, o SEBRAE dispôs de ações junto a grandes empresas, “visando implementar planos de desenvolvimento econômico territorial em regiões impactadas por grandes investimentos, e também em regiões urbanas de baixa renda, como nas grandes cidades as áreas de favelas e regiões periféricas” (SEBRAE, 2014).

3.2 Projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico – SEBRAE

Nesta seção, haverá uma breve explicação do que seja o Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar da Cidadania Velho Chico, implementado pelo SEBRAE. Esta seção permitirá que entendamos quais são os objetivos desse projeto e como ele se instala dentro do território de identidade Velho Chico.

3.2.1 Caracterização do Projeto

O projeto de Desenvolvimento tem como objetivo promover o atendimento dos pequenos negócios, formais e informais, nos 16 municípios (Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Ibotirama, Muquém do São Francisco, Morpará, Barra, Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Malhada, Matina, Igaporã, Riacho de Santana, Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Carinhanha e Feira da Mata) que compõem o Território da Cidadania – Velho Chico, atuando com atendimento individual e coletivo/setorial nos diversos segmentos econômicos existentes (agronegócio, indústria, comércio e serviços), bem como implementar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em prol da criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento.

O Território em estudo, apresenta diversificadas características em seus municípios, seja na zona rural ou urbana, seja com empreendedores individuais ou micro e pequenas empresas, seja de pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas, aquiculturas familiares ou pequenos produtores da agricultura familiar. Porém, uma característica é comum a todos: a busca por alternativas que permitam o desenvolvimento de atividades produtivas que gerem trabalho, complementação de renda e melhoria da qualidade de vida do trabalhador e das comunidades envolvidas, com vistas à sustentabilidade econômica e à inclusão social.

A partir desse interesse social e da política de gestão de Território, é que o SEBRAE articula as suas atividades nesse percurso. Mas, o SEBRAE não atua de maneira individual, nas cadeiras produtivas do Território. Existe um arranjo Institucional importante no processo de agregação de valor, envolvendo CODEVASF, SAF/MDA, SDT/MDA, SEAGRI, FBB, INCRA, CDA, ASCONTEC, FUNDIFRAN, UFBA, Cooperativa de Crédito do Sistema ECOSOL, SENAR, SETAS, Prefeituras Municipais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outras entidades. Estas relações se destacam em todo o território do Velho Chico.

Mais de dois terços da riqueza mundial é movimentado nas economias locais, nas quais prevalecem as micro, pequenas e médias empresas. Enfatiza-se a

importância da participação do SEBRAE em apoiar o desenvolvimento territorial e as iniciativas que podem ser tomadas para promover mais dinamismo, mais produção e produtividade, mais competitividade e mais sustentabilidade para estas economias. Atualmente, o fator estratégico que define a competitividade econômica é a capacidade de inovação, que depende, por sua vez, do acesso à informação e ao conhecimento.

Desta maneira, o maior desafio da promoção do desenvolvimento territorial é a criação de um ambiente favorável para a inovação, que gere impactos positivos junto às micro, pequenas e médias empresas, de modo a elevar a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios, ampliando a competitividade sistêmica do território (CORREIRA, 2006.).

Nessa perspectiva, a função social das políticas implantadas no território funciona como mecanismo não só de organização, mas também de empoderamento uma vez que o conjunto das instituições e os trabalhadores tomam para si a condução da produção descentralizada, em pequenas extensões de terra, sendo um elemento de resistência à supremacia das grandes empresas que no atual estágio do processo globalitário (SANTOS, 2000) buscam as cidades médias e pequenas para desova de suas produções em escala. De modo que o efeito dos procedimentos de acompanhamento desses trabalhadores do Território Velho Chico atendidas pelo SEBRAE auxilia na sua organização, através de ações que fortalecem as diversas atividades econômicas e sociais, mediante o desenvolvimento de forma ordenada no Território, atuando tanto na zona rural como na área urbana, com ações de melhoria dos processos gerenciais, produtivos, inovações tecnológicas, acesso aos mercados e fortalecimento da governança, gerando ocupação e renda.

3.2.2 Atuação do Projeto implementado pelo SEBRAE no Território

O projeto é uma medida temporária, que em três anos busca alcançar seus objetivos. Ele alcança 1.560 pequenos negócios existentes nos 16 municípios do Território da Cidadania Velho Chico, sendo 780 empreendimentos formais

correspondentes a 15% das empresas registradas no Simples Nacional e 780 empreendimentos informais dos diversos segmentos econômicos existentes nestes municípios (agronegócio, indústria, comércio e serviços), sendo representados por:

- | | |
|----------------------------------|------------------------------|
| 1. Associações ou sindicato; | 7. Ambulante; |
| 2. Cooperativa; | 8. Artesão; |
| 3. Empreendedor Individual; | 9. Autônomo; |
| 4. Empresário Individual; | 10. Produtor Rural; |
| 5. Outras organizações privadas; | 11. Empreendimento informal. |
| 6. Sociedade empresarial; | |

De acordo com o SEBRAE, os empreendimentos que são atendidos são: empreendedores individuais, empresários, cooperativas rurais e urbanas, sindicatos, associações, produtores rurais, autônomos e mini e pequenas empresas.

O SEBRAE atende essas populações adequando suas atividades de acordo com a necessidade local, disponibilizando, cursos, oficinas, palestras, para o seu melhor funcionamento. Percebe-se a partir dos relatórios disponibilizados pelo SEBRAE que o processo de implementação e atuação do SEBRAE nas cadeias produtivas e no apoio técnico desenvolvido no Território de Identidade Velho Chico, as atividades do projeto de apoio as comunidades do Território de Identidade Velho Chico, foram satisfatórias com aumentos em ganhos produtivos acima do esperado.

4 GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO VELHO CHICO

Esta seção apresentar e discutir os resultados provenientes deste trabalho, e está dividida afim de facilitar o entendimento. Num primeiro momento apresenta-se a metodologia empregada para gerar tais resultados logo na sequencia busca elucidar como ocorre o processo de organização do Território Velho Chico. Expõe a articulação entre os órgãos responsáveis pela construção dessa nova política com os sujeitos sociais deste território, e o resultado desse processo no desenvolvimento das atividades e consequentemente na qualidade de vida. Na seção seguinte ainda, apresentam-se os resultados das entrevistas individuais que ocorreram com os membros do Colegiado – CODETER.

Num terceiro momento, foca na análise do Território Velho Chico e mais estritamente a sua relação com as atividades do SEBRAE, mediante do projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da cidadania Velho Chico em três empreendimentos comunitários.

4.1 Método da Pesquisa

Para alcançar os objetivos deste trabalho, adotou-se como procedimento a *pesquisa bibliográfica* e a *pesquisa de campo* com abordagem qualitativa dos dados. Utilizou-se tanto dados primários, como dados secundários. Sobre os dados secundários, consultou-se um amplo acervo de documentos e informações, a respeito do Território Velho Chico, produzidos pelo Governo da Bahia, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pelo Governo Federal, pela coordenação executiva do Colegiado Territorial. Os dados estatísticos, assim como os documentos técnicos foram base para a análise do contexto social e econômico do Território em análise.

Sobre os dados primários – obtidos na pesquisa de campo – utilizou-se questionários semiestruturados (ver apêndice 1), que foram aplicados Tanto a coordenação executiva do CODETER, quanto a empreendimentos comunitários que foram atendidos tanto pelo colegiado como pelos projetos do SEBRAE.

Quanto a pesquisa foi aplicada à Coordenação Executiva do Colegiado Territorial, no intuito de diagnosticar as suas ações e de que forma contribuem para melhorar os indicadores de renda e volume de comercialização das comunidades atendidas pelo projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico, implementado pelo SEBRAE da Bahia.

Num segundo momento para atender à necessidade da pesquisa foram selecionados três Empreendimentos Comunitários que tiveram o acompanhamento do SEBRAE. Os empreendimentos foram: Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida, da comunidade do Bumba, município de Matina/BA; Associação dos Atingidos pela Implementação da Barragem Lagoa da Torta, comunidade Lagoa da Torta, município de Igaporã/BA; e Associação Beneficente dos Pequenos Lavradores do Alto da Santa Cruz, município de Barra/BA.

Para entender como ocorre o processo de articulação e assistência técnica desenvolvido pelo SEBRAE por meio do projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar, foram selecionados metodologicamente três Empreendimentos Comunitários para serem entrevistados. Esses três serão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 6: Caracterização dos Empreendimentos Comunitários - 2013

Empreendimento Comunitários	Caracterização	Dados sobre o Município
Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida, Matina/Ba	Localizada na comunidade do Bumba, município de Matina/BA, a 18 km da sede. A Associação é composta por produtores das comunidades do Copial, Jacaré, Sucesso, Bumba, Vamos Ver, Lagoa Seca, Baixa do Pedro, Tanque Velho. As famílias vivem da agricultura de sequeiro, com a produção de feijão, milho, mandioca, fumo, gado leiteiro para consumo próprio e possuem animais para utilização de equipamentos tracionados por animais. A principal atividade de geração de renda dos produtores é o cultivo da mandioca e sua transformação em farinha de mandioca, polvilho, biscoitos, bolos, pães, etc. Com o total de 30 associados.	O município de Matina possui o menor IDH do território Velho Chico e uma população total de 11.135 pessoas, da qual 7.649 (68,69%) vivem na área rural. A economia do município tem como base a agricultura e pecuária como fonte principal de geração de emprego e renda.
Associação dos Atingidos pela Implantação da Barragem Lagoa da Torta	Município de Igaporã/BA, a 15 km da sede. A Associação é composta por produtores das comunidades do Timóteo, Lagoa da Torta, Tigre, Limeira e Caraíbas. As famílias vivem da produção de feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, gado leiteiro para consumo próprio e possuem animais para utilização de equipamentos tracionados por animais. A principal atividade de geração de renda dos produtores é o cultivo da mandioca e sua transformação em farinha de mandioca, polvilho, beijus e biscoitos. Com total de 51 associados.	O município possui o IDH de 0,541 e uma população de 15.194 pessoas, da qual 7.334 (48,27%) vivem na área rural. A base econômica do município está voltada para a agricultura familiar em sequeiro, agropecuária. O município possui também alto potencial energético eólico explorado por empresas privadas de São Paulo. Na sua base territorial está implantado o Complexo Eólico Alto Sertão I, da empresa Renova Energia.
Associação Beneficente dos Pequenos Lavradores do Alto da Santa Cruz.	Bairro da cidade de Barra/BA. São famílias de agricultores familiares e pescadores (ribeirinhos) que vivem da agricultura familiar, da pesca e dos programas federais de transferência de renda. Produzem feijão, abóbora, batata, mandioca e milho, no lameiro das ilhas do São Francisco. Com o total de 28 associados.	O município de Barra possui o IDH de 0,446 e tem uma população total de 49.342 pessoas, da qual 26.881 (54,48%) vivem na área rural. A base econômica do município está voltada para a agricultura familiar em sequeiro, agropecuária em pequena escala e pesca.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Foi-se utilizado como método de coleta coletiva a captura das informações em grupo, método participativo, por via de uma reunião com os membros dos grupos

de cada associação no mês de Abril de 2013. Ocorreu o convite aos membros das associações com um mês de antecedência para coleta dos dados. O número de entrevistados na reunião para a obtenção de dados, foram em cada empreendimento econômico de 20% do universo de associados da comunidade, mais o presidente da mesma.

A coleta de dados nos empreendimentos comunitários foi organizada em algumas categorias. Essas variáveis serão dispostas a seguir dentro de cada empreendimento comunitário em forma de tópicos para uma maior compreensão do leitor e organização dos dados. Os temas se apresentarão na seguinte sequência:

a) Associativismo. Entende-se essa categoria como tendência ou movimento dos trabalhadores de se congregarem em associações representativas (órgãos de classe, sindicatos etc.), para a defesa de seus interesses. Avaliar se os fundamentos do associativismo estão bem consolidados no grupo e se o interesse coletivo é maior do que o individual.

b) Assistência Técnica. Avaliar se o apoio técnico e gerencial oferecido por entidades públicas e privadas para o melhoramento da produção, beneficiamento dos produtos, crédito orientado e acesso a mercados tem contribuído para o desenvolvimento das associações.

c) Protagonismo Local. Percebido como a capacidade da comunidade e das pessoas deste espaço serem sujeitos ativos que tomam a iniciativa em sua comunidade sem esperar pelo outro. Aqueles que têm espírito empreendedor e fazem a diferença dentro do território a fim de superar as dificuldades encontradas. Neste critério, observa-se o grau de empoderamento e nível de independência em relação ao apoio dos parceiros e instituições.

d) Envolvimento do poder público. Ajuizar o estreitamento das relações entre o poder público local, neste caso prefeitura municipal, com os sujeitos atuantes. Avaliar o nível de apoio dispensado para facilitar acesso a mercados (PNAE), assistência técnica rural, participação da comunidade nos editais públicos e infraestrutura das comunidades agrícolas.

e) Tecnologias implementadas. A percepção do grupo quanto ao domínio das tecnologias utilizadas no processo de produção e beneficiamento dos produtos, qualidade das máquinas e equipamentos disponíveis, estrutura física das unidades produtivas, armazenamento e conservação dos alimentos.

f) Comercialização. Ponderar sobre o processo das vendas dos produtos, avaliar canais e mercados, grau de empreendedorismo e de busca de oportunidade de negócios, utilização de marca própria e estado de dependência dos programas de governo.

g) Participação do Colegiado Territorial. O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Velho Chico (CODETER) tem o papel de identificar as principais demandas e possíveis soluções do território para a partir desse processo intermediar a comunicação entre as associações de produtores rurais e as instituições públicas e privadas. Destarte, pretende-se avaliar o nível de contribuição e comprometimento do CODETER nos resultados auferidos pelos empreendimentos comunitários.

h) Resultados: Avaliar nível de satisfação das comunidades atendidas pelo projeto do Sebrae e se, realmente, atendeu os objetivos inicialmente propostos pelo Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico.

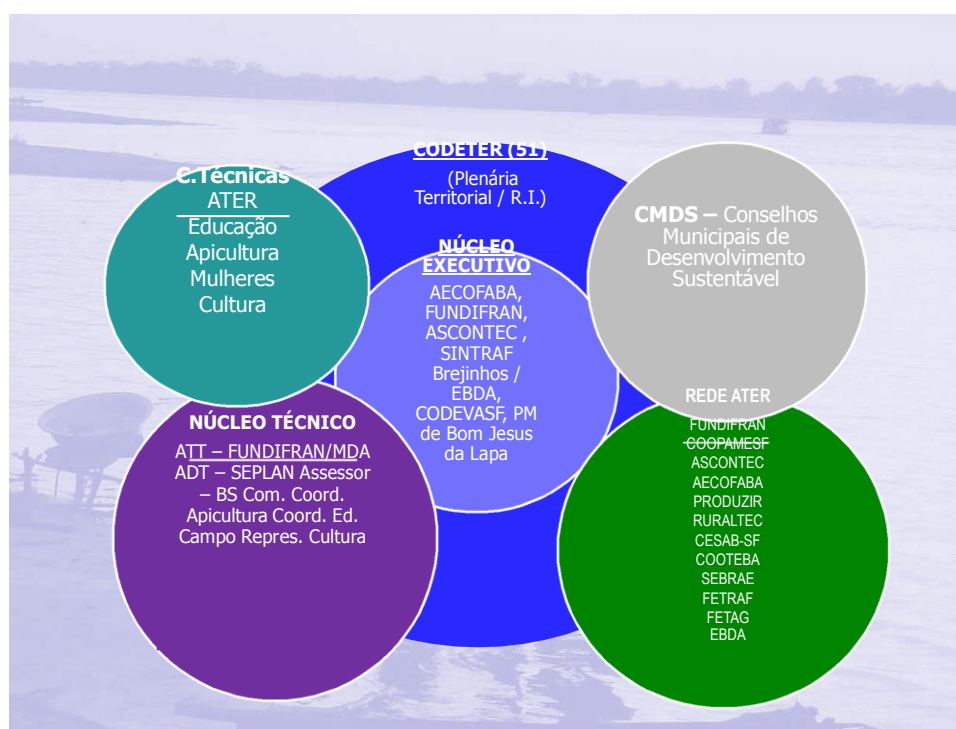
4.2 A gestão do desenvolvimento a partir da abordagem Territorial - O Colegiado

A gestão do desenvolvimento, a partir da abordagem territorial, deve se configurar a partir de demandas levantadas por um espaço político de articulação democrática, constituído por órgãos responsáveis por estratégias para a promoção da melhoria da qualidade de vida dos sujeitos sociais (SILVA, 2012). Este espaço político deve ser entendido como o ambiente de integração social e de discussões, um instrumento para proporcionar maior participação da base social (mobilização social) a compreensão dos problemas sócio ambientais, permitindo a comunicação entre a administração pública e os demais atores do Território.

O Colegiado Territorial, o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Velho Chico (CODETER), têm o papel de identificar as principais demandas e possíveis soluções para o território, e a partir desse processo intermediar a comunicação entre as instituições e esferas públicas. O Colegiado ainda tem que assegurar o andamento das políticas públicas do Território, fiscalizando e observando como estão ocorrendo (PTDRS, 2012).

Desde a constituição do CODETER, em 2003, o colegiado abrange os três setores da sociedade, as esferas públicas representadas pelas prefeituras e órgãos Estaduais e Federais, ainda o segundo setor composto pela sociedade civil, porém a divisão da representação variava de acordo com o setor. Na mesma década, no ano de 2008, ocorreu o primeiro processo de reformulação do colegiado. Tal reformulação foi incentivada principalmente, pela inclusão/integração do Território Velho Chico, no programa Federal de Territórios da Cidadania. A partir desta reformulação, adotou-se a paridade nas representações do colegiado. Nesse mesmo período, ocorreu a inclusão da opinião do setor privado no colegiado.

Atualmente, o colegiado dispõe da seguinte configuração: 52 representações, sendo da Sociedade Civil (53%); Poder Público (39%) e Setor Privado (8%), conforme figura abaixo (PTDRS, 2012).

Figura 5 - Organograma do Colegiado

Fonte: CODETER, 2013

Entre os anos de 2005 à 2010, o CODETER indica que ocorreu importantes avanços no que tange ao processo de gestão social. Para isto, seus dados indicam que um dos importantes passos para alcançar tais avanços foram: a ampliação do número de entidades parceiras (gestoras de recursos de apoio ao Território), sendo esse avanço de mais de 90%, construindo, a partir desse processo, uma Rede Territorial de Entidades Parceiras (RETEP), sendo que o SEBRAE consiste em uma destas entidades que contribuem com esse processo de aumento de suporte para a gestão social. Outros aspectos que o CODETER indica como fundamental para o avanço na construção do processo de gestão social, foi a implantação das Câmaras Temáticas (técnicas), representando os seguimentos e eixos temáticos prioritários do Território. E ainda, a ampliação do Núcleo Técnico de apoio ao Colegiado, e por fim, a “evolução da comercialização dos produtos da agricultura familiar para o PAA” (PTDRS, 2012).

A partir de sua construção o CODETER, entende que possui algumas atribuições que podem ser distribuídas da seguinte maneira:

- a) sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção e qualificação coletiva do Plano

Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS, bem como outros documentos de promoção do Desenvolvimento Sustentável; b) promover a elaboração das Agendas de Prioridades, bem como a Seleção dos Projetos a serem implementados a cada fase do PROINF (PRONAF Infraestrutura), do Programa Territórios da Cidadania e outros; c) articular e apoiar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos; d) estimular a criação de Câmaras Técnicas Temáticas, Redes Territoriais de prestação de serviços (assistência técnica, economia solidária, capacitação, educação, cultura, tecnologias apropriadas, informação/divulgação, entre outras), bem como apoiar a sua estruturação e operacionalização; e) encaminhar processos de negociação de programas, projetos e ações orientadas para o desenvolvimento sustentável do território; f) promover o acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento; g) instituir fundos financeiros de apoio operacional as ações territoriais. A Plenária do Colegiado é o órgão colegiado superior, ao qual competem todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial (SEBRAE, 2012 – Projeto Velho Chico).

Além da plenária como já citado acima, o CODETER apresenta um Núcleo Executivo (Coordenação Executiva), aparelho técnico responsável por fornecer ao colegiado como um todo as informações sobre as ações, programas e projetos no Território. Esse Núcleo Executivo, é constituído por 8 (oito) membros os quais são eleitos em Plenária Territorial. Os cargos deste Núcleo Executivo são formados por representações das forças estratégicas atuantes no Território. A Coordenação Executiva possui algumas atribuições, sendo elas:

a) fornecer ao Colegiado todas as informações sobre as ações, programas e projetos do Território; b) organizar e propiciar as condições necessárias para o funcionamento do Núcleo Técnico, das Câmaras Técnicas ou grupos de trabalho para melhor executar os seus serviços; c) organizar, em conjunto com o Articulador Territorial, as plenárias e eventos territoriais; d) avaliar, em conjunto com as câmaras técnicas ou grupos de trabalho, os planos de trabalho; e) analisar a documentação da Instituição indicada para articulação e gestão territorial; f) decorrida a indicação da Instituição articuladora e/ou gestora do território, o Núcleo Executivo encaminhará o seu parecer ao MDA, juntamente com a documentação pertinente; g) representar o Colegiado na Coordenação Estadual dos Territórios – CET e nos eventos territoriais estaduais e nacionais; h) gerenciar o plano de ações integradas do programa “Territórios da Cidadania”; i) acompanhar a execução dos contratos e convênios na base territorial; i) fomentar a formação continuada dos Conselheiros em Desenvolvimento e Gestão Territorial; j) planejar, juntamente com o Núcleo Técnico, as ações territoriais, bem como monitorá-las.

O Núcleo Técnico (NT) por sua vez é constituído por profissionais contratados e/ou cedidos, prestam o serviço de assistência técnica por tempo determinado. Esses profissionais são responsáveis pelos serviços de articulação, consultoria

e coordenação dos programas e projetos Territoriais. O NT, tem como função principal oferecer suporte técnico ao Colegiado como um todo.

Dentro da configuração do CODETER, existe ainda as câmaras Técnicas (Temáticos) ou Grupos de Trabalho, estas são formadas de 3 (três) à 12 (doze) membros, estes Grupos de Trabalho funcionam por períodos pré-estabelecidos de acordo com as demandas entendidas como fundamentais naquele momento pelo Território em consonância com o plano de ações integradas aos eixos estratégicos. Estes Grupos, têm como competências:

- a) elaborar Estudos, projetos, emitir parecer técnico, acompanhar e assessorar ações de ordem técnica; b) esclarecer, defender ações territoriais, perante aos agentes financeiros e outras agências de desenvolvimentos e/ou instâncias governamentais quando convocadas para estes fins; c) prestar informações ao Núcleo Executivo e ao Colegiado, sempre que forem convocadas.

Os Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural nomeados de ATER ou ATEs, são entendidos como programas, que, têm o intuito de promover cursos, oficinas, palestras, desenvolver tecnológicas que qualifiquem as equipes técnicas, aumentando a eficácia nos processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. A assistência técnica realizada pela rede ATER, é possibilitada com o auxílio de algumas entidades, a FUNDIFRAN (Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco) e o SEBRAE, são duas das 11 que atuam neste setor do processo de gestão social.

A FUNDIFRAN é a entidade mobilizadora e executora das ações territoriais, por meios de convênios firmados com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). As ações territoriais consistem na: realização de oficinas territoriais, contratação de assessores técnicos, consultores, assistente e auxiliar administrativo, custeio para a elaboração de planos de desenvolvimento do território e articulação dos atores sociais, assegurando dessa forma, a participação social, a inclusão socioeconômica das famílias rurais e a integração das políticas públicas das diversas esferas de governo.

Para que as ações do colegiado se estabeleçam, ele se reúne anualmente em média 6 (seis) vezes por ano para discutir sobre políticas públicas e construção

dos planos territoriais. Já a coordenação executiva se reúne 8 (oito) vezes/ano para planejar e avaliar as ações territoriais.

Quanto aos planos territoriais foram concluídos: Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS, Plano Territorial de Assistência Técnica – PLATER, Proposta Pedagógica de Educação do Campo e o Plano Safra Territorial. Em elaboração: Plano Territorial de Comunicação e o Plano Territorial da Cadeia Produtiva da Mandioca. A Mandiocultura foi selecionada, pelo colegiado, juntamente com outras seis cadeias produtivas: artesanato, apicultura, caprinocultura, piscicultura, bovinocultura de leite e fruticultura.

Para o fortalecimento do desenvolvimento do território o colegiado tem promovido várias ações de apoio à Agricultura Familiar (AF) através da divulgação dos editais e das políticas públicas de inclusão produtiva e cultural, além do apoio à comercialização dos produtos da AF através de uma Base de Serviços. Promove ainda a articulação dos projetos do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos / CONAB), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escola), e uma interlocução no processo de ações de regularização fundiária pelo CDA (Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia).

A gestão intensifica a aprovação e acompanhamento dos projetos de infraestrutura para os Empreendimentos Comunitários através do PROINF, articulado a assistência técnica através das chamadas públicas do MDA e da SEAGRI/BA voltada para o Plano Brasil Sem Miséria, Agricultores Familiares e para as Mulheres Rurais.

Contudo, a implementação da política Territorial ainda passa por um processo de construção coletiva, assim esse espaço encontra alguns desafios em torno da gestão política do espaço político cultural de identidade Velho Chico. Alguns desafios que podemos destacar:

a) os municípios se organizarem em consórcios públicos – alternativa jurídica que poderá ajudar na resolução de várias situações do território como, por exemplo, a questão dos resíduos sólidos, de infraestrutura, de saúde, entre outros; b) diversificar as fontes de apoio do custeio das ações territoriais – por ser ainda uma política de Governo, é necessário que os promotores da política territorial busquem instrumentos jurídicos que venham a fortalecer os territórios e sua dinâmica, responsabilizando o Governo do Estado e dos municípios; c) ampliar a participação do poder público municipal no colegiado territorial –

situação ainda a desejar devido o pouco interesse da parte de vários gestores públicos, muitas vezes por desconhecer a importância da política territorial e por não sentir motivado a participar; d) interlocução do território junto aos órgãos estatais – a única instância representativa dos territórios é a CET – Coordenação Estadual dos Territórios, que por sua vez ainda não consegue fazer a interlocução entre os territórios e o Governo do Estado, devido a sua fragilidade em termos de estrutura física e técnica; e) a grande maioria das secretarias do Estado não territorializam as suas ações – por mais que o governo do Estadual através da SEPLAN considera os 27 territórios de identidade como base de planejamento das políticas públicas, apenas algumas consegue ter a abordagem territorial em suas ações. A SECULT foi pioneira neste sentido; f) organizar os Fóruns Municipais de Desenvolvimento Sustentável – o debate sobre “territórios” precisa chegar aos municípios e comunidades com mais influência juntos a todos os seguimentos sociais. Neste sentido o FMDS deve ser entendido como a instância base dos territórios, de interlocução, de proposição e controle social das políticas públicas e do sentir parte do território, enfim, protagonista do processo.

Diante do contexto apresentado, em que se configura as ações políticas em torno do processo de configuração do Território objeto de estudo, é interessante que seja destacado que a gestão social do Território apresenta singularidades, quando comparados aos demais territórios baianos. Esta singularidade está apoiada em alguns aspectos que serão enumerados a seguir no Quadro 2:

Quadro 2 - Singularidades do território Velho Chico

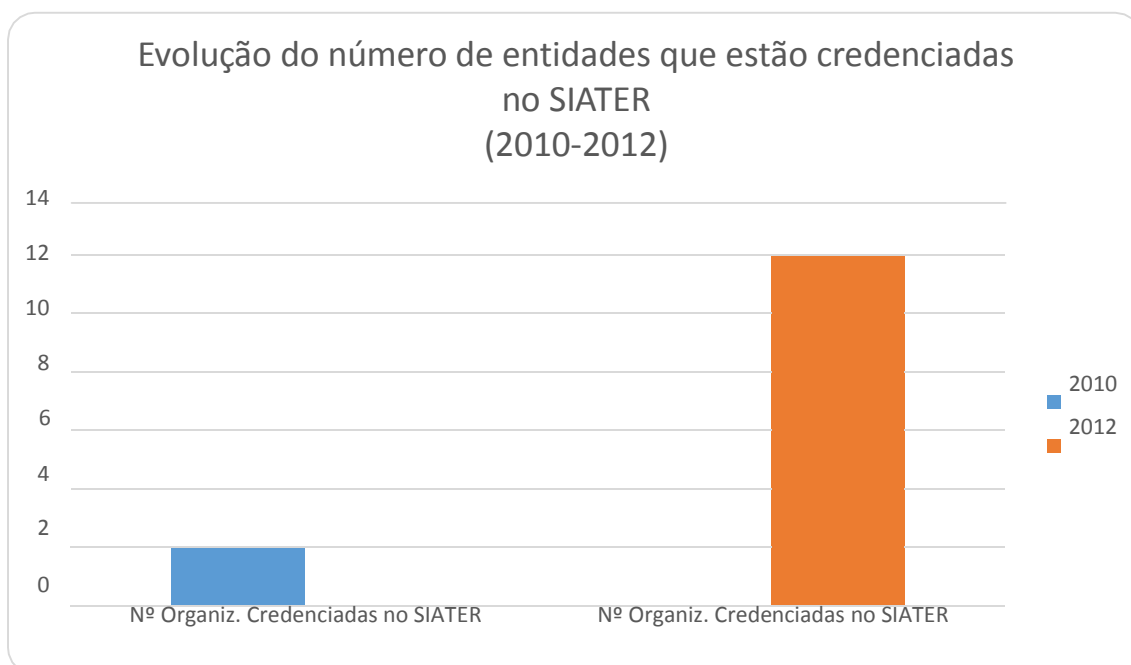
	Singularidades da gestão social do Território Velho Chico
01	A condução da política territorial é organizada pela sociedade civil independente de movimentos sociais do campo e do movimento sindical. Aspecto que permite um diálogo mais amplo com todos os seguimentos sociais, as prefeituras, igrejas e empresários Além do mais é reconhecida pelo seu trabalho de 40 anos desenvolvido em prol do fortalecimento da agricultura familiar, da cultura, da reforma agrária e do meio ambiente.
02	A pluralidade cultural e organizativa dos seguimentos sociais do território tem favorecido a participação e controle social das políticas públicas, de forma que pessoas, grupos informais e organizações têm participado de muitos editais e acessados recursos públicos para fomento da cultura, da produção, beneficiamento e comercialização através do PAA, PNAE, feiras livres e comércio varejistas.
03	Descentralização das ações territoriais a partir da formação de uma rede de entidades executoras de projetos territoriais (organizados pela FUNDIFRAN).

Fonte: Elaboração própria

Outro aspecto que beneficiaram a gestão social do território Velho Chico, foram as ampliações no número de projetos de custeio das ações Territoriais, passando de dois em 2008 (FUNDIFRAN e a ASCONTEC) para 12 no ano de 2012. No ano de 2012, havia de acordo com a CODETER (2012) todas as organizações (11 da sociedade civil e 1 estatal) estavam cadastradas na SIATER

(Figura 06) e efetivamente participando dos editais publicados pelo MDA, MDS, SEAGRI, SEDES, SECULT, entre outros.

Figura 6 - Evolução do número de entidades credenciadas no SIATER (2010-2012)



Fonte: Elaboração própria

A construção participativa do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (PTDS), em face da diversidade de posições políticas, tem contribuído de forma decisiva para fortalecer o processo democrático e tornar visível a institucionalidade do desenvolvimento territorial perante a opinião pública. Apesar da política de desenvolvimento territorial ser recente, é perceptível a modificação que vem se processando no território, tais como mudanças político – culturais nas relações entre Poder e Sociedade Civil, materializados nos debates entre prefeitos, vereadores, secretários municipais, técnicos de órgãos públicos, ONGs e representantes dos movimentos sociais, assim como sua participação ativa nas oficinas e reuniões promovidas pelo Colegiado Territorial. A abertura de canais de diálogos com as instituições de ensino superior é também outra novidade trazida pela política territorial.

Os investimentos feitos no Território como a construção das agroindústrias de frutas, casa de farinha, casa de mel, cozinha para o processamento de mandioca, unidade de beneficiamento de pescado, laticínios e outros

investimentos realizados com recursos próprios ou por recursos governamentais como o PROINF, CAR, BNDS e CODEVASF em vários municípios do Território durante os últimos 08 anos quando iniciou esta política territorial vem contribuindo para o desenvolvimento da ocupação e renda da população.

De modo geral, é percebível que a organização do Território Velho Chico, busca favorecer a gestão de políticas públicas pautadas no desenvolvimento sustentável, no estímulo às parcerias, à articulação entre as demandas sociais, na promoção de capacidades e na participação em todos os níveis. Através de sua organização institucional e os projetos de articulação, acompanhamento integrando os diferentes setores dentro do espaço político do Velho Chico.

4.3 Assistência Técnica aos Sujeitos/Atores do Território Velho Chico

A partir da problemática entendida como mola propulsora para esse estudo científico, em que levou a discussão e apresentação sobre as dimensões e perspectivas que abrangem o sistema de políticas públicas de gestão social a partir dos territórios, tendo o foco a análise do Território Velho Chico e mais estritamente a sua relação com as atividades do SEBRAE, mediante do projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da cidadania Velho Chico, que tem como intuito contribuir para aumentar os indicadores de renda e volume de comercialização dessa população a fim de melhorar a qualidade de vida destas, busco nesta sessão trazer um ao resultados em um primeiro momento e logo após uma discussão sobre esses entre três Empreendimentos Comunitários localizados no Velho Chico para observar como esses projetos de assistência técnica está sendo implementada, e qual reflexo trazem às essas populações.

4.3.1 Os Empreendimentos Comunitários e o projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico – SEBRAE

4.3.2 Associação Beneficente Dos Pequenos Lavradores Do Alto Da Santa Cruz-Barra- BA (ABPLASC)

Perfil geral do empreendimento comunitário:

A ABPLASC Barra – BA localizada na comunidade de Alto da Santa Cruz tem desde sua origem uma aproximação com a produção e comercialização dos produtos da mandioca. São aproximadamente 500 famílias na comunidade. Esta associação possui mais de 25 anos de existência, tendo início com 38 associados, porém de acordo com os seus membros sofreu um grande período de estagnação, retomando com maior vigor as suas atividades na década passada. A associação, apesar de produzir derivados de mandioca, não possuía, até o ano de 2013, uma agroindústria de processamento com a tecnologia suficiente para crescer e diversificar sua produção. Isto tem sido um fator restritivo, segundo seus membros (Figura 7), para o desenvolvimento local.

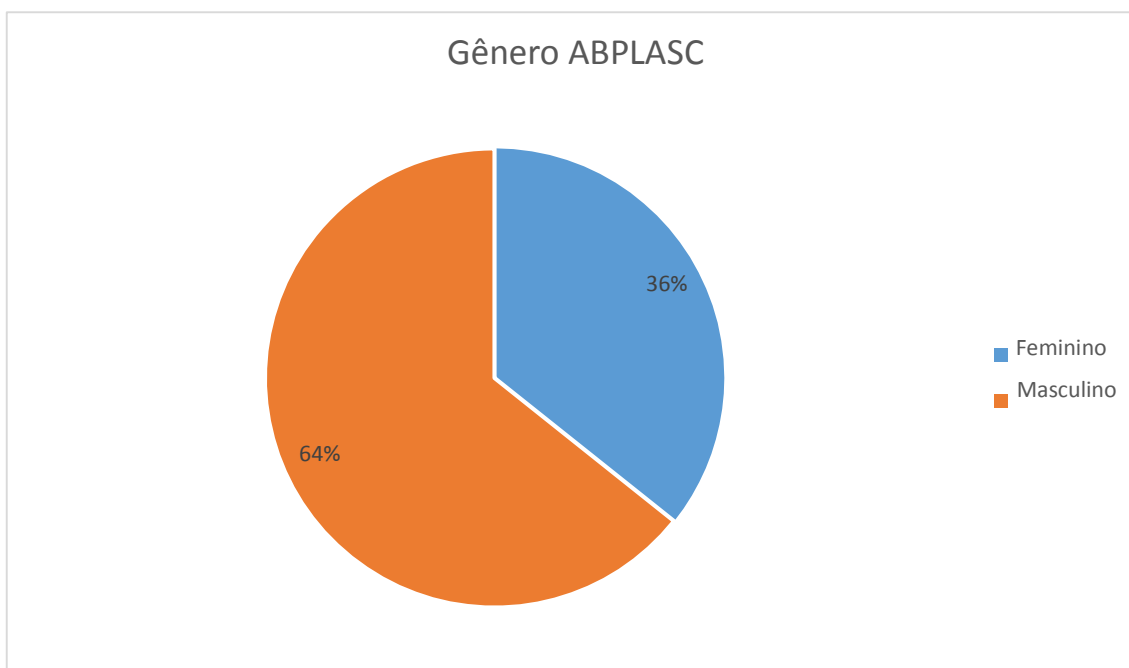
Figura 7- Associados da Comunidade do Alto Santa Cruz - Barra - BA



Fonte: Próprio Autor

Em 2013, havia 28 associados atuantes na Associação, destes a grande maioria é do gênero masculino (64% Figura 8) e com idade média de 55 anos. Seus membros, além de participar ativamente no cultivo da mandioca, apresentam-se ativos no processo de beneficiamento. Nessas duas etapas, a realização destas atividades são desempenhadas por membros da família, produção familiar.

Figura 8- Gênero dos associados ABPLASC - Barra/BA 2013



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com os entrevistados, além do intuito de aumento da renda familiar, a associação tem um cunho social, pois, eles entendem a associação como uma entidade que permite a divulgação tanto dos produtos produzidos como também da cultura regional.

Associativismo

Os entrevistados em consenso quando perguntados sobre a influência da associação nos resultados do grupo, afirmaram que a agregação entre eles permitiu ampliação no desempenho da produção e na comercialização dos

produtos, sendo então considerado excelente a sua influência. Porém, afirmam ainda que esses resultados poderiam ser mais satisfatórios, enfatizando que a falta de infraestrutura física, assim como equipamentos inadequados para o beneficiamento, os atrasos na liberação do projeto pelo PAA e o pouco acompanhamento técnico por parte do SEBRAE, dificultaram o desempenho do grupo.

Sobre o pouco acompanhamento do SEBRAE, afirmaram que a instituição compareceu poucas vezes a associação, indo lá somente no período das oficinas (eventos pontuais). Os associados entediam que havia uma necessidade de uma maior aproximação do SEBRAE em suas atividades, principalmente nos meses iniciais após os primeiros cursos realizados.

Quando perguntados sobre suas expectativas quanto à associação para os próximos anos, os entrevistados informaram que esperam que o grupo retome a distribuir/comercializar seus produtos nas escolas da comunidade, busque mais projetos públicos (participação em editais) e com o aumento da renda possa adquirir equipamentos para melhorar a infraestrutura física da associação.

Assistência Técnica

Os membros afirmaram que tiveram o acompanhamento inicial da ASCONTEC e o trabalho foi considerado bom, porém, insuficiente (necessidade de uma maior quantidade de visitas e com regularidade). As expectativas do grupo quanto à assistência técnica é que aumente as visitas e ainda que a ATER esteja mais disponível na comunidade. Não há apoio sólido e continuado por parte de outras instituições como EBDA, bancos oficiais, Sebrae e prefeitura.

Protagonismo Local

De acordo com os membros da associação a iniciativa de aderir ao projeto do SEBRAE, veio do apoio e orientação do Sindicato do Território. Este por sua vez,

fez o processo de aproximação do SEBRAE e da ASCONTEC (ATER/MDA). A partir das primeiras orientações, a ABPLASC começou a participar do projeto do SEBRAE de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico na região de Barra.

A partir da gestão do projeto em 2011, ocorreram a reforma, ampliação e adequação da cozinha da casa de farinha² doada pela diocese. Tais mudanças ocorreram com o apoio da PAA e as oficinas do Sebrae (curso de processamento e culinária da mandioca). Nesse período a associação contava com 30 associados ativos.

As ações da ABPLASC são mantidas com os recursos da venda de sua produção à PAA/doação simultânea. A associação pretende renovar esse convênio (PAA) com um maior valor para que ocorra a manutenção e ampliação do projeto. Pois, segundo eles, apesar da ampliação feita em 2011 na casa de farinha, há uma necessidade de equipamentos mais adequados para o processamento da mandioca, a exemplo de uma cozinha totalmente industrial (agroindústria). Além disto, é preciso a aquisição de um transporte para associação, para melhorar e aumentar o número de entregas dos produtos comercializados. Atualmente, segundo eles, a falta de transporte é um obstáculo para aumentar as vendas.

Envolvimento do Poder público

A ABPLASC, afirmou que não teve apoio do poder público desde o início do projeto e continua da mesma forma. Pois, a associação não tem nenhum canal de diálogo com o poder municipal. São vistos como oposição ou adversários políticos.

² Local para o beneficiamento da mandioca e produção de seus derivados.

Tecnologia Implementada.

Avaliando as tecnologias implementadas, de acordo com os associados, há um bom domínio tanto no processo de beneficiamento quanto na qualidade do produto que é confeccionado na casa de farinha. Principalmente após as oficinas prestadas pela ASCONTEC. Demonstram conhecer todo o processo e de cada etapa produtiva.

No entanto, como citado, as máquinas e equipamentos existentes são insuficientes para melhorar a produtividade e diversificar a produção. Tudo muito artesanal e necessitando de um trabalho mais bem apurado na manipulação e conservação dos alimentos.

Outros fatores restritivos são a baixa produtividade da mandioca (insuficiência de orientação e assistência técnica), inexistência de estrutura para armazenamento e principalmente a falta de uma agroindústria que atenda as necessidades do grupo.

Comercialização.

A maior preocupação da ABPLASC é a falta de rótulos nas embalagens de seus produtos, fazendo com que os compradores peçam preços mais baixos ou mesmo desvalorizem o produto. Outro fator é a não criação e posterior não divulgação da marca própria.

Para os entrevistados a aparência do produto é a principal melhoria que eles pretendem fazer, para que assim, eles possam ganhar novos mercados a exemplo do PNAE.

O principal canal de comercialização é o PAA/CONAB onde são vendidos pão doce, biscoito avoador, sequilhos e polpa de frutas para as escolas estaduais da Barra. Outro é a feira livre do município, mas ainda os resultados são muito incipientes.

Contribuição do Colegiado Territorial

De acordo com ABPLASC, o Colegiado apresentou todas as informações necessárias a sua associação, permitindo um diálogo e aproximação com diversas outras instituições. Destacam o apoio na aproximação da associação e articulação com o SEBRAE.

Outro papel relevante é na divulgação dos editais públicos para que eles possam concorrer. Assim, possibilitam sempre que a associação busque novos projetos.

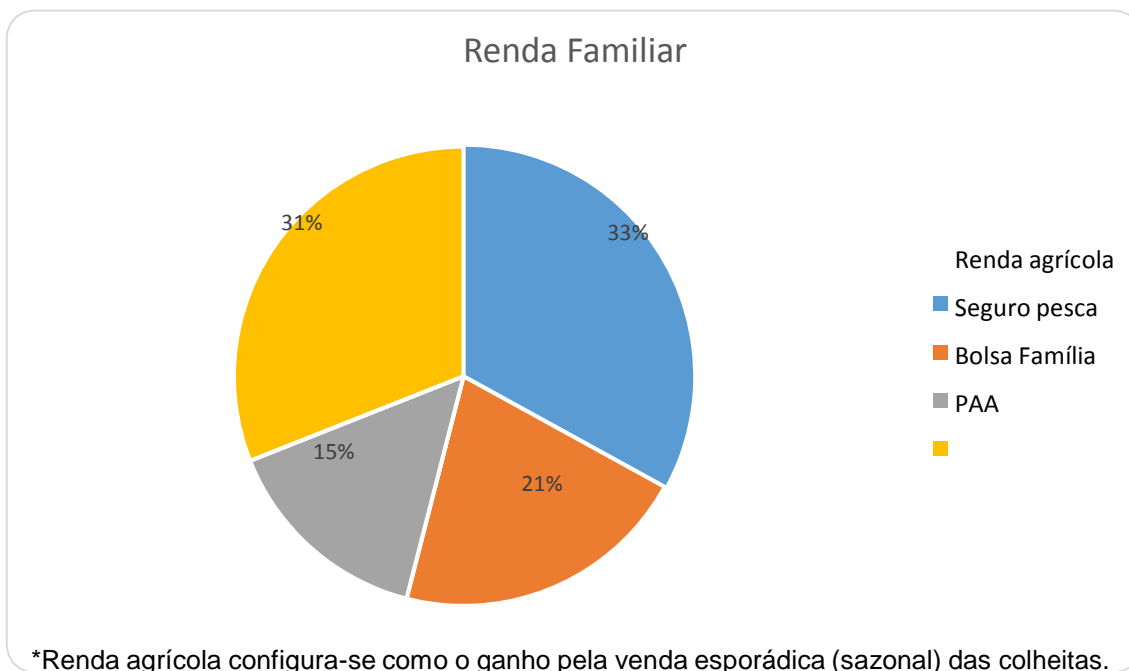
Porém, a associação indica que a participação do colegiado no município de Barra poderia ser maior, e ainda poderiam promover a Feira Territorial no município a fim de aproximar os diferentes empreendimentos comunitários permitindo uma maior articulação regional.

Resultados

A partir do projeto implementado pelo SEBRAE, perguntamos quais foram os principais resultados auferidos. De acordo com os entrevistados, tiveram um ganho no aumento da renda que antes eles entendiam como impossível, pois a mandioca (principal produto trabalhado) era apenas para consumo próprio. Ainda ocorreu um aumento significativo na valorização dos produtos da região e na auto estima de seus associados.

Antes do projeto a composição da renda do associado era principalmente oriunda de políticas sociais: aposentadoria, seguro defeso e bolsa família. A inclusão produtiva através do acesso ao PAA na comunidade contribuiu para o aumento da renda entre R\$ 200,00 a R\$ 500,00 por produtor (Figura 9).

Figura 9 - Composição da renda familiar do empreendimento Comunitário de Santa Cruz - 2013



Fonte: Elaboração Própria

Afirmam ainda, que a partir do projeto, melhorou o relacionamento entre as pessoas da comunidade, na mesma proporção ocorreu à melhoria da qualidade de vida, visivelmente percebido através das reformas em residências, aquisição de produtos de consumo individual e ainda um maior investimento na saúde e na alimentação das famílias dos associados.

Revelam que o projeto não só melhorou a comercialização dos produtos, renda, vida dos associados, como também, a alimentação dos alunos das famílias carentes da comunidade.

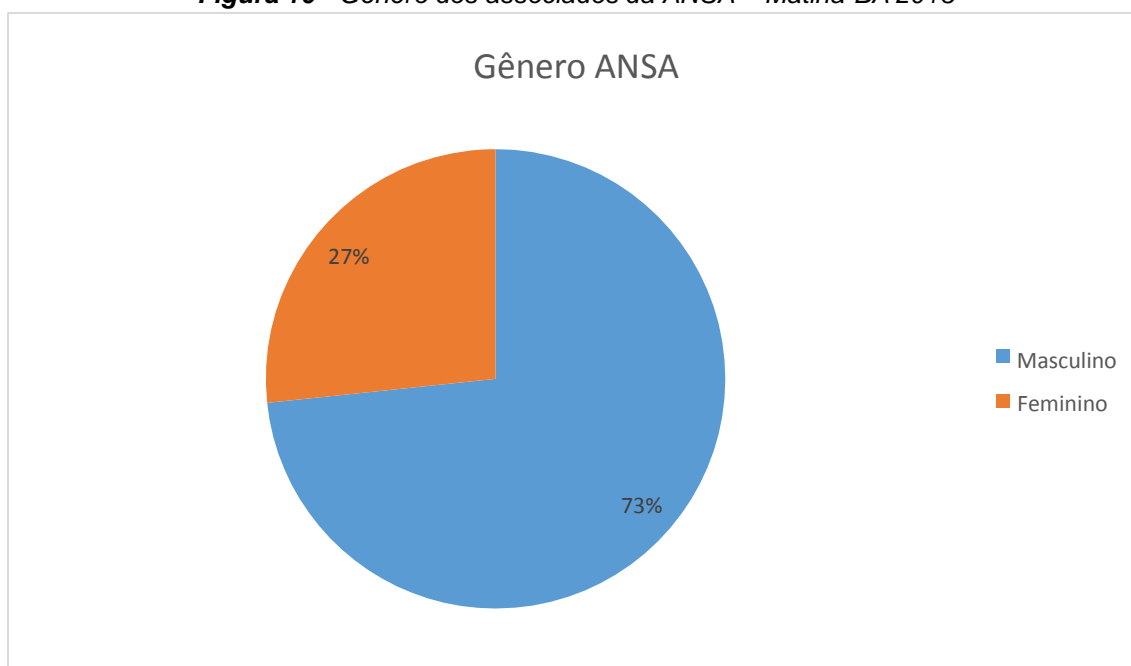
4.3.3 Associação Nossa Senhora Aparecida – Matina – BA (ANSA)

Perfil geral do empreendimento comunitário:

A ANSA, está localizada na comunidade do BUMBA no município de Matina/BA e possui cerca de 150 famílias, constituído por produtores rurais. A Associação, dentre os seus objetivos, compreende de que é necessário buscar por alternativas produtivas para melhorar o beneficiamento daquilo que é cultivado e ainda aumentar o volume de vendas e consequentemente a renda das famílias.

Em 2013, possuía 30 associados sendo em sua maioria do sexo masculino (Figura 10). E com idade média de 45 anos.

Figura 10 - Gênero dos associados da ANSA – Matina-BA 2013



Fonte: Elaboração Própria

A Produção Agrícola da Comunidade do Bumba, como na grande maioria das comunidades rurais, esta voltada para lavouras de subsistência, a mandioca antes da implantação do Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do SEBRAE era utilizada uma parte para alimentação dos animais e a outra

fabricavam a farinha, mas não conseguiam ter qualidade e não tinha a quem vender. A casa de farinha é rústica e antiga, não dava condições de ter um bom produto e não conseguiam comercializar.

Associativismo

A ANSA admite que o grupo tenha aumentado os seus resultados consideravelmente após ter se reorganizado em 2011. Afirmam que a associação foi fundamental para os resultados satisfatórios atuais, porém existem ainda muitos problemas que devem ser superados para aumentar o seu desempenho, como a dificuldade da organização jurídica e os atrasos na sua regulamentação.

Outros aspectos apontados são os problemas da falta de equipamentos modernos movidos à eletricidade e a falta de abastecimento de água encanada.

Assim, eles afirmam que a associação está se organizando para resolver a situação do abastecimento de água com a provável construção de um poço artesiano. Pretendem ainda, reorganizar a horta comunitária e adquirir um trator de uso agrícola.

Demonstram união e respeito entre seus associados principalmente depois dos resultados alcançados através do PAA/CONAB.

Assistência técnica

A ANSA afirma que tiveram um grande ganho com a intervenção da assistência técnica, pois, puderam se capacitar e entender o processo de produção com mais clareza. Porém no que tange cursos voltados à gestão e agregação de valor não obtiveram muita assistência dos cursos disponibilizados pela EBDA. Por tal motivo, não se dizem totalmente satisfeitos com a assistência técnica, apesar de reconhecerem a influência desse trabalho no resultado do projeto.

A associação gostaria que a EBDA disponibilizasse um técnico para que acompanhasse mais de perto o trabalho da associação.

Há ainda o apoio do Banco do Nordeste no custeio agrícola e do Banco do Brasil através da implantação do Programa de Desenvolvimento Regional e Sustentável.

Destacamos ainda a criação da Unidade Tecnológica de Aprendizagem (UTA) - unidade demonstrativa transformada em escola de aprendizagem com a participação dos produtores. Serviu para orientar, na prática, inovações tecnológicas para incrementar a produtividade da cultura da mandioca.

Protagonismo Local

Os entrevistados indicaram que conheceram e se interessam pelo projeto do SEBRAE de Desenvolvimento da Agricultura Familiar em um curso de culinária quando a associação participou da II Feira Territorial do Velho Chico. A partir de então, o grupo conheceu o projeto e começou a participar das ações em sua comunidade.

Motivados pelo projeto, a associação construiu a casa de farinha e adquiriram equipamentos de produção e um veículo de transporte dos produtos através de editais da CAR/BNDES.

Desde 2011, a associação trabalha junto ao PAA. No ano de 2013, já foram acordados o terceiro projeto. O projeto é mantido com a venda ao PAA/doação simultânea e ainda os associados tem a iniciativa de vender os seus produtos na feira livre do município.

O grupo pretende aumentar as suas vendas e adquirir mais equipamentos para a cozinha se tornar industrial, pleiteiam mais um transporte para comercialização dos produtos e querem comprar um trator para uso agrícola com a finalidade de aumentar a produção.

Envolvimento do Poder Público

A prefeitura municipal de Matina ajudou no primeiro momento a estruturação do projeto, com o apoio logístico e de infraestrutura para acesso as comunidades. Porém, de acordo com os associados, esse diálogo com poder público se extinguiu. A associação entende que isto não pode continuar e pretende retomar a parceria para que ambos sejam beneficiados, o município e a associação.

Tecnologia Implementada

O grupo, afirma que possui um bom entendimento sobre o processo de produção e beneficiamento do produto e um excelente controle de qualidade. Pois, a partir do acompanhamento do SEBRAE, pôde se capacitar entendendo melhor como gerir os meios de produção.

Participaram ainda de treinamentos do SEBRAE para beneficiamento, manipulação e processamento dos produtos (Figura 11). Além de associativismo e formação do preço de venda.

Figura 11- Curso de Capacitação do SEBRAE à ANSA



Fonte: Próprio Autor

Comercialização

A associação ainda não dispõe de rótulos em suas embalagens. Mas, está em fase de confecção. Entendem que o próximo passo é realizar este trabalho para agregar valor aos seus produtos.

Os derivados da mandioca beneficiados pela ANSA são comercializados em feiras livres do município, exposições e ainda para a PAA/CONAB. De acordo com os entrevistados tal comercialização permitiu um aumento significativo em sua renda, ampliando de R\$ 501,00 a R\$ 800,00 reais por mês.

Os produtos comercializados são beiju, biscoito voador, bolo de puba, tapioca, pão caseiro, pão de mandioca e polpa de fruta. Normalmente são entregues as famílias carentes.

Contribuição do Colegiado

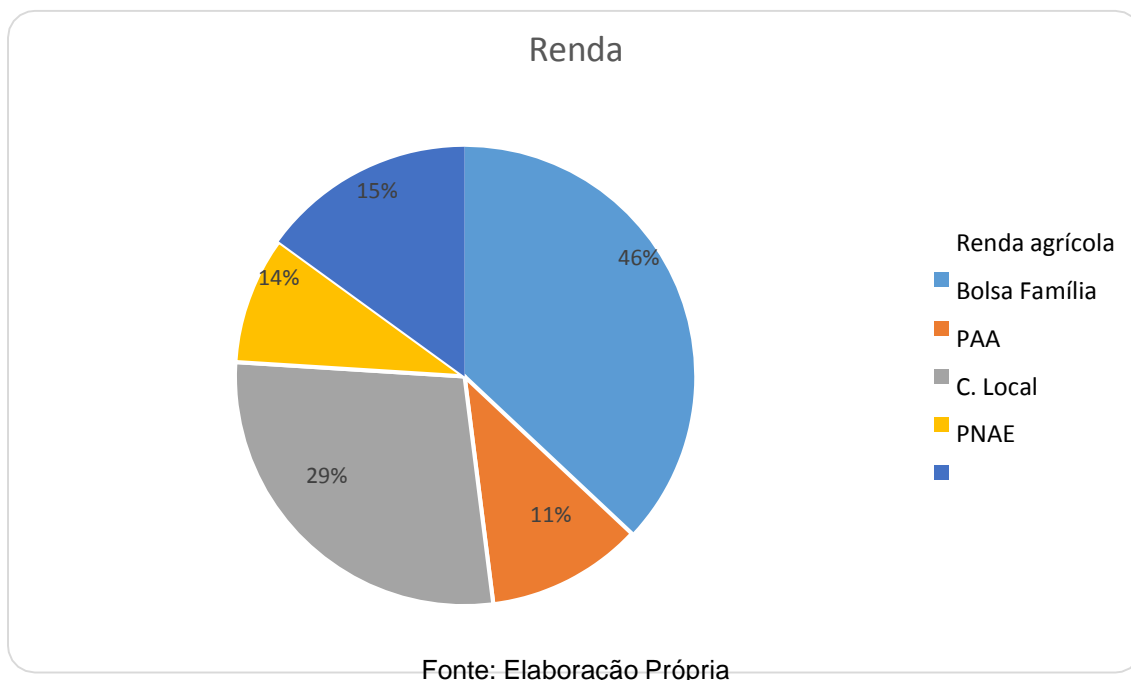
De acordo com ANSA, o Colegiado permitiu a aproximação da associação com o SEBRAE e incentivou a participação do grupo nas feiras e eventos territoriais.

Apesar do bom relacionamento, entende-se que o Colegiado deveria promover mais feiras territoriais, incrementar o apoio ao kit irrigação para os pequenos produtores rurais e colocar em ação o programa “água para todos” (já que a maior dificuldade da associação é a obtenção de água de qualidade). Outro ponto levantado foi à necessidade de fomentar edital ATER para apoiar o grupo.

Resultados

De acordo com o grupo, a renda das famílias teve um ganho significativo (Figura 12). Antes do projeto, a única renda fixa era o Bolsa Família, atualmente, dispõem de R\$ 500,00 reais mensais somente com o PAA.

Figura 12 - Composição da renda do empreendimento Comunitário de Bumba - 2013



Como resultado produtivo, houve também aumento significativo no patrimônio coletivo (máquinas, equipamentos adquiridos para a associação). Afirmam que o projeto foi além do aumento da renda e comercialização, pois fomentou qualidade de vida, auto estima, fortalecimento do grupo, investimento em saúde e alimentação, melhoria na relação marido e esposa, independência financeira para os membros participantes (destaque para as mulheres) e empoderamento dos associados.

4.3.4 Associação dos Atingidos pela implantação da Barragem Lagoa da Torta – Igaporã – BA (AAIBLT)

Perfil Geral do empreendimento comunitário:

Associação dos Pequenos Produtores Rurais Atingidos pela a Implantação da Barragem da Lagoa da Torta, localizada no município de Igaporã-BA, possui 82

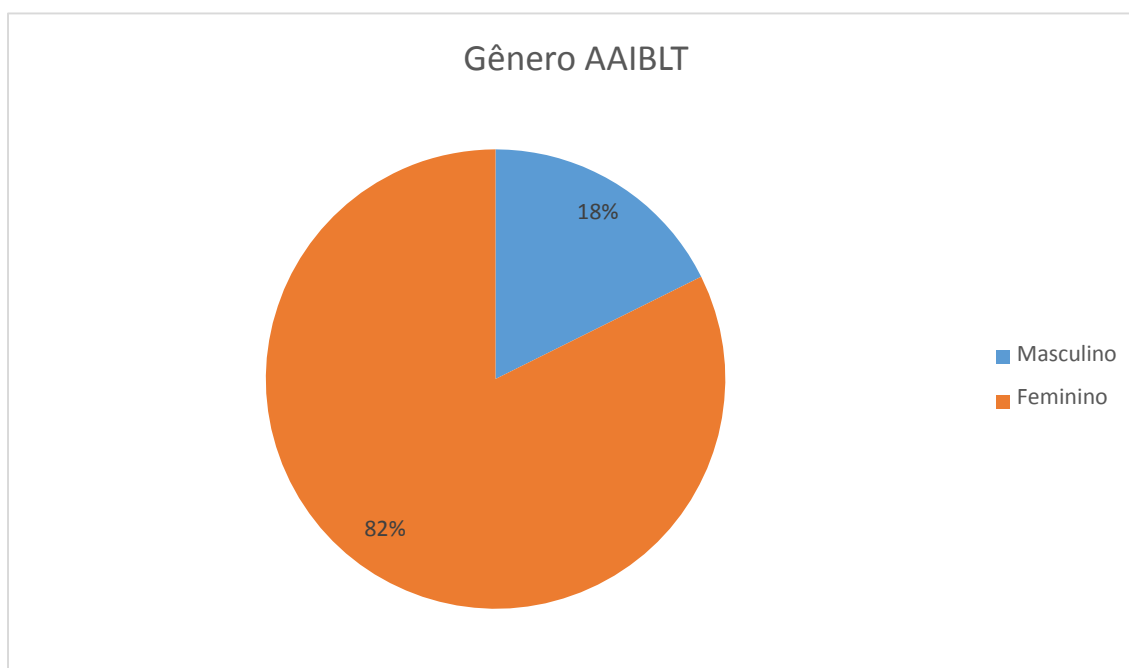
famílias. Trata-se de uma comunidade impactada pela implantação da Barragem do Torta pela EMBASA. É constituído por agricultores familiares.

A comunidade da Torta foi considerada a maior produtora de mandioca da região. A área de plantio varia entre 0,5 a 1 ha de mandioca por família.

Inicialmente a renda era oriunda da comercialização da mandioca (só comercializavam o beiju, a farinha e a massa de tapioca com qualidade duvidosa). Outros componentes de renda são o bolsa família e aposentadoria dos mais velhos ou pais dos associados.

A AAIBLT, em 2013 possuía 51 associados ativos, sendo a maioria deles do gênero feminino (82%, Figura 13), diferentemente dos outros empreendimentos estudados até agora. A idade média dos participantes é de 35 anos.

Figura 13 - Gênero associados da AAIBLT - Igaporã - BA 2013



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com os entrevistados, além do intuito de aumento da renda familiar, a AAIBLT tem um cunho social, pois, entendem a associação como uma entidade que permite um ambiente de fortalecimento social das famílias que foram atingidas pela Barragem da Lagoa do Torta.

Associativismo

Os entrevistados indicaram que a associação é parte fundamental da comunidade, pois, além de um ambiente de trabalho é para o fortalecimento da comunidade. Os entrevistados indicam que a comunidade, a partir da associação, tem melhorado significativamente sua renda e qualidade de vida, desta forma ela tem sido de excelência para os resultados do grupo.

Porém, por mais que a associação tenha contribuído, há ainda muito a ser feito. Eles indicam muitas dificuldades que não permitiram que a associação crescesse mais em vendas como a falta de materiais e equipamentos adequados, a falta de uma estrutura física apropriada e, no início, o grupo não tinha confiança na proposta do projeto.

A AAIBLT entende que é necessário abrir o mercado de comercialização, assim, pretende expandir a sua comercialização para o comércio varejista.

Assistência técnica

A principal responsável pela assistência técnica do empreendimento econômico em questão é a EBDA. De acordo com os associados, tiveram capacitação considerada boa, porém deixou a desejar pela falta de continuidade. Reclamam da falta de um acompanhamento mais regular e ainda uma maior aproximação com o grupo.

Tem o apoio do Banco do Brasil através da implantação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS).

Os entrevistados pretendem também se aproximar mais do colegiado com o intuito de elaborar mais projetos e participar de editais para assistência técnica.

Assim como em Matina, destacamos a criação da Unidade Tecnológica de Aprendizagem (UTA) - unidade demonstrativa transformada em escola de aprendizagem com a participação dos produtores. Serviu para orientar, na

prática (Figura 14), inovações tecnológicas para incrementar a produtividade da cultura da mandioca.

Figura 14- Capacitação realizada na AAIBLT pelo SEBRAE - 2013



Fonte: Próprio Autor

Protagonismo Local

A AAIBLT sinalizou que a iniciativa para a associação participar do projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Território Velho Chico, veio através de um curso de culinária com derivados da mandioca realizado pelo SEBRAE na II Feira Territorial realizado em outubro de 2010 em Bom Jesus da Lapa.

Desde 2011, a associação é a gestora do projeto em sua comunidade. Mas, além desde, a associação ainda participa de outras iniciativas como: Projeto de construção de uma casa de farinha com equipamentos pelo PROINF, dois projetos de comercialização de hortas e derivados de mandiocas para o PNAE, projeto para a construção de cisternas de capacitação de água de chuva através do CAR e ainda de um programa de aquisição de equipamentos para o processamento dos produtos pelo CAR/BNDES/2012.

Outro dado interessante, trata-se do único empreendimento que não teve diminuição na quantidade de seus associados e sim aumento de 39 para 51 participantes ativos.

Assim, o projeto desenvolvido por esse empreendimento se mantém com recursos vindos do PAA/doação simultânea, venda no comércio local, feiras livres, exposições e PNAE. De acordo com os associados pretendem dispor de mais recursos, somente estão esperando que se abram mais editais.

Indicaram que o projeto ainda não está totalmente estruturado. Necessitam, por exemplo, do veículo de transporte para agilizar a entrega dos produtos.

Envolvimento do poder público

O empreendimento comunitário, afirma que no início do projeto teve um bom apoio do poder público, seja em contrapartida na estrutura do projeto, apoio logístico e compra de produtos. Porém atualmente, nem tem expectativas de apoio pela prefeitura, pois, o município encontra-se em situação indefinida.

Tecnologia Implementada

O grupo afirma que participou de todas as atividades disponibilizadas para a capacitação, e ainda diz que tem um controle rigoroso no beneficiamento e na qualidade do produto final.

Em relação ao produto, o empreendimento comunitário já tem embalagem comercial e possui rótulos em seus produtos. Afirmam ainda que pretendem alcançar novos mercados com sua logomarca.

Participaram de todos os treinamentos do SEBRAE para beneficiamento, manipulação, processamento dos produtos. Associativismo, formação do preço de venda, como elaborar projetos formam as outras capacitações que os associados estiveram presentes.

Comercialização.

Esse grupo sempre buscou novas oportunidades de negócios. Os entrevistados indicaram que comercializam em feiras livres e exposições, projetos para o PAA e PNAE, ainda montaram uma padaria comunitária no centro da cidade, fazem Buffet para eventos e pretendem expandir a comercialização para o comércio varejista local e regional.

Os principais produtos comercializados são biscoito voador, bolo de fubá, bolo de aipim, bolacha de goma e beiju recheado para escolas municipais e estaduais.

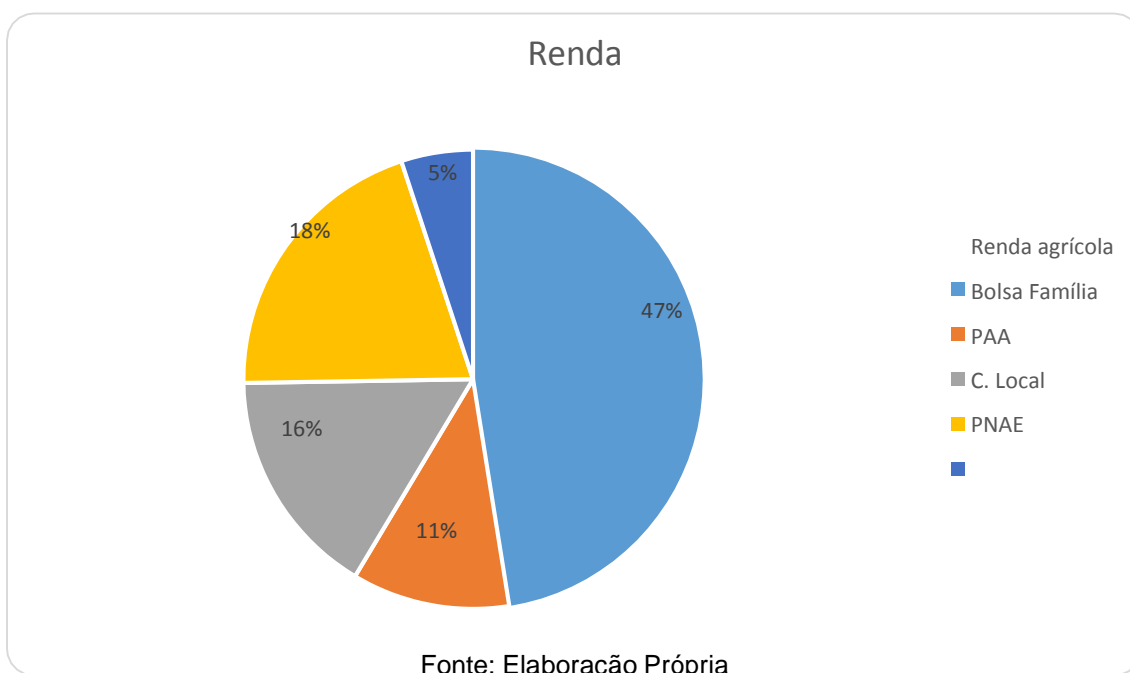
Contribuição do Colegiado

Assim, como os demais empreendimentos, afirmam os entrevistados que o Colegiado disponibiliza informações sobre editais e ainda permite uma maior articulação com o SEBRAE, porém necessita estar mais presente nos empreendimentos.

Resultados

A AAIBLT demonstra muita satisfação com o projeto, pois modificou totalmente sua história, aumentando significativamente a qualidade de vida dos seus associados, gerando ocupação direta para 51 pessoas e contribuindo para a dinamização da economia local.

As comercializações permitiram que a renda mensal dos associados aumentasse em média 50%. Antes era basicamente R\$ 400,00 reais mensais de renda média por produtor incluindo as políticas sociais (bolsa família), hoje o ganho varia de R\$ 500,00 a R\$ 800,00 reais só da venda dos produtos (Figura 15).

Figura 15 - Composição da renda do empreendimento Comunitário Lagoa da Torta - 2013

A renda e a ampliação dos canais de comercialização não foram às únicas mudanças. Introdução de hábitos de consumo dos derivados da mandioca e melhoria do valor nutricional para o público beneficiado. A atividade manteve as famílias no campo, valorizou a produção da agricultura familiar, fortaleceu a união da associação. Com os investimentos em infraestrutura e equipamentos aumentou o patrimônio coletivo, avanço na moradia das famílias e crescimento da participação das mulheres na renda familiar.

4.4 Uma Visão Geral dos resultados do projeto de Desenvolvimento da Agricultura familiar do Território da Cidadania Velho Chico

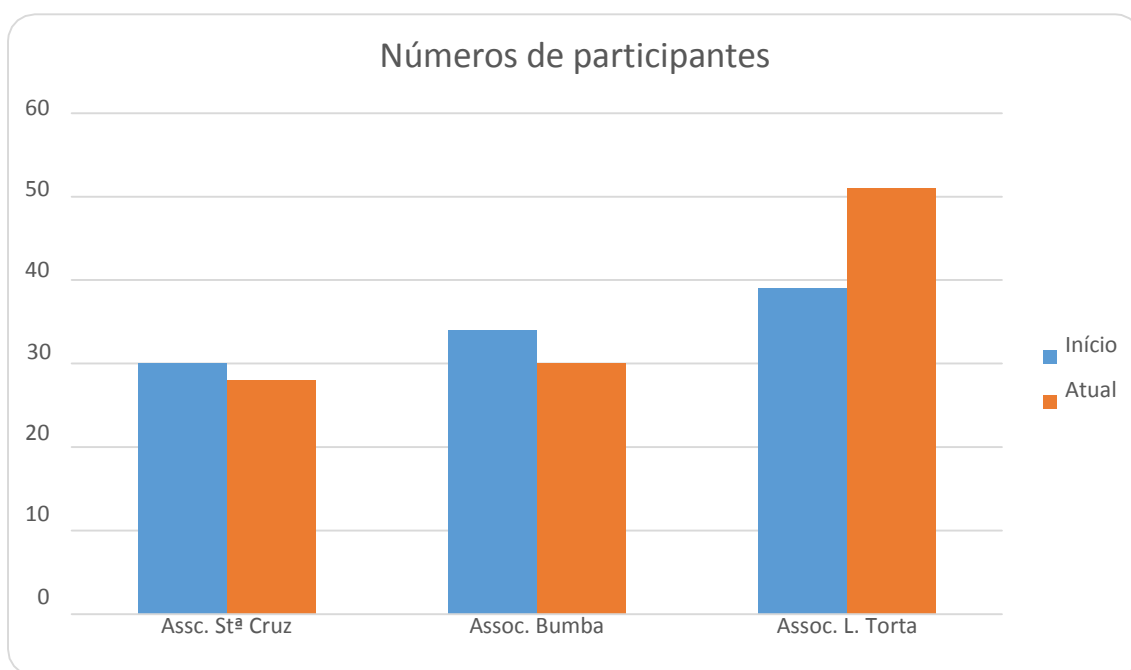
A partir dos dados apresentados até aqui, faremos nesta seção uma breve comparação entre os empreendimentos comunitários apresentados, permitindo entender os possíveis fatores que levaram uma comunidade se sobressair á outra, em relação aos resultados do projeto implementado pelo SEBRAE.

Com isto chama-se atenção a alguns aspectos a exemplo do protagonismo local. O único grupo que apresentou aumento no número de participantes associados nos últimos três anos foi a Associação Dos Atingidos Pela Implantação Da Barragem Lagoa Da Torga, tendo uma ampliação de 31%. Esta associação, já está a executar três projetos juntos a PAA/CONAB, e ainda apresentaram quatro iniciativas, com cinco projetos. Enquanto os demais grupos, basicamente comercializam apenas pelo PAA.

Os três projetos iniciaram as suas atividades produtivas, motivados pela participação da II Feira Territorial do Velho Chico. Na feira tiveram a oportunidade de participar de palestras sobre mandiocultura, de intercâmbio com outros grupos produtivos, exposição de produtos derivados de mandioca e de conhecer os equipamentos para o processamento da mandioca.

Durante a execução dos projetos, tanto o grupo da comunidade do Bumba quanto o da comunidade de da Santa Cruz sofreram uma redução média de 10% de participação dos projetos, enquanto que o grupo de Lagoa da Torta aconteceu o contrário ampliando o nº de pessoas em 31%, conforme demonstra a Figura 16:

Figura 16 - Evolução do número de participantes dos Empreendimentos Comunitário - 2013

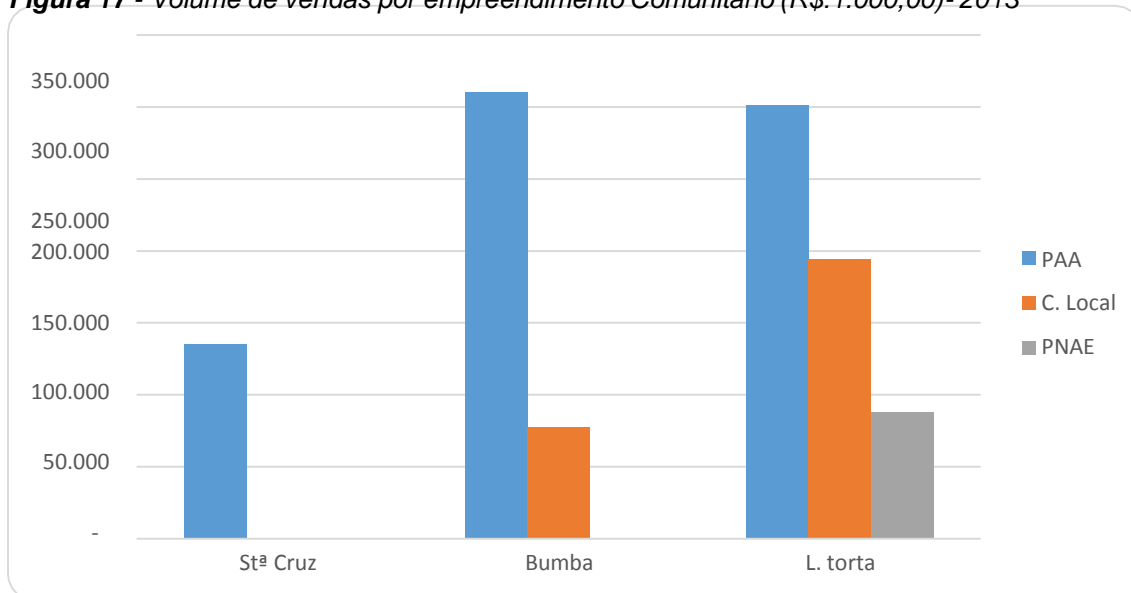


Fonte: Elaboração Própria

Alguns fatores pode levar a desistência de algumas pessoas dos grupos produtivos: o não acreditar nos resultados, dificuldades de cumprir a rotina das tarefas ou muitas vezes não se identificar com o tipo da proposta de trabalho. Da mesma forma que as pessoas podem desistir do projeto outras se motivam a querer participar, principalmente quando são beneficiadas indiretamente, quando percebem os resultados financeiros ou mesmo quando são motivados pela liderança a participar da experiência.

A maioria dos grupos produtivos que iniciaram a comercialização a partir do PAA/CONAB tende a permanecer no programa, buscando sempre a renovação de seus projetos. No entanto, o objetivo do programa é justamente preparar e estimular o grupo a buscar outros mercados como o PNAE das escolas municipais, estaduais e principalmente a iniciativa privada (comércio local e regional) (Figura 17). Avançar neste processo depende essencialmente do espírito empreendedor, da liderança e da união do grupo na busca de seus objetivos comuns.

Figura 17 - Volume de vendas por empreendimento Comunitário (R\$:1.000,00)- 2013

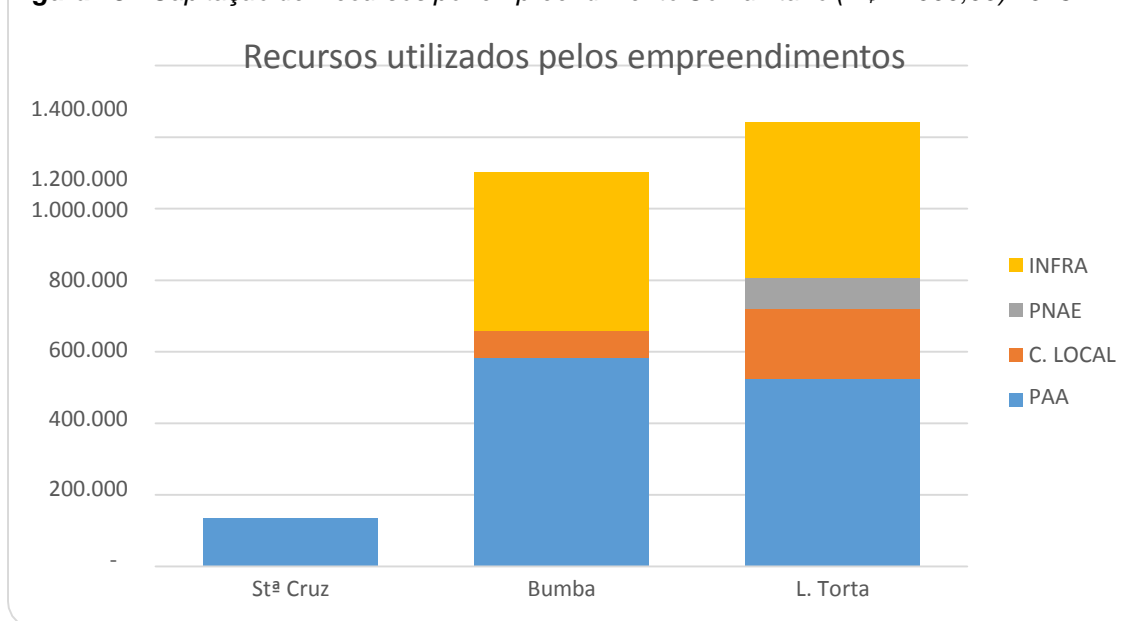


Fonte: Elaboração Própria

Tanto a associação de Lagoa da Torta como a associação do Bumba tem a percepção que a comercialização para o PAA/CONAB deve estimular o grupo a

buscar outros mercados consumidores de seus produtos. Neste sentido Lagoa da Torta captou recurso de quatro fontes diferenciadas: 42,27% do PAA; 35,02% da CAR e CONAB para melhorar a infraestrutura socioprodutiva; 15,65% do comércio local (feiras livres e comércio varejista do município); e 7,06% do PNAE (Figura 18). Já a associação do Bumba captou recurso de três fontes diferenciadas: 52,82% do PAA; 40,14% da CAR e CONAB para melhorar a infraestrutura socioprodutiva; e 7,04% do comércio local (feira livre).

Figura 18 - Captação de Recursos por empreendimento Comunitário (R\$: 1.000,00) 2013



Fonte: Elaboração Própria

A grande diferença e estágios entre os três grupos está justamente na capacidade de perceber as oportunidades de diversificar as fontes de recursos, de tomar iniciativa em propor os seus projetos e de dialogar e firmar parcerias com as organizações de apoio técnico.

Observando esse aspecto, percebeu-se que apenas o número de associados não faria com que o empreendimento de Igaporã obtivesse melhores resultados. Percebemos que dos três empreendimentos comunitários estudados, apenas este, tem em sua maioria, indivíduos do gênero feminino.

Autonomia das Mulheres – Questão do Gênero

Outro fator a ser considerado é a participação das mulheres nos projetos do PAA, principalmente de produção de hortaliças e de derivados de mandioca. As mulheres tem a percepção que a comercialização destes produtos para o PAA e PNAE é uma grande oportunidade de trabalho, renda e, principalmente, de assegurar a sua autonomia financeira e auto estima.

Um aspecto crucial dentro dos resultados é a questão de gênero. Os empreendimentos com maior participação feminina, obteve melhor resultado. Aspecto que não foi levado em consideração no primeiro momento da nossa avaliação, porém, visivelmente percebido nos resultados quando falamos de maior atuação nos grupos organizados. De acordo com, Yunus (2000, p. 116) as mulheres são mais sensíveis aos problemas sociais da comunidade, o que leva a sua maior atuação e interesse na melhoria da qualidade como bem comum, desta maneira elas atuam com maior interesse.

Ainda, segundo Oliveira (2007), em seus estudos sobre *O Desempenho do Credigente no Microcrédito a Micro e Pequenos Empreendimentos de Campo Grande*, mostrou que a mulher atua em maior amplitude nos empreendimentos e mais, onde há uma maior participação do gênero feminino, apresentam maiores crescimentos, bem mais representativos que os que possuem uma menor quantidade de mulheres atuando, fator observado também neste trabalho de pesquisa, corroborando com os resultados.

Resultados e composição da renda

Antes do projeto a renda familiar era proveniente da venda in natura dos produtos da agricultura familiar. A farinha e o polvilho eram os únicos produtos com valor agregado da mandioca. A partir dos projetos para o PAA os agricultores conseguiram obter maior valor agregado aos produtos derivados da mandioca além de poder gerar mais trabalho e renda complementar para todas as famílias

que compõe os grupos, somando ao todo 109 ocupações diretas, além das famílias que participam indiretamente do projeto com a venda de outros produtos agrícolas (ovos, frutas, polvilho...), matéria prima complementar.

Os recursos distribuídos entre os participantes são utilizados na reforma de suas residências, compra de medicamentos, compra de gêneros alimentícios, aquisição de eletrodomésticos e de equipamentos agrícolas.

Os resultados sociais apontados pelos grupos são: nutrição alimentar das famílias carentes e dos alunos nas escolas, união do grupo/associação e permanência dos agricultores no campo. Alguns resultados produtivos apontados: valorização da agricultura familiar; ampliação do patrimônio coletivo e melhora da renda familiar. Na família apontamos os seguintes resultados: melhora das relações familiares, facilidade no relacionamento dos grupos e qualificação das mulheres.

Além da contribuição do PAA nos resultados sociais e produtivos referidos acima, é também o ponto de partida para o grupo acessar o PNAE e o comércio local. O PAA representa diretamente em 25% na composição da renda anual das famílias envolvidas nos projetos e influencia em mais 15% nas vendas dos derivados da mandioca para o comércio local e PNAE. Diante disso, é fundamental instrumentalizar as associações na elaboração e na prestação de contas dos projetos de acesso as políticas públicas do PAA e PNAE, como também, aumentar o percentual das vendas através da comercialização no comércio local e regional.

A partir dos resultados apresentados, podemos observar no Quadro 3 a seguir um resumo das variáveis que influenciaram nos resultados dos projetos distribuídos nos empreendimentos comunitários, Associação dos Atingidos pela Implantação da Barragem Lagoa da Torta – Igaporã/BA, Associação Beneficente dos Pequenos Lavradores do Alto de Santa Cruz – Barra/BA e Associação Nossa Senhora Aparecida de Matina/BA.

Quadro 3 - Empreendimentos comunitários X variáveis que influenciaram nos resultados dos projetos

Empreendimento Comunitário	Associativismo	Assistência Técnica	Protagonismo Local	Envolvimento Poder Público	Tecnologias Implementadas	Comercialização	Colegiado
Associação Beneficente dos Pequenos Lavradores do Alto de Santa Cruz – Barra/BA.	Pouca contribuição para os resultados do projeto.	Pouco contribuiu para os resultados do projeto.	Postura Passiva.	Não houve contribuição para os resultados do projeto.	Indiferente para os resultados do projeto.	Pouco expressiva (Comercialização através apenas do PAA)	Pouca participação dos associados reuniões do CODETER
Associação Nossa Senhora Aparecida de Matina/BA.	Contribuiu para os resultados do projeto.	Contribuiu para os resultados do projeto (Implantação das UTAs).	Postura Ativa, mas pouco empreendedora.	Contribuiu no início para os resultados do projeto.	Contribuiu para os resultados do projeto (participação em editais para aquisição de máquinas e equipamentos).	Expressiva (Comercialização através do PAA, PNAE, Feiras e Exposições)	Boa participação dos associados reuniões do CODETER
Associação dos Atingidos pela Implantação da Barragem Lagoa da Torta – Igaporã/BA	Contribuiu para os resultados do projeto.	Contribuiu para os resultados do projeto (Implantação das UTAs).	Postura Ativa e empreendedora	Contribuiu no início para os resultados do projeto.	Contribuiu para os resultados do projeto (participação em editais para aquisição de máquinas e equipamentos).	Expressiva (Comercialização através do PAA, PNAE, Feiras, Exposições, Padaria, Varejo e criação de marca própria).	Boa participação dos associados reuniões do CODETER

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento histórico que o Brasil está construindo, impulsiona cada vez mais a participação organizada dos sujeitos políticos e atores sociais. Mobiliza a partir de políticas públicas o desenvolvimento sustentável pautado na participação social, ou seja, nas demandas que a população entende como necessárias para o seu espaço, considerando assim, o sujeito, como político e histórico, capaz de repensar seu ambiente nas diferenciadas dimensões em que ele está inserido.

A estratégia governamental de desenvolvimento e gestão social com abordagem territorial propõe a luz de países desenvolvidos, que já dispuseram dessa experiência, uma abordagem nova, entendendo o território muito maior que as suas atividades econômicas propriamente ditas, entende o território como um espaço não determinado, delimitado, e sim busca integrar os conjuntos de relações que lhe conferem identidade, e neste sentido quer trazer de seu cerne às redes de solidariedades, os seus conflitos e interesses antítese que provoca a mobilização e movimentação social, para que ele possa se aliar ao poder público para discutir e contribuir para o destino do território a partir de uma institucionalização com uma nova estratégia que provoca mudanças (BONNAL; KATO, 2011; FAVARETO, 2009; PERICO, 2009; COUTO; ROCHA, 2006).

Essa abordagem, como todo processo de mudança, não se constitui como um padrão sem imperfeições ou mesmo o mais eficiente. A abordagem territorial, já tem em seus princípios a heterogeneidade, mostrando que é necessária uma construção e o protagonismo local para que se encontre a melhor estratégia para aquela multiplicidade em questão (VEIGA, 2002; ABRAMOVAY, 2003; SACHS, 2009). Com isto, como uma política nova e diferenciada, ainda em implementação, apresenta ainda alguns descompassos, porém a literatura e as análises feitas consideram essa estratégia inovadora, e que possivelmente conduzirão em um futuro próximo melhorias na qualidade de vida dessas populações (CORREIA, 2006; BONNAL; KATO, 2011; PERICO, 2009).

Junto às discussões do que seria essa abordagem territorial, há uma inquietação no que seria essa abordagem levada ao desenvolvimento e qual desenvolvimento seria este. Seria ele pautado somente no crescimento econômico? Sendo a análise dessa estratégia somente no que tange o aumento ou não da renda per capita? Percebe-se no discurso e nas ações desenvolvidas até o momento que essa unilateralidade dimensional não é apoiada e nem incentivada. Há uma real busca para além da redução das desigualdades econômicas, redução das desigualdades sociais e um incentivo a sustentabilidade da cultura local e da conservação ambiental.

São necessárias essas discussões sobre políticas públicas no nosso país, pois o processo ainda está em construção (PERICO, 2009, FAVARETO, 2010; CORREIA, 2006). Deve-se priorizar determinadas ações que promovam o desenvolvimento, mas que estas não poderão em curto prazo solucionar os problemas estruturais do Brasil. Até porque os recursos disponibilizados para tal política estão longe de alcançar profundas transformações socioeconômicas (SACHS, 2009; FAVARETO, 2007).

O Território Velho Chico revela aspectos pragmáticos de sua realidade. Historicamente construída, desde sua gênese aponta características marcantes do processo de colonização brasileira, não foge a regra dos problemas, como: a concentração de terras, a desigualdade social, altos índices de analfabetismo, populações que estão distantes da cidadania (baixo IDH) e enfrentam condições adversas da natureza (PTDRS, 2012). Para superar essas dificuldades verifica-se a necessidade da participação dos atores envolvidos, mas há a necessidade também, do compromisso dos gestores públicos e instituições para implantarem as ações discutidas e permitirem uma ampliação no foco do desenvolvimento para além do econômico.

O CODETER é um espaço que se caracteriza pela participação de amplos setores da sociedade (PDTRS, 2010; 2012). A efetivação da participação depende, pois, do pacto entre os participantes, da articulação dos diferentes atores, do reconhecimento do Conselho enquanto representação dos municípios e da qualidade desta participação, cabendo ressaltar que:

No ciclo de gestão social, os processos de gestão territorial implicam e reconhecem o valor, primeiro da organização, da representação, da participação das comunidades, da sociedade organizada, para um diálogo entre a sociedade e o Estado nos processos de desenvolvimento. A instrumentalização vista no modelo dos Territórios de Identidade e nos Territórios da Cidadania implica em processos de diagnósticos consensuais, onde há uma combinação de elementos objetivos de diagnósticos, elementos técnicos, mas onde o elemento importante não é o diagnóstico objetivo como havíamos conhecido tradicionalmente, mas sim o consenso sobre os elementos da problematização do território e das condições que favorecem ou limitam o desenvolvimento nos territórios, passa a ser o ponto central da discussão. (Perico, 2009)

O resultado da pesquisa nos apresenta a diferenciação de cada grupo produtivo do ponto de vista de suas iniciativas na busca de alternativas para o seu desenvolvimento socioeconômico. É importante frisar que cada grupo tem suas especificidades na sua origem, nos seus problemas e na sua cultura. Apesar de todos os grupos receberem do SEBRAE a mesma formação inicial, há distinção na condução do processo por parte de suas lideranças, contribuindo a mais ou menos no desempenho de cada grupo.

Outro fator que deve ser levado em consideração é o papel que o colegiado tem desempenhado no sentido de fazer chegar à informação correta e necessária para o desenvolvimento de cada associação, procurando fomentar arranjos institucionais capazes de promover o acesso destes às políticas públicas e programas de geração de trabalho e renda. Neste contexto da agricultura familiar do Território da Cidadania Velho Chico, o papel desempenhado pelo SEBRAE quanto à capacitação destes e de tantos outros grupos do território, tem sido complementar e essencial para a valorização da economia local e, conseqüentemente, para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

Pontuamos que isoladamente o SEBRAE não conseguiria alcançar os objetivos propostos pelo seu projeto. Essa orquestração institucional e participação efetiva de todos os parceiros dentro da sua expertise foram fundamentais para que os empreendimentos comunitários conseguissem auferir resultados.

Percebemos ainda que a estratégia do SEBRAE de priorizar o acesso às políticas públicas do PAA/CONAB e PNAE para as comunidades atendidas

iniciarem seu processo de comercialização serviu para motivar os grupos a acreditarem no projeto. Fortalecer, capacitar e instrumentalizar as associações de informação foi fundamental para que participassem dos editais públicos e pudessem ter ascensão sobre máquinas, equipamentos, reformas das unidades produtivas, transporte e etc.

Outra oportunidade advém da Lei Federal nº 11.947/2009 de 16 de junho de 2009, e da Resolução FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, cuja às escolas das redes públicas de educação básica passaram a usar produtos da agricultura familiar nas refeições oferecidas aos seus alunos. Determinando ainda que no mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o PNAE devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação. Portanto, é importante que as comunidades locais e CODETER monitorem e acompanhem se o poder público esta efetivamente cumprindo a lei. Lembrando que a extensão de 30 para 100% faria uma enorme diferença para produtor rural e dinamizaria a economia dos pequenos municípios devido à circulação de renda.

O desafio agora é não deixar os empreendimentos comunitários reféns das políticas de governo de incentivo a agricultura familiar. É preciso reinvestir no negócio e fazer com que as pessoas percebam a associação como uma empresa. Mirar nas oportunidades locais, regionais e buscar empreender no mercado como fez os produtores rurais atingidos pela implantação da barragem da lagoa do torta de Igaporã que já desenvolveram marca própria e criaram até uma padaria no centro da cidade.

Industrializar os produtos oriundos da agricultura familiar é o caminho na agregação de valor. Portanto, as antigas casas de farinhas precisam se transformar em agroindústrias com equipamentos modernos a fim de melhorarem a produtividade e fortalecerem a competitividade dos pequenos negócios.

Fato relevante que foi investigado é sobre a composição da renda dos produtores que antes do projeto implementado pelo SEBRAE era formado

basicamente de políticas de amparo social como bolsa família, seguro defeso e aposentadoria. A preocupação é saber até o quando o país vai suportar esse modelo econômico. A saída não será em curto prazo, mas uma das alternativas foi apresentada nos empreendimentos pesquisados que é a inclusão produtiva, onde paralelamente diminui a dependência passiva dos programas assistencialistas do governo e melhora a auto estima da comunidade.

Dois fatores merecem destaque. O primeiro foi o protagonismo feminino. As mulheres fizeram a diferença nas comunidades estudadas. Conforme já relatado, demonstraram comprometimento e autonomia para complementar a renda familiar. É uma enorme quebra de paradigmas para o campo. A mulher levou literalmente o produtor para a cozinha a fim de ajudá-la na confecção dos produtos. O segundo foi à ausência do número de jovens trabalhando nos empreendimentos comunitários coletivos. A média de idade das três associações é de 45 anos. Os filhos de produtores não querem a mesma profissão do pai? Ou essa atividade não responde suas aspirações e desejos? Ficam os questionamentos e uma preocupação para o futuro da agricultura familiar no nosso país.

Além dos resultados financeiros perseguidos pelo Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico, como aumento do volume de comercialização e melhoria de renda do produtor que foram alcançados, reconhecemos outros aspectos tão ou até mais importantes do que os apresentados. Aumento da auto estima, busca por autonomia financeira, fortalecimento da associação, protagonismo das mulheres, melhoria da relação familiar, senso de oportunidades de negócios, dentre outros, foram alguns resultados intangíveis que fogem da lógica capitalista, mas que são fundamentais para a realização profissional e para qualidade de vida dos envolvidos.

Contudo, percebemos que o protagonismo local é o principal divisor entre as comunidades. O desempenho dos grupos, pouco ou muito, deve-se essencialmente do querer dos seus associados e, principalmente, da capacidade da liderança perceber e buscar as oportunidades que os cercam, fomentando o diálogo e as parcerias das instituições que compõe o colegiado.

A partir da trajetória para se enfrentar as contraditórias dentro da busca do desenvolvimento, é imprescindível a participação cidadã, os sujeitos políticos que reflitam seu espaço e sejam protagonistas, busquem a ação, em valorização do interesse coletivo. Pois a partir das reivindicações e da participação social, acompanhada dos direitos e dos programas públicos, é possível a superação das desigualdades e o aumento da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre.: Ed. UFRGS. 2003
- BONNAL; KATO. O Processo Contemporâneo de Territorização de Políticas e Ações Públicas no Meio Rural Brasileiro. Em P. K. BONNAL, *Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil*. Brasília:: IICA. 2011
- BRASIL. *Territórios da Cidadania*. Fonte: Territórios da Cidadania - MDR Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 15 de junho 2013.
- CASTRO, J. *Geografia da fome (O dilema brasileiro: pão ou aço)*. . 11ª Ed. Rio de Janeiro:: Gryphus. 1992
- CORREIRA, E. Territórios Rurais Como Unidade De Planejamento Das Políticas. 2006.
- PÚBLICAS. *Semana Do Fazendeiro*, p. 426p. 2 vols.
- COUTO; ROCHA. *Reveses a Questão Territorial*. Irecê: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia. 2006.
- FAVARETO. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"? *SCIELO* , . Estud. av. [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 299-319. ISSN 0103-4014. 2010.
- FAVARETO, A. Três Momentos na Evolução Recente da Gestão Social do Desenvolvimento Territorial – Dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ao Território da Cidadania. Em T. Bacelar...[et.al], *Gestão social dos territórios* . Brasília : IICA. 2009
- FAVERETO, A. *Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Discussão*. São Paulo: Fapesb/Ed. Iglu.2007.

FURTADO, C. *Em Busca de Novo Modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea*. Paz e Terra, . São Paulo, 2002.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. 2010.

LEITE; KATO; ZIMMERMANN. Gestão Social: Reflexões e Proposições. Em / T. Bacelar...[et.al], *Gestão social dos territórios*. Brasília: : IICA,.(Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.10). 2009.

MEDEIRO; DIAS. Marco Jurídico-Normativo Para o Desenvolvimento Rural enfoque Territorial. . Em S. P. (Org.), *Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil*. Brasília:: IICA. 2011.

OLIVEIRA. *O Desempenho Do Credigente No Microcrédito A Micro E Pequenos Empreendimentos De Campo Grande*, . Campo Grande MS: Universidade Católica Dom Bosco. 2007.

ORTEGA; SILVA. Uma visão Crítica do Desenvolvimento Territorial e dos Novos Espaços e Governança. *Revista de Desenvolvimento Econômico*., 2011. p. 32-52.

PERICO, R. E. A Gestão Social dos Territórios: O Desafio da Multidimensionalidade. . Em T. Bacelar...[et.al], *Gestão social dos territórios* . Brasília: : IICA,.(Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.10), 2009.

PTDRS. *Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável Do Velho Chico*.2010.

PTDRS.. *Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável Do Velho Chico*. Velho Chico.2011.

PTDRS. *Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável Do Velho Chico*. 2012.

SACHS, I. Gestão Social Para o Desenvolvimento Sustentável e Democrático dos Territórios. Em T. Bacelar...[et.al], *Gestão social dos territórios*. Brasília: IICA,.(Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.10). 2009.

SANTOS, A. S. *Vulnerabilidade socioambientais diante das mudanças climáticas projetadas para o semi-árido da Bahia.* . Brasília: Dissertação de mestrado.2008.

SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal.* 18º Ed. Rio de Janeiro: Record.2000.

SEBRAE.. *Territórios de Identidade.* Fonte: SEBRAE: Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/>. Acesso 10 de Novembro de 2013.

SEBRAE. Fonte:Disponível em: www.sebrae.com. Acesso em: Janeiro de 2014.

SEPLAN.Fonte: Disponível em: www.seplan.com. Acesso:18 de NOVEMBRO de 2013.

SEPLAN.. Fonte: Disponível em: www.seplan.com.br. Acesso em:15 de Janeiro de 2014.

SILVA.. *Representações Locais Sobre a Mata Ciliar as Margens do Rio São Francisco.* Recife: Dissertação de Mestrado - Universidade Rural de Pernambuco, Departamento de Botânica. 2010

SILVA, F. P. (2012) *Desenvolvimento Territorial: Experiência do Território do Sisal Bahia.* Uberlândia: Dissertação de Mestrado da Faculdade da Universidade Federal de Uberlândia. 1985.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias – O Brasil é menos Urbano do que se calcula.* Campinas. : Ed. Autores Associados. 2002

YUNUS. *O Banqueiro dos Pobres.* São Paulo: Ática. 2003.

RDAASC. Relatório - Diagnóstico da Associação do Alto da Santa Cruz/Barra – dez/2009 (SEBRAE / João Cunha)

RDAB. Relatório – Diagnóstico da Associação do Bumba Matina – mar/2009 (SEBRAE – Denis...).

RDALT. Relatório – Diagnóstico da Associação da Lagoa da Torta/Igaporã – Abr/2009 (SEBRAE – Denis...)

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
Mestrado Multidisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social

**ENTREVISTA COM OS MEMBROS DOS EMPREENDIMENTOS
COMUNITÁRIOS – TERRITÓRIO DA CIDADANIA VELHO CHICO**

PROJETO: Analisando os resultados do projeto implementado pelo SEBRAE – Bahia, a partir dos empreendimentos comunitários do Território do Velho Chico, com sede em: Matina, Barra e Igaporã no Estado da Bahia. Esta é uma pesquisa relacionada a um estudo de caso vinculado ao Projeto de Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social da Escola de Administração (CIAGS), da Universidade Federal da Bahia - UFBA, sob a responsabilidade do mestrando Emerson Cardoso e sob orientação do Prof. Dr. Benito Junca.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Empreendimento: _____

Nº de associados: _____

Gênero dos associados: Nº Fem.: _____ Nº Masc.: _____

Média de idade dos associados: _____

Cidade: _____

QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

Objetivo geral: Analisar os efeitos do Projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico, implementado pelo SEBRAE, no desenvolvimento do Território do Velho Chico a partir da verificação do contexto histórico, social, e político deste Território, revisando as políticas territoriais que afetaram (afetam) a dinâmica socioeconômica local, mensurando os indicadores de renda, volume de comercialização e avaliando os resultados alcançados pelos Empreendimentos Comunitários.

Variáveis: Associativismo, assistência técnica, protagonismo local, envolvimento do poder público municipal, tecnologia implementada, comercialização e participação do colegiado.

Procedimento: Pesquisa de Campo

Abordagem do problema: Quantitativa e qualitativa

Instrumento de pesquisa: Entrevista semiestruturada participativa

1. Associativismo

a) Associação, data de registro no CNPJ:

b) Está regular com os órgãos públicos?

() Município

() Estado

() FGTS

() Previdência

() Receita Federal/Dívida Ativa as União

() RAIS

() DIRPJ

c) Quantas do grupo fazem parte da associação?

d) Influência da associação nos resultados do grupo:

- () Excelente
- () Bom
- () Regular
- () Insatisfatório

e) Influência da associação na gestão do projeto:

- () Excelente
- () Bom
- () Regular
- () Insatisfatório

f) Cite três situações que dificultaram o desempenho do grupo.

g) Expectativa do grupo quanto à associação:

2. Assistência Técnica

a) Nome da(s) empresa (s) que presta assistência técnica.

b) Intervenção da assistência técnica:

- () Capacitação
- () Gestão
- () Produção
- () Agregação de valor
- () Comercialização
- () Outras

c) Influência da assistência técnica nos resultados do projeto:

- () Excelente
- () Bom
- () Regular
- () Insatisfatório

d) Expectativa do grupo quanto à assistência técnica:

3. Protagonismo local

a) A iniciativa do projeto partiu de quem?

b) A gestão do projeto é de responsabilidade de quem?

c) Quais outras iniciativas do grupo?

d) Em que ano foi iniciado o projeto?

e) Quantas pessoas participaram no início do projeto?

f) Quantas pessoas participam atualmente do projeto?

g) O projeto se mantém? De que forma?

h) O que falta para o projeto se manter totalmente?

4. Envolvimento do Poder Público Municipal

a) De que forma a Prefeitura tem se envolvido no projeto?

- () Contrapartida na estruturação do projeto
- () Apoio logístico
- () Assistência técnica
- () Compra dos produtos
- () Outros

b) Expectativa do grupo quanto ao Poder Público Municipal:

5. Tecnologia implementada

a) O grupo tem o domínio sobre as tecnologias de produção?

- () Excelente
- () Bom
- () Regular
- () Insatisfatório

b) O grupo tem o domínio sobre as tecnologias de beneficiamento do (s) produto (s)?

- () Excelente
- () Bom
- () Regular
- () Insatisfatório

c) O grupo tem domínio sobre o controle de qualidade do(s) produto (s)?

- () Excelente
- () Bom
- () Regular
- () Insatisfatório

d) Atividades que o grupo participou:

- () Beneficiamento
- () Formação de preços
- () Associativismo
- () Missão técnica
- () Outros

e) Possui rótulos?

() Sim

() Não

f) Possui embalagens dos produtos?

() Sim

() Não

g) O grupo precisa melhorar em quê?

6. Contribuição do colegiado territorial

a) O grupo tem alguma informação sobre “Territórios”?

() Sim

() Não

b) Conhece alguém que faz parte do colegiado?

() Sim

() Não

c) Qual a contribuição do colegiado no projeto:

() Divulgação do edital

() Articulação do SEBRAE

() Outras

d) Quais sugestões para melhorar a relação do colegiado com as comunidades/ grupos produtivos?

7. Comercialização dos produtos

a) Os produtos são comercializados para quem?

- () PAA/CONAB
- () PNAE – Escolas Municipais
- () PNAE – Escolas Estaduais
- () Comércio local
- () Feiras livres
- () Feiras e Exposições
- () Outros

b) Qual o faturamento bruto com a venda dos produtos mensal médio por família?

- () Entre 200,00 a 500,00
- () Entre 501,00 a 800,00
- () Entre 801,00 a 1200,00
- () Entre 1.201,00 a 1500,00
- () Entre 1501,00 a 2.000,00
- () Entre 2.000,00 a 3.000,00
- () Acima de R\$ 3.000,00

c) Do faturamento bruto mensal qual o percentual que fica para complementar a renda?

8. Resultados

a) Quantos empregos foram gerados?

b) Qual a renda média dos produtos antes do projeto e depois do projeto?

c) Qual o resultado social do projeto?

d) Qual o resultado produtivo?

e) O que melhorou para as famílias envolvidas no projeto?

f) A renda do projeto as famílias utilizam para que?

OUTRAS INFORMAÇÕES:

ENTREVISTA COM MEMBROS DO COLEGIADO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA VELHO CHICO (CODETER)

PROJETO: Analisando os resultados do projeto implementado pelo SEBRAE – Bahia, a partir dos empreendimentos comunitários do Território do Velho Chico, com sede em: Matina, Barra e Igaporã no Estado da Bahia. Esta é uma pesquisa relacionada a um estudo de caso vinculado ao Projeto de Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social da Escola de Administração (CIAGS), da Universidade Federal da Bahia - UFBA, sob a responsabilidade do mestrando Emerson Cardoso e sob orientação do Prof. Dr. Benito Junca.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome do membro do Colegiado: _____

Idade: _____

Função: _____

Cidade: _____

QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

Objetivo geral: Analisar os efeitos do Projeto Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Território da Cidadania Velho Chico, implementado pelo SEBRAE, no desenvolvimento do Território do Velho Chico a partir da verificação do contexto histórico, social, e político deste Território, revisando as políticas territoriais que afetaram (afetam) a dinâmica socioeconômica local, mensurando os indicadores de renda, volume de comercialização e avaliando os resultados alcançados pelos Empreendimentos Comunitários.

Instrumento de pesquisa: Entrevista semiestruturada individual

1. Organograma do colegiado

a) Composição do colegiado territorial (número de membros):

Poder Público – primeiro setor: _____

Empresas privadas - segundo setor: _____

Sociedade civil: _____

b) Instâncias do colegiado:

c) Nome da organização mobilizadora do colegiado:

d) Endereço e contatos da secretaria executiva do colegiado

2. Organização do colegiado

a) Quantidade média de oficinas territoriais/ano:

b) Quantidade média de reuniões da coordenação/ano:

c) Fontes de recursos para mobilização do território:

d) Corpo técnico de assessoria do território:

e) Planos de desenvolvimento elaborados:

- () PTDRS
- () Plano de ATER
- () Plano Safra
- () Plano de Comunicação
- () Plano de cadeias produtivas.

f) Quais cadeias produtivas?

3. Ações de fortalecimento das cadeias produtivas

a) De que forma são divulgados os editais públicos?

- () E-mail
- () Nas oficinas territoriais
- () Nas oficinas municipais
- () Outros _____

b) Iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar apoiadas pelo colegiado:

- () Feira territorial
- () Apoio a feiras municipais
- () ATER
- () Apoio à comercialização
- () Apoio cultural
- () Regularização fundiária
- () Infraestrutura produtiva
- () PAA
- () PNAE
- () Outros _____

4. Desafios do colegiado quanto à implementação da política territorial

ANEXO

Regimento Interno Do CODETER– Velho Chico *CODETER-VC – TERRITÓRIO VELHO CHICO*

DO HISTÓRICO E FUNDAÇÃO

No início de outubro de 2003 as entidades de assessoria, os movimentos sociais do campo, os sindicatos dos trabalhadores rurais e suas respectivas federações, as prefeituras, bancos e órgãos estaduais e federais, foram convocados, pela CODEVASF-2ª e pela a Unidade Avançada do INCRA de Bom Jesus da Lapa, para participarem de uma reunião entre os atores sociais da região do Médio São Francisco da Bahia. O evento foi realizado nos dias 10 e 11 de outubro/2003, no Panorâmico Park Hotel, na cidade de Bom Jesus da Lapa. O evento, “Oficina Territorial”, trazia como motivação a questão dos projetos do PRONAF INFRA e do Desenvolvimento Sustentável, assuntos de grande interesse de todos os atores sociais convidados. Além disso, o fato do convite partir de duas instituições históricas na região e com reconhecida idoneidade contribuiu na mobilização das organizações para esta atividade.

A primeira oficina territorial do território Velho Chico contou com a participação de 60 representantes das instituições públicas e das organizações da sociedade civil. A mesa de abertura foi composta por várias personalidades, entre outras: Paulo Cunha, consultor da SDT/MDA, Marcelino Gallo, Superintendente do INCRA-BA, Jonas Paulo, Superintendente Regional da CODEVASF, Dermeval Oliveira, Secretário Executivo da FUNDIFRAN, Hamilton Félix Mendonça, chefe da UA do INCRA e representações dos movimentos sociais. Todas as falas dos integrantes da mesa relataram as suas expectativas destacando frases como “dias melhores”, “bons projetos”, “abertura do governo LULA para a participação da sociedade na definição de políticas públicas voltadas para o campo”, “diálogo entre os atores sociais”, “desenvolvimento socioeconômico”, enfim, expressavam a esperança de um desenvolvimento para todos, com dignidade e justiça social.

Nesta oficina um dos destaques foi a construção do conceito de territorialidade e o levantamento dos principais eixos de desenvolvimento, os principais entraves para o desenvolvimento e as experiências de caráter territorial. Da mesma forma a discussão e apresentação de projetos econômicos

voltados, na sua maioria, para a verticalização da produção da agricultura familiar.

A organização do território teve início nesta oficina. Foram escolhidas, pela plenária, 21 instituições para compor a Comissão de Instalação das Ações Territoriais – CIAT, ou melhor, o Grupo Gestor, que saiu com a responsabilidade de conduzir o processo de avaliação e síntese dos projetos apresentados pelos grupos temáticos. A partir daí, o Grupo Gestor se reuniu várias vezes na cidade em Ibotirama, na FUNDIFRAN para dar andamento as propostas encaminhadas. A primeira vez para selecionar os projetos, conforme os critérios estabelecidos pela SDT. A segunda vez foi para elaborar os Planos de Trabalhos dos cinco projetos selecionados referentes ao orçamento de 2003 do Infra e enviar para o CEDRS.

Na oficina territorial de 03 e 04 de junho de 2004, foi apresentada pela SDT a possibilidade de custeio para as ações territoriais. No debate, foi reestruturado o Grupo Gestor, passando a chamar de “Comitê Gestor”, paritário entre OSC's e Poder Público, com o total de 14 membros e indicada a FUNDIFRAN como entidade referência e proponente do território. Na reunião de 14 de Junho de 2004, a FUNDIFRAN pronunciou aceitando a indicação e apresentando o nome do Articulador Territorial, Dermeval Gervásio de Oliveira, como condição de assumir o papel indicado. No dia 08 de junho o Comitê Gestor protocola na SDT o seu primeiro projeto de custeio para a articulação das ações territoriais do território.

O Território “Velho Chico” integra 16 Municípios do Estado da Bahia, localizados no vale do Rio São Francisco, Estado da Bahia, distribuídos na margem direita pelos municípios de Brotas de Macaúbas, Bom Jesus da Iapa, Ibotirama, Igaporã, Matina, Malhada, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga e Riacho de Santana. Na margem esquerda pelos municípios de Barra, Carinhanha, Feira da Mata, Muquém do São Francisco, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. Esses Municípios foram homologados no dia 13 e 14 de abril de 2004, na 3ª Oficina Estadual de Construção da Estratégia para O Desenvolvimento Territorial. O Território Velho Chico foi homologado em 25 de setembro de 2003 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS.

DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Em 25 de fevereiro de 2008 o Presidente LULA lançou o Programa “Territórios da Cidadania”, que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de Cidadania por meio da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, tendo as seguintes linhas de ação: a) universalização dos programas básicos de Cidadania; b) integração das políticas públicas em todas as esferas públicas; c) participação social na discussão e proposição de políticas públicas.

O Território Velho Chico foi um dos 120 territórios selecionados inicialmente para participar deste programa. No seu lançamento em Brasília participaram representantes do território.

Por conta do PTC (Programa Territórios da Cidadania), em março de 2008, o Colegiado foi reformulado ampliando o número de seus membros de 48 para 82 instituições, com caráter paritário.

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 1º. O Território Velho Chico é constituído por 16 municípios, formando uma base territorial, inexistindo limites intermunicipais, para as finalidades a que se propõe a política de desenvolvimento territorial.

Art. 2º. O território é gerido por um Colegiado Territorial, CODETER (Conselho de Desenvolvimento Territorial), com a composição de, no mínimo 50% das Organizações Civas e Privadas e, no máximo 50 % do Poder Público, representado por Instituições da esfera municipal, estadual e federal, que tenham atuação política e estrutura funcional comprovada no território Velho Chico.

§ 1º. O número mínimo de organizações para a instalação e deliberação do Colegiado é de 36 organizações que tenham abrangência municipal e regional, representadas pelos poderes públicos e pela sociedade civil organizada e pelo setor privado.

§ 2º. A inclusão de qualquer organização ao CODETER será feita por meio da assinatura do TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO, encaminhado para a Coordenação Executiva, que por sua vez fará a sua análise e homologação em até 30 dias, de acordo o art. 2º deste Regimento.

Art. 3º. As principais atribuições do CODETER são:

I- Sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção e qualificação coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS, bem como outros documentos de promoção do desenvolvimento Sustentável.

II- Promover a elaboração das Agendas de Prioridades, bem como a Seleção dos Projetos a serem implementados a cada fase do PROINF (PRONAF Infra-estrutura), do Programa Territórios da Cidadania e outros.

III- Articular e apoiar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos.

IV- Estimular a criação de Câmaras Técnicas Temáticas, Redes Territoriais de prestação de serviços (assistência técnica, economia solidária, capacitação, educação, cultura, tecnologias apropriadas, informação/divulgação, entre outras), bem como apoiar a sua estruturação e operacionalização.

V- Encaminhar processos de negociação de programas, projetos e ações orientadas para o desenvolvimento sustentável do território.

VI- Promover o acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento.

VII- Instituir fundos financeiros de apoio operacional as ações

territoriais. VIII - Homologar o ingresso de novas organizações no

CODETER.

IX - Contribuir na construção dos Planos Territoriais, bem como monitorar a sua execução.

Art. 4º. É facultado o ingresso de novos membros no Colegiado Territorial e de municípios no território, devendo-se obedecer aos critérios estabelecidos neste Regimento e nas resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER.

Art. 5º. Para haver uma melhor articulação entre os atores sociais o território poderá subdividir em zonais e eleger os seus respectivos coordenadores.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º. A estrutura do CODETER possui as seguintes instâncias:

I- PLENÁRIA TERRITORIAL

II- COORDENAÇÃO EXECUTIVA III- NÚCLEO TÉCNICO

Art. 7º. A PLENÁRIA TERRITORIAL é o órgão colegiado superior, ao qual competem todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial, tais como:

I- Análise e aprovação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, bem como das respectivas agendas de prioridades.

II- Seleção dos Projetos Específicos a serem implementados a cada ano.

III- Apreciação dos relatórios de acompanhamento e avaliação e definição sobre as providências de aperfeiçoamento que forem necessárias.

IV- Acompanhar projetos e programas territoriais bem como avaliar e sugerir mudanças que achar necessárias.

V- Aprovar a criação de câmaras técnicas ou grupos de trabalho para agilizar estudos, elaborar e acompanhar os projetos.

VI- Indicar instituições do colegiado para contratar recursos para custear as atividades de articulação territorial.

VII- Aprovar o ingresso de novos membros no colegiado e no território.

VIII- Eleger e empossar os membros da Coordenação Executiva.

IX- Aprovar o Regimento Interno do CODETER.

§ 1º. As Reuniões Ordinárias da Plenária deverão ser convocadas pela Coordenação executiva, devendo as mesmas ocorrer a cada 3 (três) meses. E as Extraordinárias a qualquer tempo.

§ 2º. As convocações ordinárias serão feitas por via eletrônica e/ou fax, com antecedência mínima de 15 dias.

Art. 8º. A COORDENAÇÃO EXECUTIVA (CE) será eleita pela Plenária Territorial com representações das forças estratégicas atuantes no território, sendo formada, no mínimo 5 e no máximo 13 organizações representadas, respeitando a mesma composição estabelecida no art. 2º.

§ 1º. As reuniões ordinárias da Coordenação Executiva acontecerão bimensal, e extraordinariamente, quando convier.

§ 2º. Os cargos de coordenador geral, de secretário geral, coordenadores de programas, coordenadores das Câmaras Técnicas Territoriais e outros cargos de interesse, serão eleitos pela Coordenação Executiva.

Art. 9º. Compete a Coordenação Executiva:

I. Fornecer ao Colegiado todas as informações sobre as ações, programas e projetos do Território.

II. Organizar e propiciar as condições necessárias para o funcionamento do Núcleo Técnico, das Câmaras Técnicas ou grupos de trabalho para melhor executar os seus serviços.

III. Organizar, em conjunto com o Assessor Técnico Territorial, as plenárias e eventos territoriais.

IV. Avaliar, em conjunto com as câmaras técnicas e com o Núcleo Técnico, os planos de trabalho.

V. Analisar a documentação da Instituição indicada para articulação e gestão territorial, bem como selecionar a partir de, no mínimo 03 (três) currículos apresentados pela instituição, os profissionais que irão incorporar ao Núcleo Técnico.

VI. Decorrida a indicação da Instituição articuladora e/ou gestora do território, o Núcleo Executivo encaminhará o seu parecer ao MDA, juntamente com a documentação pertinente.

VII. Representar o Colegiado na Coordenação Estadual dos Territórios CET e nos eventos territoriais estaduais e nacionais.

VIII. Gerenciar o plano de ações integradas do programa. Territórios da Cidadania.

IX. Acompanhar a execução dos contratos e convênios na base territorial.

X. Fomentar a formação continuada dos Conselheiros em Desenvolvimento e Gestão Territorial.

XI. Planejar, juntamente com o Núcleo Técnico, as ações territoriais, bem como monitorá-las.

Art. 10. O NÚCLEO TÉCNICO (NT) é constituído por profissionais contratados e/ou cedidos pelas organizações membros do Colegiado, por tempo determinado, para prestar serviços de assessoria técnica, consultoria e coordenação de programas e projetos territoriais.

§ Único. O NT terá como atribuição essencial oferecer apoio técnico ao Núcleo Executivo e ao Colegiado.

DAS CÂMARAS TÉCNICAS OU GRUPOS DE TRABALHO

Art. 11. As Câmaras Técnicas serão formadas de acordo com a necessidade demandada pelo Território em consonância com o plano de ações integradas e eixos estratégicos, sua composição será de, no mínimo 03 e máximo de 05 membros, sendo as mesmas dissolvidas ao findo do objeto a que a gerou.

Art. 12. Compete às Câmaras Técnicas:

I. Elaborar Estudos, projetos de pesquisas, emitir parecer técnico, acompanhar e assessorar ações de ordem técnica.

II. Esclarecer, defender ações territoriais, perante aos agentes financeiros e outras agências de desenvolvimentos e/ou instâncias governamentais quando convocadas para estes fins.

III. Prestar informações a Coordenação Executiva e ao Colegiado, sempre que forem convocadas.

Art. 13. Compete aos Coordenadores de Zonais:

I. Acompanhar ações do Programa Territórios da Cidadania.

II. Na ausência do Coordenador Geral, representar, junto aos Municípios, a Coordenação Executiva.

III. Apoiar o desenvolvimento das atividades da Coordenação Executiva e do Colegiado.

IV. Orientar, supervisionar, juntamente com a Coordenação Executiva, as ações integradas do programa, Territórios da Cidadania.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DO COLEGIADO

Art. 14. A instituição membro do CODETER só tem direito a 1 (um) voto.

Art. 15. Os suplentes serão eleitos seguindo o mesmo critério de representação do titular.

Art. 16. Em caso de ausência ou vacância o titular será substituído pelo suplente.

Art. 17º. O desligamento dar-se-à a pedido formal da própria instituição ou quando notificação pelo Coordenação Executiva, fundamentada nas seguintes condições:

I - Quando não atender a 3 convocações consecutivas, sem justificativa formal.

II- O não cumprimento das disposições deste Regimento.

Art. 18. As notificações serão enviadas via Correios, registradas, com Aviso de Recebimento.

Art. 19. A instituição notificada poderá recorrer, formalmente, à Coordenação Executiva, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 20. O recurso não terá efeito suspensivo até a realização da próxima Plenária Territorial, na qual o assunto será incluído na pauta do dia.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 22º- O Coordenador Geral e o Secretário Geral serão eleitos pelos os membros do Núcleo Executivo.

Art. 23. O Assessor Técnico Territorial e os outros membros do NT não possuem mandato, por se tratar de contratos de prestação de serviços, não tem direito a voto na plenária, como na Coordenação Executiva.

Art. 24. O mandato da Coordenação Executiva será de 03 (três) anos, com possibilidade de 01 (uma) reeleição.

§ Único. Os membros da Coordenação Executiva não poderão ser reconduzidos para o mesmo cargo.

Art. 25. Os custos operacionais e das atividades coletivas serão custeadas com recursos oriundos de fundos públicos locais, estaduais e nacionais.

Art. 26. Este Regimento Interno foi aprovado em 17/10/2008, no CENFOR – Bom Jesus da Lapa, reformulado em 12/08/2011 no Auditório do Hotel Serra do Rio Ibotirama - BA e entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

Ibotirama – BA, 12 de agosto de 2011.

TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO

O presente TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO tem por finalidade normatizar a participação das Organizações do setor Público, Privado e da Sociedade Civil no Conselho de Desenvolvimento Territorial do Velho Chico – CODETER-VC.

Pelo presente vimos manifestar, em caráter voluntário, a ADESÃO ao CODETER-VC, instância colegiada promotora do Desenvolvimento Territorial Sustentável dos Municípios integrantes ao Território Velho Chico, conforme o Art. 2º de seu Regimento Interno.

Declaro está de acordo com o Regimento Interno e ciente:

I. Das atribuições que compete aos membros do Colegiado;

II. Do direito a um (01) voto na Plenária Territorial;

III. Do direito ao desligamento do colegiado por pedido formal ou por notificação da Coordenação Executiva: a) quando não atender três (03) convocações consecutivas sem justificativa formal; b) quando não cumprir as determinações do Regimento Interno.

IV. Do direito de recorrer à permanência no Colegiado, conforme art. 19 do R.I.

V. Do compromisso em atender todas as convocações da Coordenação Executiva – CE e justificar, por escrito, no caso de algum impedimento, bem como defender a democratização das Políticas Públicas e votar propostas e projetos para o Desenvolvimento Territorial.

Local: , Bahia. Data: / /201

Nº Resp. Legal: Ass.: Site: Email: Sigla: Bairro: Cidade: CNPJ: Setor: ()
Público () Privado () Sociedade Civil Celular: Organização: Endereço: CEP:
Telefax: Suplente: Celular: Estado: Titular: CODETER-VC

Data da homologação: / / 201

Assinatura do Coordenador/a Executivo/a:

Bacelar, Tânia. Gestão social dos territórios / Tânia Bacelar...[et.al] –
Brasília: IICA,.(Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.10). 2009.